A PESQUISA NA PÓS-GRADUAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UM OLHAR A PARTIR DO AMAPÁ

Volume 2

SOCIEDADE E DINÂMICAS TERRITORIAIS

UNIFAP
Editora

Alexandre Luiz Rauber
José Mauro Palhares
(organizadores)

Alexandre Luiz Rauber

José Mauro Palhares

(organizadores)

A PESQUISA NA PÓS-GRADUAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UM OLHAR A PARTIR DO AMAPÁ

VOLUME 2

SOCIEDADE E DINÂMICAS TERRITORIAIS

Macapá

UNIFAP

2022

Copyright © 2022, autores

Reitor: Prof. Dr. Júlio César Sá de Oliveira
Vice-Reitora: Prof.ª Dr.ª Simone de Almeida Delphim Leal
Pró-Reitor de Administração: Msc. Seloniel Barroso dos Reis
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Isan da Costa Oliveira Junior
Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Prof. Msc. Christiano Ricardo dos Santos
Pró-Reitor de Planejamento: Prof. Msc. Erick Frank Nogueira da Paixão
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof.ª Dr.ª Amanda Alves Fecury
Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias: Prof. Msc. Steve Wanderson Calheiros

Diretor da Editora da Universidade Federal do Amapá
Madson Ralide Fonseca Gomes

Editor-chefe da Editora da Universidade Federal do Amapá
Fernando Castro Amoras

Conselho Editorial
Madson Ralide Fonseca Gomes (Presidente), Alaan Ubaiara Brito, Alisson Vieira Costa, Clay Palmeira da Silva, Eliane Leal Vazquez, Inara Mariela da Silva Cavalcante, Irlon Maciel Ferreira, Ivan Carlo Andrade de Oliveira, Jodival Maurício da Costa, Luciano Magnus de Araújo, Marcus Andre de Souza Cardoso da Silva, Raimundo Erundino Diniz, Regis Brito Nunes, Romualdo Rodrigues Palhano e Yony Walter Mila Gonzalez

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Editora da Universidade Federal do Amapá
Elaborada por Maria do Carmo Lima Marques – CRB2-989

A Pesquisa na Pós-graduação na Amazônia Brasileira: um olhar a partir do Amapá. Alexandre Luiz Rauber; José Mauro Palhares (organizadores). Macapá: UNIFAP, 2022. (Volume 2 - Sociedade e Dinâmicas Territoriais).

126 p. : il.
ISBN: 978-65-89517-45-0

1. Geografia - estudos. 2. Geografia Amapaense - aspectos ambientais. 3. Geografia Amapaense - aspectos econômicos. I. Rauber, Alexandre Luiz (org.). II. Palhares, José Roberto (org.). III. Titulo. IV. Série. V. Fundação Universidade Federal do Amapá.

910.7 P474p
CDD 22.ed.

Diagramação e capa: Nilton de Araújo Júnior

Editora da Universidade Federal do Amapá
www2.unifap.br/editora | E-mail: editora@unifap.br
Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek, Km 2, s/n, Universidade, Campus Marco Zero do Equador, Macapá-AP, CEP: 68.903-419

Editora afiliada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem permissão dos Organizadores. É permitida a reprodução parcial dos textos desta obra desde que seja citada a fonte. As opiniões, ideias e textos emitidos nesta obra são de inteira e exclusiva responsabilidade dos autores dos respectivos textos.

SUMÁRIO

Apresentação **6**

CAPÍTULO 1
Expansão urbana de Macapá após a estadualização: os eixos rodoviários como norteadores de crescimento da cidade **7**
Ana Cláudia Sá da Cruz • Emmanuel Raimundo Costa Santos

CAPÍTULO 2
Tipologia nas habitações de interesse social: aplicação no conjunto MACAPABA I e II **14**
Ana Valéria de Almeida Pinheiro • Daguinete Maria Chaves Brito • Jodival Maurício da Costa

CAPÍTULO 3
O debate de gênero enquanto resistência das mulheres inseridas em cidades do medo **22**
Jesiane da Silva Barbosa • Jodival Maurício da Costa

CAPÍTULO 4
Complexidades e contrariedades na relação porto-cidade: o caso do complexo portuário de Santana no Amapá **28**
Jocianny Carla da Silva Sardinha • Roni Mayer Lomba

CAPÍTULO 5
A violência de gênero nos territórios em disputa no campo: conceitos fundamentais **36**
Lana Patrícia de Matos dos Santos • Patrícia Rocha Chaves • Antônio Carlos Sardinha

CAPÍTULO 6
Região Metropolitana de Macapá – RMM: de um aglomerado urbano a uma região metropolitana regulamentada **43**
Magdiel Eliton Ayres do Couto • Ricardo Ângelo Pereira de Lima

CAPÍTULO 7
Transformações socioespaciais no distrito da Ilha de Santana-AP, no período de 2005 a 2019 ..... **52**
Rômulo Alves de Vasconcelos • José Francisco de Carvalho Ferreira • Eliane Aparecida Cabral da Silva

CAPÍTULO 8
Segurança energética na Amazônia: os gargalos e limites da oferta de energia elétrica no Amapá **60**
Alan Patrick Coimbra Melo • Roni Mayer Lomba

CAPÍTULO 9
A segregação socioespacial em Macapá – AP: o caso do Canal do Jandiá **68**
Antônio Carlos Rodrigues dos Santos • Ricardo Ângelo Pereira de Lima

CAPÍTULO 10
Gestão e uso público na área de proteção ambiental da fazendinha, Macapá-AP **74**
Dayse Monteiro Maria • Daguinete Maria Chaves Brito

CAPÍTULO 11
Conflitos socioterritoriais na comunidade do Igarapé do Palha, município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá **80**
Fábio da Silva Ferreira • Patrícia Rocha Chaves

CAPÍTULO 12
Produção capitalista no entorno da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha em Macapá - AP . . . **88**
Hilda Helena da Silva • Patrícia Rocha Chaves • Eliane Aparecida Cabral da Silva

CAPÍTULO 13
Espacialidades das vilas coloniais de Macapá e Mazagão na vigência do diretório dos índios: diálogos entre tempo e espaço no Cabo Norte (1757-1798) **95**
Laís Cristiane Martins Freitas • Emmanuel Raimundo Costa Santos

CAPÍTULO 14
Territorialidades das comunidades atingidas pelas usinas hidrelétricas no Rio Araguari-AP **100**
Liane Patrícia Rodrigues Brito • Daguinete Maria Chaves Brito

CAPÍTULO 15
As mulheres na produção e comercialização agrícola e autonomia feminina no Assentamento Anauerapucu no município de Santana-AP **107**
Lindaura Santos da Costa • Jodival Santos da Costa

CAPÍTULO 16
Barômetro da sustentabilidade na região metropolitana de Macapá **112**
Luiz Rodolfo Paixão Melo • José Francisco de Carvalho Ferreira • Jadson Luis Rebelo Porto

CAPÍTULO 17
Transformações socioterritoriais no cerrado da microrregião de Macapá, provocados pela expansão da agricultura capitalista **119**
Rubens Edval Sarraf • Roni Mayer Lomba

Sobre os Organizadores e Autores **126**

APRESENTAÇÃO

A realização do I Simpósio de Pós-graduação em Geografia (SIMPOGEO) qualifica o esforço coletivo de docentes, técnicos e discentes do PPGEO/UNIFAP, não somente para cumprir uma meta acadêmico-institucional, mas sobretudo para oportunizar o debate científico de temas pesquisados pelos Mestrandos ingressados no programa nos anos de 2019 e 2020.

Em 06 de dezembro de 2021, o PPGEO/UNIFAP inaugurou a sua fase de defesas de dissertações, após uma trajetória de construção do mestrado, diálogos nem sempre compreendidos dentro e fora da UNIFAP - após haver percorrido 20 anos de graduação. Portanto, um dos objetivos principais do evento é protagonizar a participação dos mestrandos em Geografia da UNIFAP, ampliando o debate sobre os seus temas de pesquisa.

O SIMPOGEO foi concebido a partir da área de contração do Mestrado em Geografia da UNIFAP, **Produção, Análise e Gestão do Território na Amazônia** e a sua programação organizada de acordo com as linhas de pesquisa: **Paisagem e Dinâmicas Ambientais** (Geografia Física) apresentada no dia 15/12/2021, **Sociedade e Dinâmicas Territoriais** (Geografia Humana) apresentada no dia 17/12/2021 e a área de Ensino de Geografia cuja exposição foi no dia 18/12/2021.

Este Volume II é composto por 17 capítulos, contendo textos relacionados a Produção, Análise e Gestão do Território na Amazônia.

A ideia é que esse evento seja anual, tendo os discentes do PPGEO a frente de sua organização. Todavia devemos lembrar que a humanidade ainda se enfrenta à pandemia de COVID-19, o que impossibilitou a realização presencial do evento que foi integralmente remoto.

Portanto, gostaríamos de agradecer a todxs que participaram da organização do evento e do e-book, particularmente àqueles que assumiram mais diretamente esse desafio. Prof. Dr. José Mauro Palhares e Prof. Dr. Alexandre Luiz Rauber, ao CAGEO/UNIFAP e as representações discentes. Também, em oportuno, essa Coordenação e Vice Coordenação agradecem a parceria da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e Bancada Federal do Amapá, Departamento de Pós-graduação e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPESPG/UNIFAP).

Macapá, 01 de maio de 2022.

Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima
Coordenador PPGEO/UNIFAP

1 EXPANSÃO URBANA DE MACAPÁ APÓS A ESTADUALIZAÇÃO: OS EIXOS RODOVIÁRIOS COMO NORTEADORES DE CRESCIMENTO DA CIDADE

Ana Cláudia Sá da Cruz
Emmanuel Raimundo Costa Santos

INTRODUÇÃO

O Amapá foi desmembrado do Estado do Pará em 1943, quando foi criado em Território Federal do Amapá (TFA). A partir de 1944, Macapá passou a ser capital do Território e receber infraestrutura para abrigar a administração pública e dar apoio às atividades econômicas que foram inseridas, entre elas a extração mineral, com a empresa Indústria Comércio e Minérios (ICOMI). Essas transformações proporcionaram um primeiro momento de crescimento populacional, trazendo consequências para a expansão urbana da cidade.

Em 1988 o Território Federal foi transformado em estado, ocorrendo a ampliação dos serviços públicos com órgãos sendo reformatados para atender uma demanda maior, já que o Amapá se tornou uma unidade da federação. Após a estadualização, foi criada a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), que promoveu uma diversificação das atividades comerciais e de serviços em Macapá e na segunda maior cidade do estado, Santana. Com isso, houve um segundo momento de incremento demográfico, e como resultado, novas áreas de crescimento urbano foram se constituindo.

Este trabalho apresenta um recorte da pesquisa de dissertação de mestrado, que está se encaminhando para sua conclusão. Nesse recorte, o objetivo central é analisar brevemente a expansão urbana da cidade de Macapá para os eixos rodoviários, após a estadualização do Amapá.

Relata-se que há três principais rodovias que cortam a capital, sendo elas: na zona norte a BR-210; na zona sul a Juscelino Kubitschek (JK) – AP-010; e por fim na zona oeste a Duca Serra - AP-020. Nessas áreas, registra-se um acelerado crescimento urbano a partir da década de 1990, resultando em novas formas de uso e ocupação do solo, promovendo a formação de novas centralidades.

Este breve trabalho está organizado em três itens. O primeiro traz os procedimentos metodológicos, entre eles: a perspectiva teórica, o método de abordagem e as técnicas de pesquisa necessárias à condução da análise. O segundo refere-se ao aporte teórico, com as bases conceituais que subsidiam as reflexões aqui contidas dialogando com a realidade vivenciada. O terceiro versa sobre os resultados da análise da temática apresentada, de forma concisa e objetiva.

PROCEDIMENTO METODOLÓGIO

A elaboração dessa breve análise utiliza-se das perspectivas da produção do espaço urbano por meio da noção de expansão urbana, uso e ocupação do solo e a formação de novas centralidades, com abordagem dialética sobre cidade. Para tanto, foram utilizadas leituras de autores como: Corrêa (2000), Machado e Carvalho (2013), Harvey (2013) e Villaça (2001), para compor o arcabouço teórico e conceitual. A abordagem será realizada a partir de pesquisa bibliográfica e documental, com análises de dados quantitativos, pesquisa de campo para observações empíricas e elaboração de mapa e tabela.

O recorte espacial da análise se remete a área urbana da cidade de Macapá, considerando as transformações recentes que ocorreram no espaço urbano e os principais agentes promotores desse processo, o período temporal estudado se refere de 1990 a 2020, momento após a estadualização, quando foi registrada a segunda fase do crescimento populacional, e consequentemente, a malha urbana se expandiu em outras direções da cidade.

APORTE TEÓRICO

O crescimento demográfico acelerado e as transformações que ocorrem nas cidades provocaram o espraiamento da malha urbana, o que corrobora para a implantação de atividades econômicas e áreas residenciais dissociadas do núcleo central da cidade, mas conectadas a ele por meio do sistema viário de circulação urbana. Vale ressaltar que a inserção dos veículos motorizados, entre eles o transporte público, promoveram transformações no modo de vida urbano, pois as pessoas passam se movimentar com mais facilidade no espaço.

Associado a esse processo, há também uma renovação nas formas de uso e ocupação do solo urbano. Nesse caso, há dois enfoques a serem tratados, primeiramente para alguns grupos de pessoas o solo urbano possui valor pela oportunidade de ter acesso à sua moradia e construir relações sociais; para outro, um grupo menor, o solo urbano desperta o valor de troca, a perspectiva de obter lucro.

Para esclarecer de forma sucinta, utilizam-se as reflexões de Harvey (2013) sobre a noção de valor de uso e valor de troca. O primeiro é proporcionado pela natureza, a terra como objeto universal e condição do trabalho humano. Em seguida o valor de troca está intimamente associado à cidade capitalista, onde o mercado fundiário vê o solo urbano com status de mercadoria, sendo que a localização influencia na definição dos preços.

Segundo Machado e Carvalho (2013), anteriormente as cidades abrigavam em um único centro a maioria dos serviços e atividades comerciais. Atualmente, percebe-se a distribuição das áreas comerciais e de serviços dissociada do centro tradicional, o que promove modificação na relação centro/periferia, culminando com formação de novas centralidades.

Para Corrêa (1999) a descentralização está associada ao crescimento da cidade, referindo-se a espacialidade e em termos populacionais, pois, a partir do momento em que as distâncias se alongam entre os núcleos habitacionais e o centro tradicional, o próprio capital estrategicamente se organiza para acessar esses novos mercados.

De acordo com Villaça (2001), as rodovias são implantadas para preencher demandas e podem ou não fazer parte da área urbana das cidades, e mesmo assim podem influenciar no processo de ocupação urbana, uma vez que há situações em que atuam direcionando o aumento da malha urbana, principalmente pelo modelo rodoviarista brasileiro que dissemina o uso do automóvel como um dos principais meios de transporte.

RESULTADOS

Partindo da abordagem teórica acerca dos conceitos que subsidiam as reflexões da temática em tela, pode-se considerar que a transformação do Amapá em estado, acompanhada das mudanças políticas, administrativas e econômicas, principalmente, a criação da ALCMS, foram fatores preponderantes que influenciaram o segundo momento de incremento demográfico, em que muitas pessoas vinham para o novo estado em busca de oportunidades de emprego.

Conforme os dados do IBGE no período de 1991, a projeção de crescimento populacional de 2020, disposta na Tabela 1, registra um aumento considerável, demonstrando que o período em que houve o maior aumento coaduna com essas medidas adotadas pelo governo federal, que tornaram a capital do Amapá um polo de atração populacional. Entre 1991 a 2000, o incremento populacional ultrapassou os 85%, e nas décadas seguintes o percentual foi menor, cerca de 40%, evidenciando que o momento de maior efervescência foi quando houve a estadualização e a criação da ALCMS. Outra situação relevante é a concentração populacional, quase 60% dos habitantes do estado residem em Macapá.

Tabela 1. Evolução populacional do Amapá comparando com Macapá no período de 1960 a 2020.

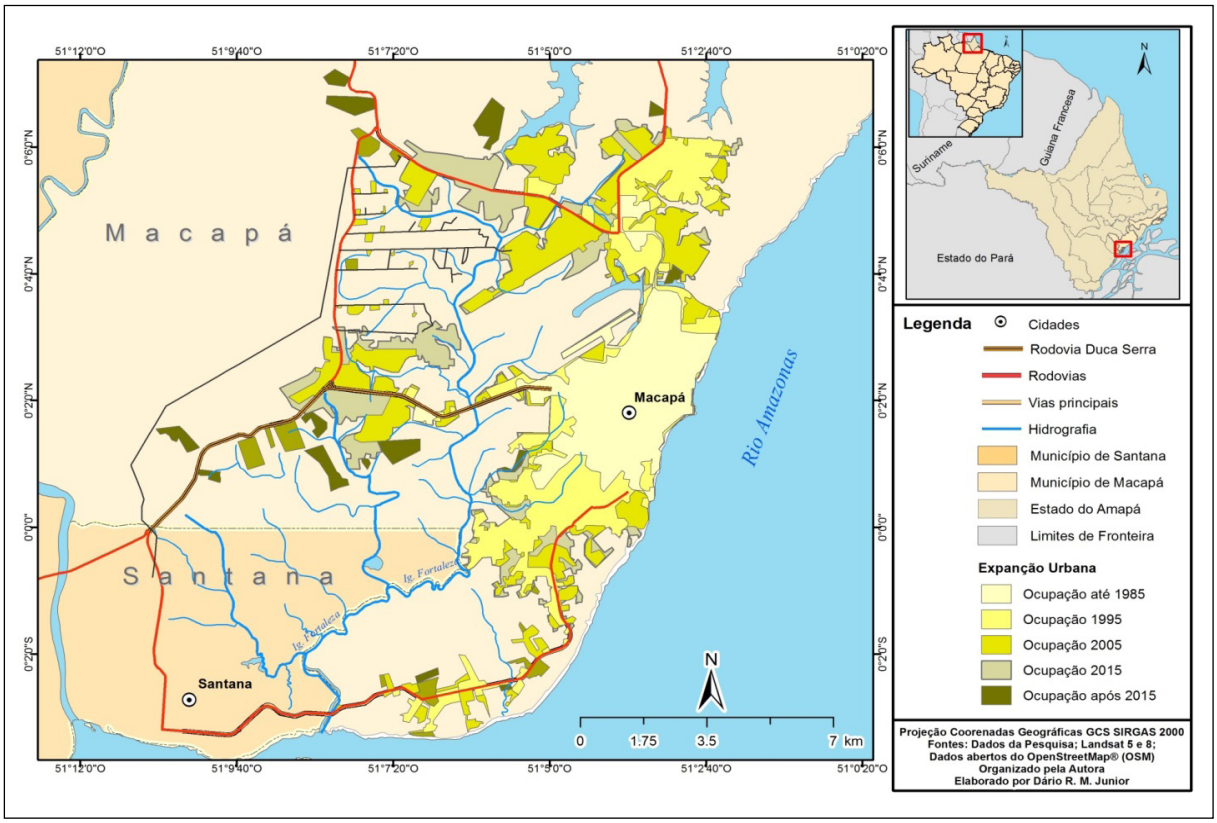
Ano	População de Macapá(hab.)	População concentrada em Macapá (%)	População Total de Amapá
1991	153.572	53,06	289.397
2000	283.308	59,38	477.032
2010	398.204	59,47	669.526
2020*	512.902	59,51	861.773

Fonte: IBGE – Censos demográficos 1991 e 2010.

* projeções 2020/IBGE.

Além dos dados demográficos, organizou-se um mapa onde é possível avaliar os períodos em que houve o avanço das ocupações em direção aos eixos rodoviários. Das informações geradas no Mapa 1, partiram as análises, buscando caracterizar brevemente as fases e os agentes que interviram nesse processo.

Mapa 1. Expansão urbana de Macapá a partir de 1995.



É possível constatar que até 1985 a principal área ocupada era restrita a uma planície margeada pelo rio Amazonas e o aeroporto, onde se localizava o núcleo inicial da cidade; com a primeira fase do crescimento populacional, alguns bairros foram surgindo em volta dessa área central, pela necessidade de estar mais próximo das diversas atividades econômicas, além dos serviços disponíveis. As características eram de uma cidade concentrada, em termos de oferta de atividades e núcleo habitacional.

A partir da década de 1990, através das políticas públicas, houveram transformações importantes, citadas anteriormente, que motivaram mais uma vez o aumento populacional. Entre 1995 a 2005 aconteceu a ampliação das ocupações urbanas em direção aos eixos rodoviários de forma mais incisiva, inicialmente, para os eixos sul e norte, e posteriormente, para o oeste. Tendo o estado como principal agente indutor com sua política de distribuição de lotes e pela dispersão dos serviços públicos, a busca por esses locais mais distantes, graças à sua infraestrutura, também foi motivada pela valorização dos terrenos no eixo central.

De 2005 ao período atual essa tendência de crescimento se afirma com alguns locais já consolidados em bairros, e outras áreas vão sendo envolvidas ao contexto habitacional e se incorporando ao cenário urbano. Ocorre a introdução das rodovias à dinâmica urbana, dialogando com Villaça (2001), quando menciona esse processo de incorporação, transformando-as em grandes vias de articulação da cidade.

Macapá agregou ao espaço urbano os diferentes meios de transportes motorizados comuns à vivência urbana, o que dá mais fluidez à movimentação de pessoas. Além disso, o estado começa a implantar infraestrutura objetivando melhorar as vias de circulação da cidade, quando há duplicação do eixo rodoviário da zona sul, em seguida da zona norte, e atualmente da zona oeste. Devido a isso, os bairros mais distantes do eixo central passam a se tornar atrativos não somente à população de baixa renda, mas à população com maior potencial aquisitivo, essa possibilidade desperta uma nova tendência, marcante entre 2010 e 2020, inserindo novos agentes atuantes no uso e ocupação do solo urbano.

Nota-se que no primeiro momento o estado age como principal agente impulsionador do crescimento urbano em direção às rodovias, e no cenário atual, passa a ser regulador, e quem passa a ter maior influência no processo, é o mercado imobiliário, através das incorporadoras, construtoras e agentes financeiros. Com isso, é notável a inserção dos novos produtos imobiliários nos três eixos, porém a incidência é frequente na zona sul e oeste.

Percebe-se que esses empreendimentos despertam para novas formas de uso e ocupação do solo quando passa a ser visto com possibilidade de obtenção de lucro. Para isso, as incorporadoras organizam loteamentos ou condomínios, com a infraestrutura adequada, para atender um novo público, com maior potencial aquisitivo. As amenidades inseridas tornam esses locais atrativos a essas pessoas.

Somada a essa dinâmica, há também introdução dos empreendimentos voltados ao comércio e serviço diversificado, como shopping center, faculdades e escolas, atacarejos e supermercados, agências bancárias, concessionárias de veículos, redes de lojas de varejo e importadoras, entre outras atividades que foram se disseminando, pois com a desconcentração habitacional sendo mais evidente, o capital busca estratégias para acessar esses novos mercados. Além desses empreendimentos, que marcam a formação de novas centralidades, há também os órgãos públicos que são inseridos a esse contexto, reforçando a diversificação da oferta de serviço.

Não se pode deixar de mencionar que essa nova lógica é marcada por segregação socioespacial, pois nas três diferentes zonas coabitam os bairros públicos, que se conformaram a partir dos loteados públicos ou de ocupações espontâneas, onde a infraestrutura é exclusivamente gerenciada pela ação do poder público. Somam-se a isso as ocupações das áreas alagadas comuns na região amazônica, principalmente, por famílias de baixa renda onde as condições de moradia são nocivas a saúde humana.

Já os loteamentos privados, que na sua maioria funcionam como condomínios fechados, são dotados de boa infraestrutura e com circulação restrita a quem os habita ou é autorizado a

entrar. Há regras para a construção de moradias de acordo com as normas de cada condomínio. Esses empreendimentos, quando há áreas alagadas, buscam agregá-las como amenidades, áreas verdes que deixam a paisagem mais harmoniosa e valorizam mais ainda esses locais.

Com isso, percebe-se que o espaço urbano da capital amapaense está imerso em uma lógica maior do sistema capitalista, em que a cidade e solo urbano passam a ser vistos com potencial lucrativo, direcionando Macapá para reestruturação urbana mais eminente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens contidas nesse trabalho visam despertar para os processos que ocorrem na dinâmica urbana de Macapá, e versa, mesmo que sucintamente, sobre dois momentos do crescimento urbano da capital amapaense, após a estadualização.

No primeiro momento, o estado ainda é notadamente o protagonista no processo de expansão urbana, com ações que envolvem a dispersão de serviços públicos, implantação de loteamentos públicos e de infraestrutura básica a esses locais. Nesse período, as áreas alagadas da cidade foram ocupadas pela população de baixa renda, expostas às condições insalubres.

Ressalta-se que mesmo havendo uma política de doação de terrenos pelo governo, havia a necessidade de documentações, que a população carente em determinados casos não dispunham. Além disso, havia prazo máximo para construir alguma edificação nos lotes; caso não fosse cumprido, ele era remanejado para outra pessoa. Esses procedimentos também dificultaram em alguns momentos o acesso de pessoas com renda menor, aos loteamentos públicos, os quais acabavam por direcionar suas moradias às áreas úmidas ou às ocupações espontâneas que se fixavam no entorno dos loteamentos públicos e aos poucos se consolidavam, e recebiam infraestrutura do poder público.

À fase mais atual de 2010 a 2020, nota-se uma propensão à mudança, inserindo-se nesse contexto os agentes imobiliários que formalmente organizados conduzem esse processo, e o estado assume um papel secundário. Os empreendimentos habitacionais dos eixos rodoviários são predominantemente loteamentos, que funcionam na prática como condomínios, e alguns possuem legalização para esse funcionamento, outros não.

Pode-se se avaliar que isso trouxe mudanças para a forma e conteúdo das regiões periféricas de Macapá que foram incorporadas a uma nova lógica do mercado capitalista, tendo realidades diferenciadas, entre elas: os bairros públicos, tendo nesses algumas áreas com melhor infraestrutura em detrimento aos locais onde predomina a precariedade; os loteamentos e condomínios com boa estrutura, restritos a uma faixa de renda média a alta; e por fim as áreas voltadas a empreendimentos diversos, pois há também o interesse de grandes empresários do comércio local em expandir seus negócios.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato**. O espaço urbano**. 4ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse dos Censos Demográficos**. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6, acessado em 26/09/20 as 22:58

HARVEY, D. **Os limites do capital.** Tradução: Miguel de Magda Lopes. – [1. ed] – São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO, José Roberto; CARVALHO, Márcia Siqueira de. **Descentralização ou centralidade? Uma abordagem do processo de produção do espaço urbano de Londrina e Maringá.** Revista Percurso – NEMO. Maringá, v. 5, n. 1, p. 33- 54, 2013. ISSN: 2177- 3300.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, Fapesp, 2001.

2 TIPOLOGIA NAS HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL: APLICAÇÃO NO CONJUNTO MACAPABA I E II

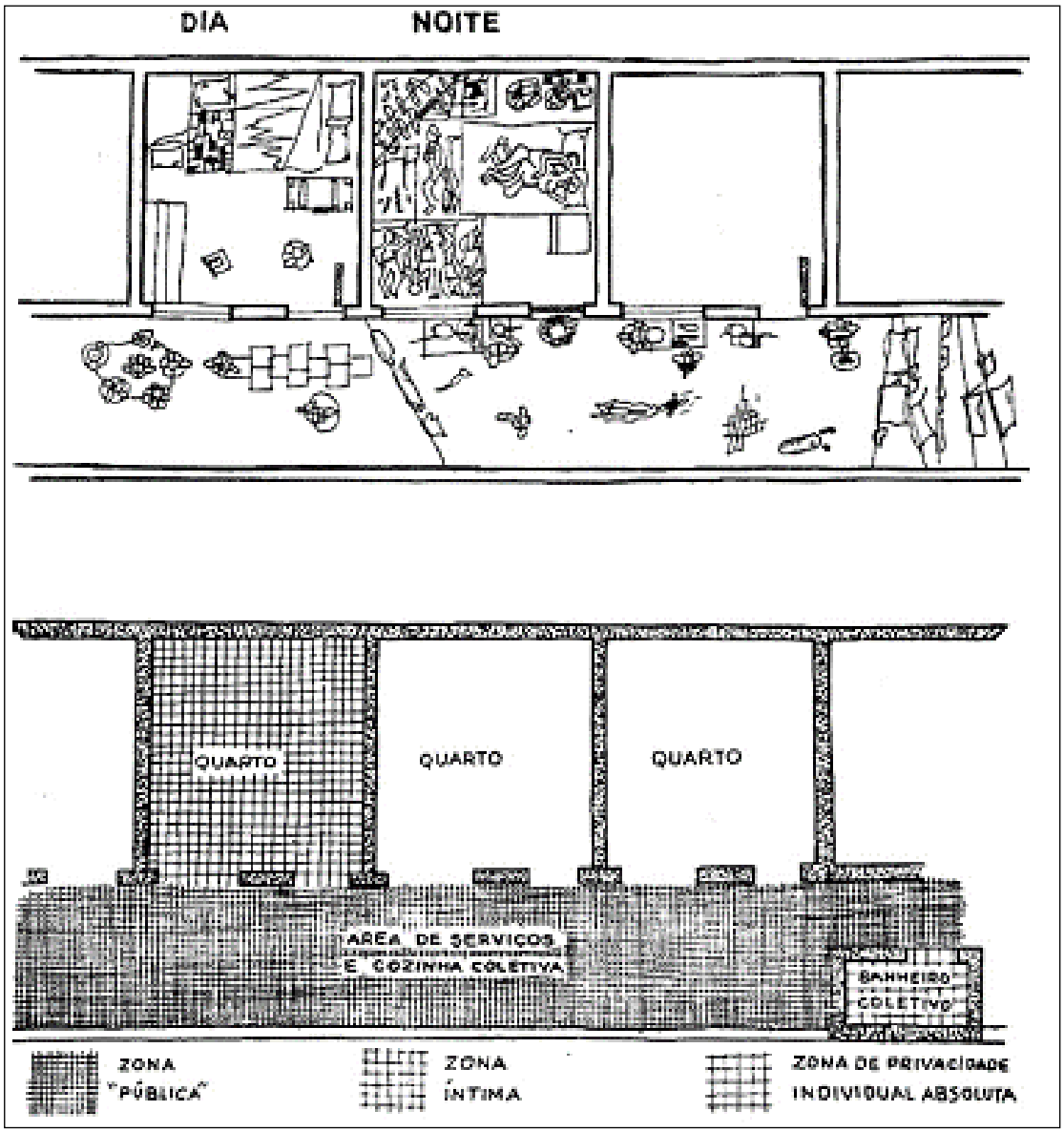
Ana Valéria de Almeida Pinheiro
Daguinete Maria Chaves Brito
Jodival Maurício da Costa

INTRODUÇÃO

A tipologia habitacional refere-se à forma da habitação, seja qual for. Diante disso, para análise da tipologia habitacional de interesse social, é abordada a forma da habitação de morar do oprimido, classificado por Villaça (1986) como; senzala, passando depois para o cortiço, vila operária, chegando nas favelas. Essa forma de morar imposta em sua arquitetura do espaço já pronto tira a liberdade do morador planejar sua casa e projetar o seu espaço de acordo com suas necessidades, isso quando o mesmo detém de espaço para sua habitação.

Exemplo disso, são as vilas operárias que segundo Timm (2015) eram construídas de forma a obter o maior aproveitamento possível dos terrenos, isso inclui a ocupação máxima do terreno e a racionalização máxima do projeto, com a finalidade de obter economia dos materiais construtivos, por isso a estratégia mais corriqueira das tipologias eram blocos de unidades habitacionais em fita, ou sobrados geminados, sendo a estratégia de maior sucesso aquela em que era possível o compartilhamento de paredes hidráulicas e paredes comuns a duas ou mais unidades, criando abundância de projetos cuja casa seja geminada. Assim, a Figura 1 demonstra as diversas funcionalidades da habitação, de dia o quarto sendo usado para as atividades e afazeres sociais e à noite transforma-se em um dormitório comunitário. Já os corredores, além de servirem como circulação, são áreas de socialização entre os moradores.

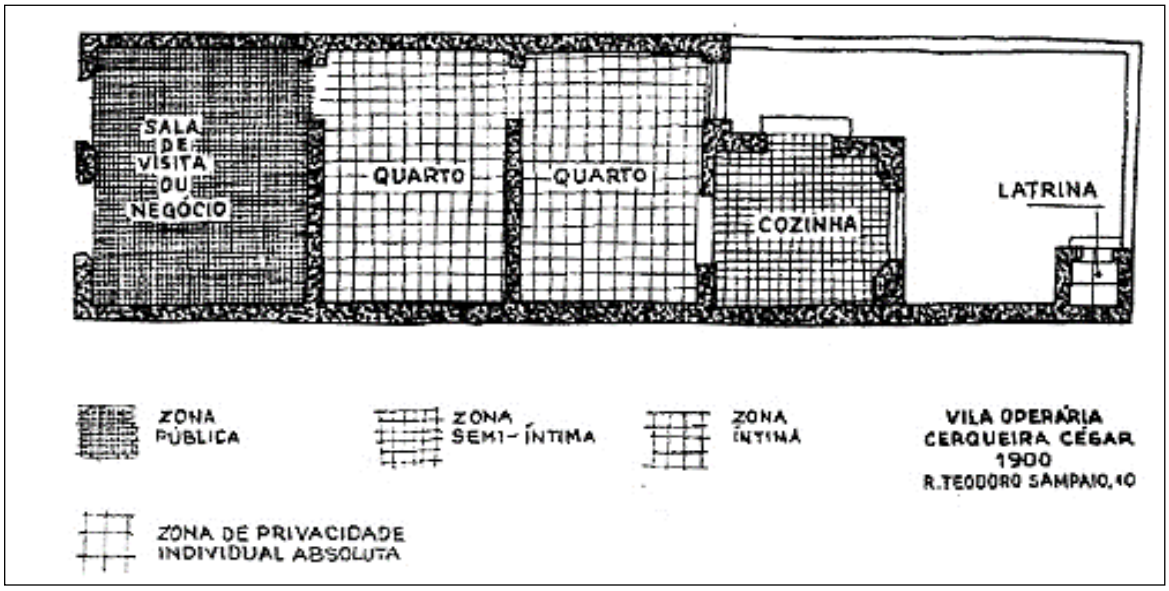
Figura 1. Unidade habitacional no cortiço.



Fonte: Valadares, apud Tim (2015).

Na Figura 2, observa-se que os conceitos higienistas são aplicados com a separação da cozinha e o banheiro (latrina) em relação aos quartos, bem como é incorporada a sala de visita, ou seja, um espaço social que não seja o quarto. Isso permitia maior privacidade aos moradores, mas não tanto como conhecemos hoje, tendo em vista a falta de corredores, fazendo-se necessário a circulação das pessoas entre os quartos para utilizar a cozinha ou a latrina.

Figura 2. Unidade habitacional Vila Operária.



Fonte: Valadares, apud Tim (2015).

Diante do exposto, a presente pesquisa tem por objetivo identificar a tipologia habitacional utilizada na construção do conjunto habitacional Macapaba I e II, a partir da metodologia de revisão bibliográfica e análise projetual do conjunto.

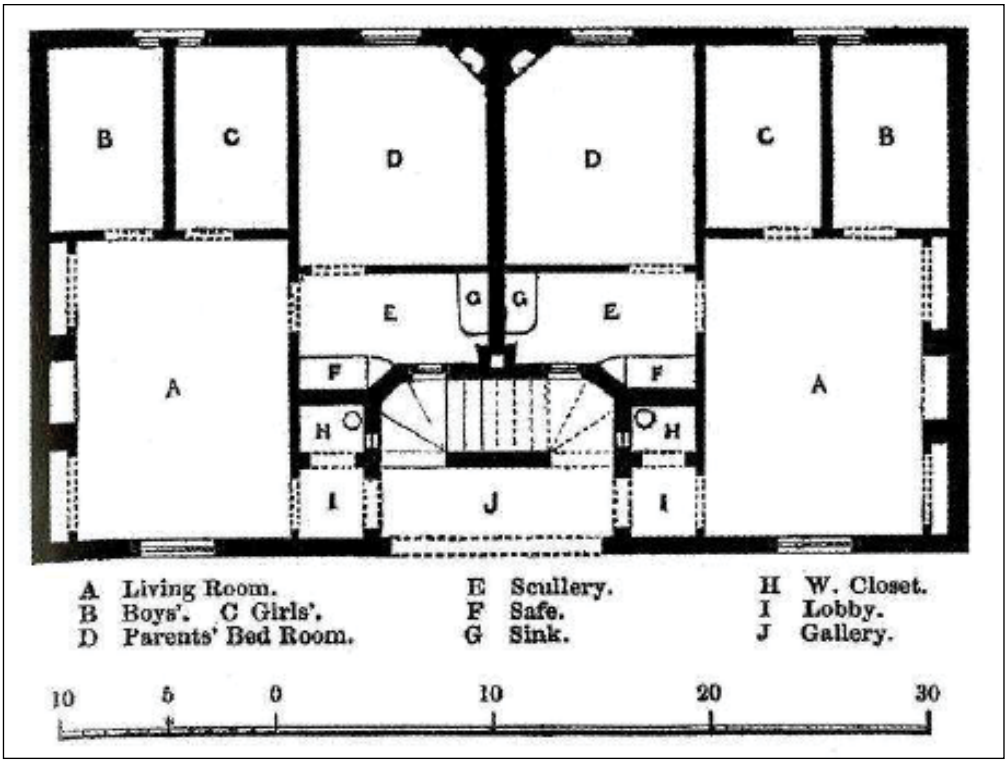
TIPOLOGIA HABITACIONAL NO MUNDO

Segundo Pinto (2012), a história das habitações pode ser dividida em dois momentos: no primeiro até a Revolução Industrial no qual os espaços na habitação eram estabelecidos pelo uso e no segundo momento, a unidade habitacional passou a ser uma antecipação da forma de habitar com determinadas funções que se tornaram inalteráveis com o passar do tempo.

No primeiro momento destacam-se as casas que foram construídas voltadas para o seu interior, como no Egito e na Grécia, tendo como ponto de partida um espaço central, geralmente pátios abertos que partindo deste layout, se desenvolviam os cômodos da casa, permitindo a sua definição apenas pelo uso e não pela arquitetura. Ou seja, os habitantes iriam ditar o uso do ambiente sendo quarto, sala, cozinha ou uso geral. Isso permitia que cada família fizesse uso do espaço de acordo com as suas próprias necessidades. O quarto dos filhos e dos pais só eram definidos porque o seu uso fora destinado para tal, assim como a sala e a cozinha.

No segundo momento com a Revolução Industrial, piora as condições da população, pois não há habitação suficiente para abrigar todas as pessoas que se deslocavam do campo para a cidade, sendo um único quarto, dividido por mais de uma família (PINTO, 2012). Assim, em 1851 Henry Roberts apresenta uma casa modelo, iniciando uma reforma da moralidade por meio da arquitetura com base em dois pontos principais: A separação das famílias e o segundo a separação dentro da própria família.

Figura 3. Casa modelo no contexto da Revolução Industrial.



Fonte: Pinto (2012).

Segundo a Figura 3, a sala de estar (A) torna-se o ponto de ligação e circulação para os quartos das crianças, separadas por sexo, sendo (B) quarto dos meninos e (C) das meninas, já o quarto dos pais (D) possui um acesso pela copa (E) que permite acesso a dois espaços, a sala de segurança(F) e ao lavatório (G). As áreas livres para acesso, além da sala de estar, ficam a cargo do armário (H), salão de entrada(I) e a galeria para circulação (J); nesta perspectiva, Pinto (2012) explica que:

> A atribuição de uma função a cada espaço e a selectiva ligação entre quartos garante a privacidade dos membros da família, ao mesmo tempo que a segrega. Encontra-se patente neste modelo uma obrigação quanto ao modo de usar e viver a habitação, de modo a que se acabasse com os hábitos domésticos existentes, que eram considerados imorais (PINTO, 2012, p.42).

Assim se define o marco do pré-determinismo no uso dos espaços nas habitações, dando origem a dois tipos de habitações, a responsiva e não responsiva, ou seja, a habitação que responde o morador e a que não responde. A habitação responsiva que segundo Pinto (2012) corresponde à habitação que não tem os espaços pré-determinados, podendo ter outra função ao longo do ciclo de vida do seu ocupante, e a habitação não responsiva que compreende aos espaços já determinados, limitando o espaço e as interpretações sobre ele.

A análise destas duas categorias de habitação auxilia no diagnóstico das habitações de interesse social, construídas de forma pré-determinada (não responsiva) com padronização dos edifícios e das unidades habitacionais e para as autoconstruções (responsiva) que como o próprio nome já diz é construída pelo e para o morador de acordo com as suas necessidades tendo como base o objeto principal, a família. Pinto (2012) reflete sobre o conceito de família atualmente, afirmando que

A família tipo (o ponto de partida para o desenho da habitação colectiva) continua a ser o casal com dois filhos, quando se sabe que esse tipo de família já não é o que reflecte maior percentagem. Hoje em dia há uma variedade muito grande de tipos de família - a pessoa solteira; o casal com um único filho; o casal sem filhos; a mãe ou o pai solteiro com filhos a seu cargo; o casal de idosos, e por aí adiante. Há que ganhar consciência deste facto e conseguir incorporá-lo (entre outros) na concepção da habitação (PINTO, 2012, p.17).

TIPOLOGIA HABITACIONAL NO CONJUNTO HABITACIONAL MACAPABA I E II

A construção das habitações de interesse social, destinadas para família tipo casal com um ou dois filhos fica evidente na análise do conjunto habitacional Macapaba I e II, situado na cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá. O conjunto habitacional de competência do Estado faz parte dos 8 (oito) conjuntos de interesse social presentes no município; entretanto, o Macapaba ganha destaque por se tratar do maior conjunto já construído, com um total de 9.950 unidades habitacionais, distribuídas entre casas térreas e apartamentos, em um período de sete (7) anos, entre 2011 e 2018. Estas habitações foram destinadas para as populações que habitam os aglomerados subnormais, em especial, os moradores das Áreas de Preservação Permanente (APP) que recortam a área urbana de Macapá. Ou seja, destinadas aos habitantes das áreas de ressaca.

Observando as Figuras 4 e 5 é possível identificar a representação do padrão das unidades habitacionais de casas e apartamentos oferecidos no Macapaba I e II, fica evidente a construção realizada para uma família tipo casal com um ou dois filhos e não atende às particularidades de cada família que irá ser remanejada, como por exemplo pessoas com necessidades especiais, tais como cadeirantes. Isso mostra que o projeto é imposto e que as famílias não participam no planejamento das casas e dos apartamentos em que vão morar, justificando muitas alterações que os próprios moradores realizam após receberem as chaves da habitação.

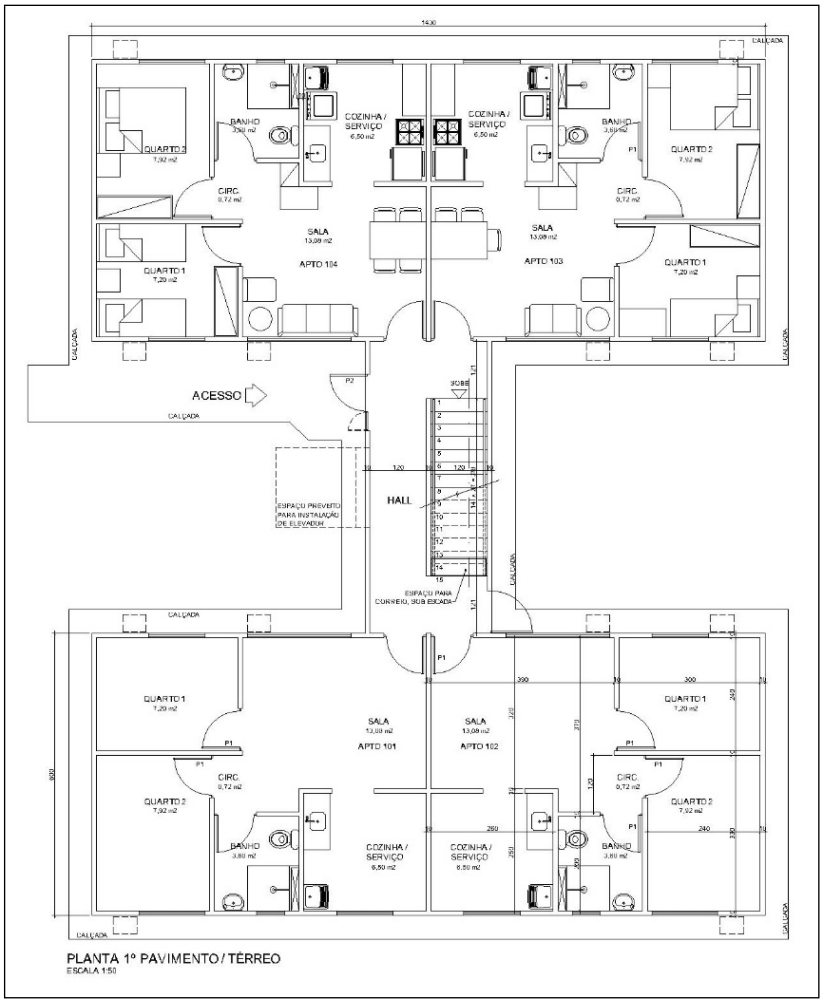
Figura 4. Planta baixa tipo, das casas ofertadas no Conjunto Macapaba I e II.

Fonte: SEINF (2021).

Foto 1. Fachada dos edifícios no Conjunto Macapaba I e II.

Fonte: autora, trabalho de campo (2021).

Figura 5. Planta baixa dos apartamentos ofertadas no Conjunto Macapaba I e II.



Fonte: SEINF (2021).

Foto 2. Fachada dos edifícios no Conjunto Macapaba I e II.

Fonte: autora, trabalho de campo, 2021

A partir da análise projetual, identifica-se que os moradores tanto das casas como dos apartamentos são contemplados com dois quartos, a julgar o casal com três ou quatro filhos, é possível pressupor que haverá compartilhamento dos ambientes, o que não difere as habitações ofertadas hoje, das habitações ofertadas nas vilas operárias, demostrando que não houve evolução principalmente na concepção das necessidades dos trabalhadores. A Foto 1 também demonstra que as áreas de serviço (localizadas na lateral da cozinha) não são cobertas, fazendo com que o morador improvise ao estender a roupa, assim como não há espaço para garagem destinada aos carros (Foto 2), fazendo com que os próprios moradores improvisem, descaracterizando a fachada (área frontal do edifício).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não pensar nas necessidades da família como plano de partida para a construção das habitações, implica na ineficácia da unidade habitacional de interesse social, pois é o próprio morador que julgará a eficácia do programa de acordo com as suas necessidades do dia a dia. Quando a mesma não é suprida, justifica-se o nível de evasão e retorno para as áreas de invasão, em Macapá, para as áreas de ressaca, sendo o ponto de partida para a análise das transformações sociais e territoriais desenvolvida na dissertação intitulada: Habitação de Interesse Social e a Ocupação nas Áreas Úmidas: Estudo de caso do Conjunto Macapaba I e II em Macapá/AP. Desenvolvida através do programa de pós-graduação em Geografia-UNIFAP.

REFERÊNCIAS

PINTO, I. A. S.V. **Habitação responsiva** – uma abordagem alternativa à problemática da pré-determinação funcional moderna na habitação colectiva contemporânea. 198 p. Dissertação. Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2012.

TIMM, Juliane Aimé. **Habitações operárias no Brasil:** Arquitetura e urbanismo da habitação social na primeira metade do Século XX. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, 2015.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.

3 O DEBATE DE GÊNERO ENQUANTO RESISTÊNCIA DAS MULHERES INSERIDAS EM CIDADES DO MEDO

Jesiane da Silva Barbosa
Jodival Maurício da Costa

INTRODUÇÃO

Durante tempos dentro da ciência geográfica alguns grupos foram invisibilizados, o fazer geográfico desconsiderava a pluralidade social, considerando a Humanidade como uniforme, não dando assim visibilidade a espacialidades da metade da população. Na década dos anos 70, com a segunda onda do feminismo, essa realidade da geografia hegemônica começou a tomar outros rumos, rompendo com suas características fortes ligadas ao sexo e a raça.

As geografias feministas dão visibilidades a espacialidades esquecidas pela geografia com características androcêntricas, incorporando estudos como gênero, machismo e patriarcado nos estudos das espacialidades e revelando ausências dentro da ciência geográfica, ausências que aos poucos vão aparecendo, porém ainda com muitas dificuldades de aceitação dentro da geografia.

AS GEOGRAFIAS FEMINISTAS E AS ABORDAGENS DE RESISTÊNCIAS

A geografia hegemônica se desenvolvia por meio de discursos que davam visibilidade somente ao grupo de cor branca, masculino e heterossexual, e assim negando existências da diversidade na sociedade. Porém, o feminismo que surge na segunda onda, com finalidade de buscar igualdade de direitos, mostrando que mulheres e homens têm vivências diferentes na sociedade, traz para a geografia uma nova perspectiva onde essa começa a desenvolver pesquisas que abordam espacialidades produzidas e reproduzidas por mulheres e assim pensando em novos conceitos e metodologias.

> Nessa perspectiva, emergiram as chamadas "geografias feministas", desenvolvidas com o objetivo de desafiar a crença fundamentalista da universalidade do saber geográfico estabelecido, por meio da reivindicação de novas versões científicas que pudessem trazer para a visibilidade grupos sociais repudiados pelo conhecimento hegemônico. (SILVA, 2009, p.26.).

As geografias feministas *no plural* fazem alusão a um grupo de diversidades, fazendo referência à pluralidade cientifica e ideológica. Da união do movimento político feminista com a geografia surgiram novas formas de interpretar o espaço, tornando visíveis relações espaciais que por muito tempo foram desconsideradas, e assim inserida a geografia feminista no campo da geografia cultural temos o surgimento da nova geografia cultural.

Com a junção do feminismo enquanto movimento político e teórico inserido na ciência geográfica, vivências tornaram-se perceptíveis pelo meio cientifico geográfico. As relações de gênero enquanto conceito davam visibilidade a relações desiguais produzidas socialmente e culturalmente, onde se obtinham dois gêneros, o masculino caracterizado como superior e o feminino enquanto inferior.

> A adoção do conceito de gênero pelas geógrafas feministas permitiu avanços teóricos e metodológicos, além da ampliação do campo de estudos, já que o espaço passou a ser um importante elemento para a compreensão das relações de gênero. Cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo, hierarquizada, com primazia dos homens em relação às mulheres. (SILVA, 2009, p.35).

Relações de opressão do gênero masculino sob o feminino durante muitas décadas foram naturalizadas e dentro da ciência geográfica isso também acontecia, pois a ausência de pesquisas sobre mulheres e feita por mulheres era natural, e quando geógrafas começaram a se inserir, precisaram desafiar a geografia hegemônica masculina, para enfim dar visibilidade às mulheres dentro da ciência geográfica.

As metodologias de pesquisa que fazem parte da geografia feminista apresentam flexibilidade, pois essa flexibilidade enquanto elemento permite transformar emoções em produção cientifica e assim quebrando silêncios e as transformando em força pela luta por direitos. Os estudos de gênero no espaço seguem diferentes abordagens, uma delas é a teoria construcionista e outra desconstrucionista.

A perspectiva teórica construcionista considera o gênero enquanto papel social reproduzido por homens e mulheres, observando o espaço enquanto produzido socialmente, ligado à cultura, onde se constroem e reproduzem ideias do que é ser homem e o que deve ser mulher.

A adoção do conceito de gênero e sua evolução no decorrer do tempo abriu novos caminhos teóricos e metodológicos que deram visibilidade a discursos de pluversalidade do conhecimento indo contra a universalidade. Assim, sob influência dos estudos de Judith Butler, gênero passou a ser considerado como caráter performático, não se limitando ao sistema binário, e cessando com a ideia de que o gênero reflete o sexo e limita-se a ele.

A teoria desconstrucionista fortemente influenciada por Butler, influenciando os estudos geográficos compreende o espaço como relacional, como afirma RATTS; COSTA; SILVA; ORNAT;

SILVA; SILVA o espaço comporta relações que são reinventadas, em diversas configurações aleatórias, fortalecendo a exclusão daqueles que não estão dentro da regulação de gênero heteronormativo, ou também ser uma referência para a resistência a essa ordem.

> A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio de práticas do desejo heterossexual. (BUTLER, 2018, P. 53).

O fim da normatização do gênero enquanto binário rompe com a hegemonia da heterossexualidade compulsória que naturalizem regimes de poder que são ligados a opressão masculina e heterossexual. Assim, dentro da geografia a ideia limitada de gênero enquanto análise espacial do feminino e masculino se rompem, segundo novas perspectivas onde são consideradas além das diferenças sexuais, estabelecendo interseções com modalidades classistas, raciais, étnicas e regionais.

A heterossexualidade compulsória invisibiliza outras formas de existência humana, e a incorporação da performatividade nos estudos geográficos dá transparência à importância das análises espaciais de tempo e espaço em estudos de vivências e experiências cotidianas, que confrontam ordens compulsórias de gênero e da sociedade heteronormativa.

> Compartilhamos do pensamento, expresso por Judith Butler, de que o gênero performático é uma representação construída em atos estilizados, jamais plenamente exibida em qualquer situação, e a linearidade entre sexo, gênero e desejo é uma falácia do discurso hegemônico. Nesse sentido, o espaço é também compreendido aqui como imbricado nas *performances* vivenciadas cotidianamente. (SILVA, 2009, p. 95).

Para Butler, o gênero é muito mais do que binarismo, muito mais que representação de papéis sociais de homens e mulheres, suscetível a múltiplas convergências e divergências, complexo e aberto. Ele é a reprodução de uma forma, uma crítica à ideia de mulher como ser, pois, essa teoria produz identidades que não são representadas, então gênero é construção social.

O rompimento da matriz binária e oposicional do gênero trouxe avanços teóricos para a geografia uma vez que suas análises espaciais, principalmente estudos sobre espaço e território, foram para além de uma concepção androcêntrica, considerando outras formas de existências que não fossem o masculino como único modelo de representação.

Assim é importante salientar que a geografia feminista não se limita aos estudos de gêneros ou patriarcado, pois existem diversas formas de espacialidades, vivências e experiências cotidianas, onde suas análises que estiveram no espaço foram apagadas durante muito tempo pela geografia hegemônica e sua sociedade heteronormativa. Nesse sentido,

o espaço é analisado pelo estudo do gênero performático e também por atos subjetivados que negam o ideal de gênero.

Compreendemos o espaço e o tempo por práticas materiais e simbólicas, porém, para SILVA (2019), as cidades em sua maioria são planejas e construídas por homens, nos espaços públicos é predominante a presença masculina, então é impossível produzir visibilidade feminina através dos apegos às formas materiais pois esses expressam formas hegemônicas. Acreditamos que em pesquisas que busquem retratar visibilidade de pessoas não hegemônicas é preciso haver um equilíbrio entre o material e o simbólico.

A geografia feminista prega a importância da ocupação e conquista do espaço, pois esse seria o fim de sistemas de opressão feminina, assim ela, enquanto perspectiva de análise, incorpora as contribuições feministas, e se desenvolve a partir dos estudos conceituais e metodológicos. Em análises de gênero, busca equidade entre os gêneros na configuração do espaço.

O DIREITO À CIDADE EM CIDADES DO MEDO

O espaço urbano é um recorte de muitas contradições, no caso das cidades do medo é reflexo da violência, do machismo, patriarcado e misoginia, mas também podem se transformar em espaços de luta, de mudanças, de busca pelo direito à cidade. TUAN (2005), nas cidades sempre houve o desejo de perfeição física e de uma sociedade estável e harmoniosa, pois também ela historicamente sempre foi oprimida pela violência e pela ameaça do caos.

Ainda segundo Tuan (2005), os humanos sempre procuraram segurança, pois em um lugar seguro existe a possibilidade do estar cuidado e descuidado. A sensação de segurança em cidades do medo é uma busca constante, uma vez que a cidade reflete violências materiais e simbólicas de ordem patriarcal e machista que se tornam naturalizadas na sociedade, onde a sensação de segurança é momentânea.

A cidade enquanto espaço em construção precisa de novos planejamentos e políticas públicas de inclusão, sem a influência de valores de opressão, precisa ser pensada de forma que atenda a todas e a todos, sendo justa com a pluralidade social. O direito à cidade é um direito de todos os grupos, onde se sintam seguros ao caminhar por espaços públicos com autonomia, livres do medo e com a certeza de que estão.

> O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito á liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à Cidade. (LEFEBVRE, 2001, p. 134).

O direito à cidade é um projeto para o futuro e utópico, um pensamento e uma ação, onde pessoas se encontrem na cidade, sendo transformada em uma cidade justa que seja

produzida a partir da compreensão de diferentes realidades, pensando no habitar buscando formas de viver a cidade.

O direito à cidade para a mulher é o espaço que é pensado nas necessidades, na sua forma de se locomover, que ofereça estrutura, aparelhos, transportes públicos, segurança pública, espaço onde ela seja respeitada, onde se sinta livre para construir relações espaciais, um espaço de políticas que seja projetado para mulheres de todas as idades, raças, classes e opções sexuais, sem exclusões, preconceitos e sistemas ideológicos perversos.

Pensar no direito à cidade é pensar em mudanças na produção do espaço material, social e simbólico, como eu vejo essa cidade, como eu percebo, como eu sinto, e me colocar no lugar de outros, pensando sempre na multiplicidade de inter-relações, de infinitas identidades. Pensar na produção do espaço é pensar em políticas públicas, em planejamento urbano, em espaços vividos, percebidos e concebidos que atendam a pluralidade.

Pensar na pluralidade é pensar em cidades sem opressão, exclusão, violência e medo, onde todas/todos sejam vistos de forma igual, sem discursos machistas, homofônicos, misóginos e sexistas, pois todos esses contribuem para a violência sofrida por mulheres e demais grupos na cidade. Pensar na mulher é elaborar políticas que facilitem sua vivência na cidade, pensando na necessidade e diferença dos diversos grupos femininos urbanos.

Pensar na diversidade e na pluralidade é pensar em políticas públicas que atendam às necessidades de todas/todos, assim é importante a inclusão dessa diversidade na elaboração de políticas públicas de planejamento urbano, assim o urbano poderia ser pensado de forma que evidenciasse a igualdade, respeitando as necessidades e direitos de todos.

A autonomia no espaço urbano reflete confiança e a certeza de segurança, e a não existência dela, perigos de violência nos trajetos cotidianos pela cidade. Para o feminino o direito à cidade é saber que planejamentos urbanos são elaborados e comprometidos com o bem-estar de todas, atendendo mulheres da periferia e do centro, sabendo que o gênero faz parte da elaboração desse planejamento, e da criação de políticas públicas urbanas.

O fim de uma cidade do medo é o fim do temor à violência, podendo habitar a cidade sem o medo de ser vítima de crimes influenciados por questões de sistemas e preconceitos de opressão a tudo o que não pertence à heteronormatividade, livre de violências físicas e psicológicas no espaço urbano público.

> Cabe ressaltar que as práticas cotidianas das mulheres são produto das relações de gênero, as discriminações e desigualdades nessas construções resultam da ordem patriarcal que separa as esferas públicas e privadas, fazendo com que a vivência da mulher no espaço urbano seja diferenciada do homem, expressando-se nos sentimentos de medo e insegurança que fazem com que essas adotem táticas que acabam as excluindo desses espaços. Com isso, movimentos feministas organizam-se e questionam a violação de seus direitos no cotidiano, (GALETTI, 2017, p. 02).

Esse medo da violência que o gênero feminino sente se desenvolve pela falta de produção de uma cidade que atenda às necessidades da mulher, e oferecer um planejamento urbano que forneça acessibilidade, mobilidade e segurança. Mas esse é um começo, não é o bastante, pois a produção do medo na cidade é mais do que construções materiais, é reproduções de valores impostos por uma sociedade que vê a mulher como inferior, que não tem direito a determinados espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que esse estado de violência em cidades que causam o medo feminino pode ser superado e isso acontece de forma que se mude as estruturas materiais e também estruturas simbólicas. A ocupação do espaço público pela mulher, assim como o avanço da geografia feminista em questões teóricas e metodológicas, é o começo para transformações da sociedade para que a pressão se transforme em liberdade.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero:** feminismo e subversão da identidade/Judith butler; tradução de Renato Aguiar. 16 ed. –Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 20018.

GALETTI, Camila c. H. **Direito a cidade e as experiências das mulheres no espaço urbano.** 41º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro,2001.

RATTS, Alex; COSTA, Benhur Pinós da; SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Susana Maria Valeda da. Geografia e diversidade: Gênero; sexualidades; etnicidades e racialidades. **Revista da Anpege** p.229-244, v. 12, n.18, especial GT anpege, 2016.

SILVA, Joseli maria. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades / organizadora Joseli Maria Silva. -- Ponta Grossa, PR : TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades / organizadora Joseli Maria Silva. -- Ponta Grossa, PR : TODAPALAVRA, 2009.

4 COMPLEXIDADES E CONTRARIEDADES NA RELAÇÃO PORTO-CIDADE: O CASO DO COMPLEXO PORTUÁRIO DE SANTANA NO AMAPÁ

Jocianny Carla da Silva Sardinha
Roni Mayer Lomba

INTRODUÇÃO

No início do século XXI, o Brasil passa a ter maior visibilidade no que tange aos circuitos produtivos e financeiros globais do capitalismo, por meio da intensificação do uso de seus recursos naturais e exportação de suas *commodities*. Este fato ocorreu na perspectiva não de apenas entrar, mas de consolidar-se dentro deste processo de exigências dos agentes do capital, onde o Estado entra como um articulador, facilitador, e em alguns momentos também financiador de políticas territoriais que possibilitem infraestruturas necessárias para a movimentação do capital nas suas áreas de interesse.

Assim, a Amazônia passa a ser ainda mais atrativa para o capital, não por conta somente dos recursos naturais, mas também devido à possibilidade de consolidar-se como corredor logístico de escoamento de *commodities* através de investimentos em infraestruturas; em destaque neste trabalho, os complexos portuários.

A todos os fatos apresentados e para melhor compreender a relação porto-cidade, bem como suas implicações, este artigo terá por objetivo analisar as contrariedades e as complexidades entre o Complexo Portuário de Santana – CPS e sua relação com a cidade de Santana – AP, enfatizando as políticas territoriais, ajustes espaciais, bem como os conflitos que decorrem de tal relação. Com a expectativa de alcançar o objetivo proposto, foi necessária a utilização da seguinte questão orientadora: Como se caracteriza e se desenvolve a relação entre o Complexo Portuário de Santana – CPS e a cidade de Santana – AP?

Este trabalho possui a seguinte metodologia: I - o recorte temporal: as primeiras duas décadas do século XXI; II – Abordagem teórico-metodológica: análise crítica relacionada à manifestação, ação, movimentação e contradições do capital no espaço (ajustes espaciais), direcionadas ao contexto da lógica do acionamento dos complexos portuários, onde precisou-se realizar pesquisa bibliográfica sobre referências teóricas relacionadas aos Complexos Portuários no Brasil e Amazônia, as relações porto-cidade, os atos normativos (escala federal, estadual e municipal) que consequentemente geraram (ou não) políticas territoriais direcionadas aos espaços portuários e seu entorno; III – visita *in loco* ao porto de Santana.

Por fim, este artigo será dividido em 4 partes, a começar por esta breve introdução e mais 3 seções, sendo: Relação porto-cidade: dos ajustes espaciais à rede na produção do território; Políticas Territoriais Portuárias na Amazônia: a relação entre porto-cidade; Complexo Portuário de Santana – AP: conflitos e perspectivas na relação porto-cidade.

RELAÇÃO PORTO-CIDADE: DOS AJUSTES ESPACIAIS À REDE NA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO

O atual período da globalização é permeado de muitas interações espaciais[1] que podem alcançar todo o planeta, onde os portos possuem um papel de destaque, já que compõem a responsabilidade de movimentação de grande parte das mercadorias nacionais e internacionais.

Esses portos propiciam uma relação contraditória e complexa nas cidades portuárias, sejam de ordem econômica, dinâmicas globais, evolução tecnológica, desenvolvimento logístico, surgimento e posicionamentos de novos atores portuários, transformações no sistema marítimo internacional, bem como as características locais de cada cidade portuária (MONIÉ; VASCONCELOS, 2012). Novos padrões de organização são impostos, que exigem uma sincronização da produção, do transporte e da distribuição, onde os portos passam a compor uma rede logística que obtenha mais flexibilidade operacional e possibilite menos rugosidades espaciais e funcionais (MONIÉ, 2011).

E assim, a Amazônia também é acionada, e muitas cidades portuárias da região, a exemplo de Santana no estado do Amapá, passam a compor a crescente concorrência de terminais monofuncionais que captam fluxos de *commodities* oriundos das fronteiras de acumulação do planalto central e da bacia amazônica (MONIÉ; VASCONCELOS, 2012, p.10).

Assim, pode-se então afirmar que as reflexões apresentadas deixam claras as especificidades do território, pois não se trata apenas de uma superfície delimitada, mas também de território-rede, onde a categoria rede deve ser explicitada com a finalidade de detectar novas funcionalidades do território, onde a "circulação e comunicação que contribuem para modelar o quadro espaço-temporal que é todo o território. Essas redes são inseparáveis dos modos de produção dos quais asseguram a mobilidade espacial" (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

Concernente a isso, a rede passa a ser um objeto técnico de extrema relevância, visto que está diretamente ligada com a logística da mobilidade e fluidez do escoamento de *commodities* a nível global. Fazendo uso da perspectiva da rede como objeto técnico, Raffestin (1993) afirma que esta é "um meio de produzir território".

Neste sentido, percebe-se que a relação porto-cidade é uma relação de poder contraditória, que beneficia e marginaliza territórios, a exemplo dos investimentos

1 Ligado à organização do espaço, logo à produção de territórios, sendo apresentado por Corrêa (1995, p. 35) nas formas de criar, manter, desfazer e refazer territórios.

infraestruturais nos portos, que por outro lado antagonizam o abandono e sucateamento da estrutura urbana da cidade. Desta forma, Harvey (2005, p. 142) justifica tais fatos através dos Ajustes Espaciais aplicados para (re) funcionalizar os territórios, logo as "redefinições externamente impostas de regiões e territórios dentro e entre os quais ocorre o fluxo contínuo do processo social", que também pode ser expresso como "a criação de condições para que o capital se manifeste e ganhe movimento no espaço" (COUTO, 2007, p. 26).

Por fim, os ajustes apontados foram necessários para a inversão da visão sobre as áreas portuárias no Brasil, pois estas eram concebidas como meros componentes logísticos, mas com a ação dos ajustes espaciais (acionando e dinamizando territórios), o interesse foi remodelado na forma de eixos de articulação nacional-global, por meio de fluxos materiais e imateriais intra/extraescalar, que estão presentes nas relações porto-cidade.

POLÍTICAS TERRITORIAIS PORTUÁRIAS NA AMAZÔNIA: A RELAÇÃO ENTRE PORTO-CIDADE

A política territorial será aqui definida como um "conjunto de medidas estratégicas, a médio e longo prazo, assim como pelas correspondentes formulações de atuação dirigidas a intervir sobre o território, a fim de que assuma as formas adequadas ao conjunto dos interesses que controlam o poder político" (SÁNCHEZ, 1991, p. 72).

Tal definição é relevante pois o Estado resgata, por meio de suas políticas nacionais, os processos de intervenção via planejamento do desenvolvimento, voltados ao agenciamento de grandes grupos do país e do exterior, impulsionando programas neodesenvolvimentistas com fortes investimentos em infraestrutura na Amazônia (CASTRO, 2017, p.19), embora venham acompanhadas de vários conflitos nos territórios em questão.

No que se refere às políticas territoriais portuárias, elas são permeadas de ajustes espaciais, e são "visualizados por meio de financiamentos públicos, incentivos hídricos e fiscais, investimentos nas infraestruturas portuárias (públicas e privadas) e na constituição de leis e decretos que possibilitem segurança jurídica ao setor empresarial" (RODRIGUES et al., 2020).

Desta forma, significativas políticas territoriais que reverberam na Amazônia foram destacadas neste trabalho por conta da sua amplitude na região, que são: o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC; a Nova Lei de Portos (Lei nº 12.815 de 2013); Projeto Arco Norte e dos Corredores Logísticos Estratégicos: complexo de Soja e Milho. Estes contribuíram para integrar a região aos circuitos produtivos global, quando se observa a relevância que disponibilizaram para o aumento da exportação de *commodities,* planejamento e execução de grandes projetos de infraestrutura e dando condições reais e legais para a chegada das corporações transnacionais.

O PAC propiciou grandes investimentos infraestruturais na áreas portuárias. Os autores Gobbi, Carraro e Furlan (2015) ressaltam que R$ 5,27 bilhões foram destinados para obras de dragagem, infraestrutura portuária e serviço de inteligência logística, em 24 portos. Eles

enfatizam ainda que entre 2007 e 2014 os recursos alcançaram a marca de 132,3 bilhões de reais, especificamente para as infraestruturas portuária e de transporte, rodoviário, ferroviário, hidroviário e aeroviário, impactando diretamente muitos territórios.

No que tange para a Nova Lei dos Portos, Lei nº 12.815/2013, sua relevância se dá pelas grandes mudanças normativas que propiciaram transformações significativas nas relações porto-cidade, posto que esta concede a abertura legal para a instalação dos Terminais de Usos Privativos - TUP's, logo, o aumento de número de novos portos, bem como a chegada de novas corporações privativas.

O projeto Arco Norte, para Rodrigues (2018), é um programa político, de Estado (com alianças e lógicas capitalistas); um vetor logístico e um corredor de transporte e movimentação de mercadorias. Acrescente a isso, este projeto está estreitamente ligado ao setor do agronegócio, contribuindo para uma melhor movimentação entre local, nacional e global, maior conexão ao circuito produtivo-financeiro internacional, de bancos e fundos, bem como uma cadeia global de valor e de *commodities*.

Os Corredores Logísticos Estratégicos - complexo de Soja e Milho; este projeto emerge em 2017, tendo como uma das suas finalidades apresentar nove eixos de deslocamento dos principais produtos da economia brasileira (soja e milho; petróleo e combustíveis; minério de Ferro; açúcar; carne; e Automóvel), divididos em quatro corredores: norte, sul, sudeste e nordeste, sendo que o corredor norte, que é o próprio Arco Norte, ou seja, há uma total sinergia entre estes projetos.

Desta forma, o CPS insere-se como mais uma alternativa logística (transporte, armazenamento, escoamento, transbordo, recebimento e uso de produtos, insumos e/ou mercadorias relacionadas às atividades comerciais) para produção de grãos, assim como para o escoamento, quer dizer, forma-se uma condição estratégica para movimento e mobilidade no espaço, implicando diretamente na redução do tempo de escoamento, que por consequência trará maior lucro e competitividade no mercado global de *commodities*.

COMPLEXO PORTUÁRIO DE SANTANA – AP: CONFLITOS E PERSPECTIVAS NA RELAÇÃO PORTO-CIDADE

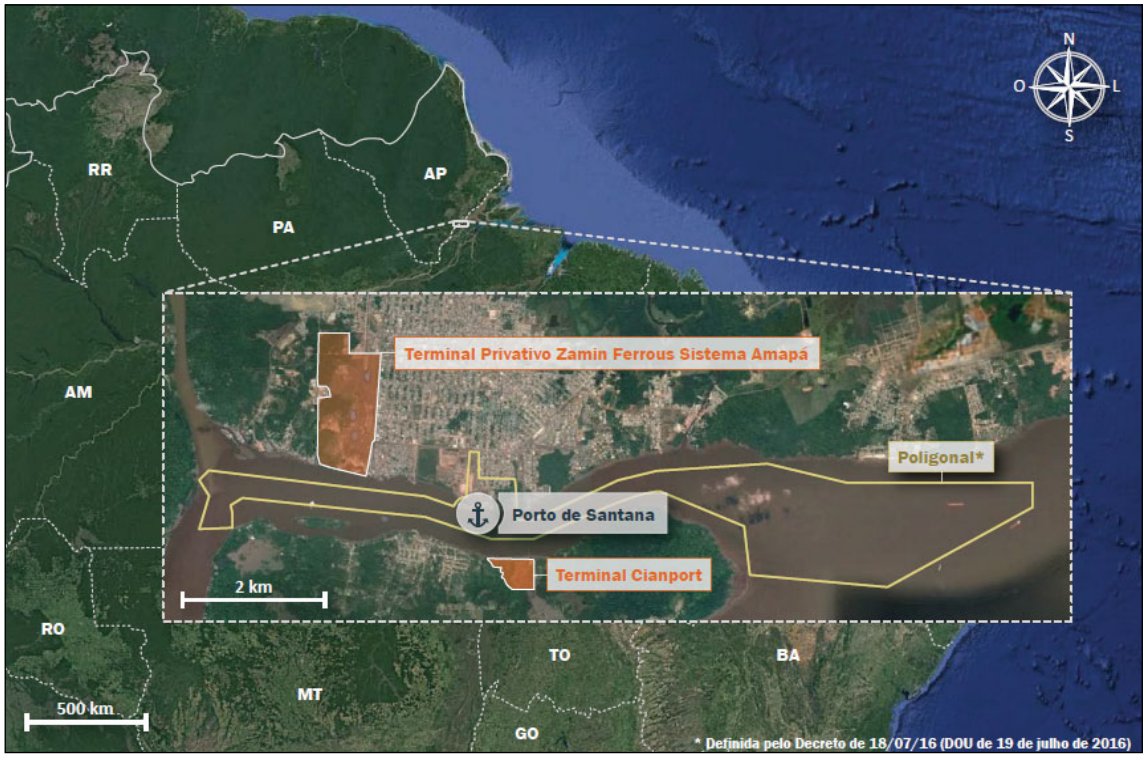
A cidade média de Santana está localizada no sudeste do Estado do Amapá, e possui uma população estimada de 123.096 pessoas, o que representa a segunda maior população do estado. Possui uma área territorial de 1.541,224 Km^2 (2020); densidade demográfica de 64,11 hab/Km^2 (2010); índice de desenvolvimento humano municipal - IDHM de 0,692 (2010); e um PIB per capita de R$17.307,11 (IBGE, 2018).

Um outra característica muito relevante, concerne à função portuária de Santana, configurando-se como um dos principais ajustes espaciais que caracterizam essa cidade, pois é de extrema relevância na rede urbana local, regional e global, sendo este fato confirmado

da seguinte forma: i) local: quando o produto que sai pelo porto e vem de outros municípios; ii) regional: quando ocorre o processo de conectividade com outras cidades de outros estados (com o exemplo das relações estabelecidas com Belém, Santarém e Manaus); iii) global: quando mantém relações com outros países, em destaque: China, Alemanha, Rússia, Espanha, Japão, Portugal e Holanda, devido à proximidade física com os maiores mercados consumidores mundiais de commodities agrícolas/grãos (com base em 2019, vide http://web.antaq.gov.br/ANUARIO/).

É interessante destacar que o CPS, segundo Brasil (2017; p.13), localiza-se na margem esquerda do Rio Amazonas, em frente a uma ilha de Santana e é composto pelo Porto de Santana (Porto Público, administrado pela Companhia Docas de Santana - CDSA); Terminal Privativo, da empresa Zamin Ferrous Sistema Amapá (localizado a 2 Km do Porto de Santana); e um Terminal de Uso Privado (TUP) da empresa Cianport (localizado na Ilha de Santana, com autorização concedida pela ANTAQ (conforme Figura 1), propiciando conflitos na relação porto-cidade.

Figura 1. Localização do Complexo Portuário de Santana.



Fonte: Brasil (2017).

No município de Santana um dos conflitos é expressado com a população do bairro Novo Horizonte[2], que segundo o Plano Mestre do CPS (BRASIL,2017), parte dele está localizado dentro de sua poligonal, sendo necessária a retirada dessas famílias para que novas

2 O censo 2010, do IBGE, sua população seria de 3.095 residentes e com 712 domicílios particulares permanentes, do qual 65.6% (2.030) são de pessoas de 15 a 64 anos, cuja dependência total dos jovens é de 52,4%.

áreas sejam disponibilizadas para arrendamento. A área rosa, da Figura 2, é apresentada como estudo prioritário nas apresentações que a CDSA (2020) realiza, e é descrita no Plano Mestre como uma área que ainda não possui projetos ou ações que possam resolver este conflito (BRASIL, 2017, p. 61). Nesse sentido Rocha (2019, p.106) enfatiza que "vários dos seus dispositivos [portuários] interferem claramente na vida dessas aglomerações, sobretudo quando esses terminais se localizam próximo às áreas centrais".

Figura 2. Área de conflito: bairro Novo Horizonte dentro da poligonal do Porto de Santana.

Fonte: CDSA (2020).

Um outro ponto a ser analisado está relacionado às áreas que vêm sendo compradas na Ilha de Santana para instalações de estruturas portuárias, a exemplo da empresa Cianport (construção de um TUP) e da empresa Caramuru (em processo de aquisição e regularização de áreas), segundo algumas pesquisas documentais e de campo. Neste sentido, Corrêa (1995) contribui analisando como mais uma estratégia de atuação do grande capital, na qual o autor denomina de "antecipação espacial", ou seja, se houver a necessidade de expansão do complexo portuário para a ilha de Santana por parte dessas empresas, elas não terão problemas na busca de novos territórios, em fazer análise de calado (até porque já foram feitos), bem como outras possíveis utilizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Antiguidade, a função era de unir, de agregar, de beneficiamento mútuo; no entanto, conforme os portos vão evoluindo, suas relações passam a ser mais complexas, ambíguas

e contraditórias. A consolidação do capitalismo provocou a expansão dos portos, porém, quanto mais avançavam, mais ocorria o distanciamento entre as relações porto- cidade. Os ajustes espaciais apresentam-se como uma garantia de atuação e movimentação do capital e as redes como a conexidade de sua fluidez nas produções do território.

O acionamento do Complexo Portuário de Santana dentro dos corredores logísticos do Arco Norte provocou significativas transformações na relação porto-cidade. O artigo, mesmo que de forma introdutória, apresenta alguma dessas relações, embora ainda sejam necessárias mais análises acerca desta temática, posto que ela possibilita, como consequência, uma melhor compreensão das relações econômicas, principalmente no que diz respeito à materialização das infraestruturas portuárias e suas relações com a cidade de Santana.

Ademais, um outro fator importante a ser analisado são as várias políticas territoriais que foram implementadas na Amazônia e que reverberam direta e indiretamente na cidade de Santana por conta da localização do CPS dentro da logística expansionista do capital global. A grande maioria dessas políticas são planejadas na esfera federal e redimensionadas para execução nos estados e municípios, não são pensadas em cooperação, e as especificidades dos territórios em questão não são prioridade.

É necessário destacar ainda que algumas relações contraditórias e complexas na relação porto-cidade percebidas através de alguns conflitos que vem surgindo, como: i) o aumento do uso privativo do território (empresas), algumas inclusive, nas áreas centrais da cidade; ii) compra e venda de novas áreas na Ilha de Santana por empresas portuárias e consequentes conflitos com a saída de moradores e chegada de novos na expectativa de geração de empregos; iii) possível retirada de moradores do bairro Novo Horizonte, que moram há décadas em uma área acionada pelo atividades portuárias, bem como a sua exclusão dos dividendos econômicos e uso de algumas porções do território (rio e ruas), entre outros.

Para finalizar, não se pode negligenciar a importância de um porto para a economia nacional, para o desenvolvimento regional e local, bem como sua conectividade com a economia mundial; no entanto, é igualmente importante que essas instalações, reestruturações e modernizações sejam acompanhadas de estudos, discussões das vantagens e dos transtornos que poderão ser propiciados para a cidade e população local.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.815**, de 05 de junho de 2013. Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, 2013.

BRASIL, Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. **Corredores Logísticos Estratégicos:** Complexo de Soja e Milho /Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Brasília: MTPA, 2017. 2 v.: gráfs., Il. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/pesquisas/

corredores-logisticos-estrategicos-volume-i-complexo-de-soja-e-milho>. Acessado em: 07/01/2021.

BRASIL. Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Secretaria Nacional de Portos. **Plano Mestre:** Complexo Portuário de Santana. Brasília: 2017.

CASTRO, E. M. R. Amazônia na Encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência.In: CASTRO, E. M. R. (Orgs.) **Territórios em transformação na Amazônia - saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017. p. 19-48.

CDSA, Companhia Docas de Santana. **Docas de Santana:** mais do que um ponto de partida, um empreendimento de futuro, Apresentação em slide, 2020, Santana-AP.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15 – 47.

COUTO, Magdiel Eliton Ayres do. Os Ajustes Espaciais: a expansão das redes e a mobilidade informacional no cenário amapaense. In: **Condicionantes construídos:** reflexões sobre as transformações espaciais amapaenses / Organizador Jadson Luís Rebelo Porto et.al. - Macapá: Jadson Porto, 2007.

GOBBI, G.; CARRARO, I. R.; FURLAN, J. Análise do setor portuário brasileiro: deficiências, transformações e melhorias. **Espacios** (Caracas), v. 36, n. 5, p. 5-20, 2015.

HARVEY, D. A **produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MONIÉ, F. Globalização, modernização do sistema portuário e relações cidade/porto no Brasil. In: SILVEIRA, M. R. (org.): **Geografia dos transportes, circulação e logística no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 299-330.

MONIÉ, F.; VASCONCELOS, F. N. Portos, cidades e regiões: novas problemáticas, abordagens renovadas. **Confins**, v. 15, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo, Ática, 1993.

ROCHA, João Mendes. A conflagração do espaço: a tensa relação porto-cidade no planejamento urbano. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 95, p. 91-112, 2019. Disponível em: http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142019000100091. Acesso em: 11/01/2021.

RODRIGUES, Jondison Cardoso. **O Estado a contrapelo**: lógica, estratégias e efeitos de complexos portuários no Oeste do Pará. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental), Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

RODRIGUES, J. C.; SARDINHA, J. C. S.; COUTO, M. E. A.; ALMEIDA, J. C.; LIMA, R. A. P. Produção territorial portuária na Amazônia: ajustes, ordenamentos e práticas espaciais face a produção do complexo portuário de Santana, Amapá, Brasil. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 3, p. 85-113, 2020.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. **Geografia política**. Madrid: Editorial Sintesis, 1991.

5 A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS TERRITÓRIOS EM DISPUTA NO CAMPO: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Lana Patrícia de Matos dos Santos
Patrícia Rocha Chaves
Antônio Carlos Sardinha

INTRODUÇÃO

A exploração das populações que vivem no campo na Amazônia brasileira é parte do processo violento de colonização e sujeição histórica realizada na produção do território capitalista no qual também estão nas bases de sua formação social o racismo e o patriarcalismo, que avançou sobre as vidas dessas populações, disputando com elas as formas de apropriação da natureza.

As formas de apropriação do espaço na produção capitalista produziu na Amazônia um cenário de violências e impunidades. Dentre elas, a violência de gênero constantemente invisibilizada. Esta violência envolve uma complexa relação entre corpo, poder e cultura, e revelar como se configura esse fenômeno social nos territórios camponeses representa uma possibilidade de compreender como os processos de violação de direitos das mulheres estão integrados a processos estruturantes que abrangem a disputa nos e por territórios na Amazônia.

Nesse sentido, apresentamos a pesquisa intitulada "A questão da violência na construção/reconstrução do território camponês no Amapá: O assentamento de reforma agrária Bom Jesus dos Fernandes", realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amapá, e busca analisar a configuração da violência de gênero no processo de territorialização do Assentamento de Reforma Agrária Bom Jesus dos Fernandes, tendo como objetivos específicos analisar a apropriação do território a partir da categoria gênero, as territorialidades e o protagonismo das mulheres camponesas; identificar as violências de gênero no território camponês e a indissociabilidade de corpo e território.

Para tanto, o trabalho é composto por 3 capítulos, e apresentamos aqui uma síntese do primeiro, onde nos debruçamos em compreender como gênero uma categoria potente para contribuir com a Geografia enquanto campo de conhecimento, especificamente no entendimento de que a produção do território tem no gênero um dispositivo estruturante (e não acessório) para pensar o processo de territorialização no contexto das comunidades que vivem no campo na Amazônia.

Dessa forma, trata-se também de observar que as relações de gênero como centrais para constituição dos territórios nos levam a pensar o corpo-território (HAESBAERT, 2020), sendo o corpo um elemento não só para pensar o espaço apropriado (NUNES, 2014), mas,

igualmente, um território estruturado sob uma dada tecnologia de gênero (LAURETIS, 2004) constituinte das relações de poder que marcam a organização interna dos territórios e as relações entre territórios diferentes e divergentes.

Este trabalho traz os conceitos fundamentais da pesquisa como violência de gênero e o território enquanto teoria, isto é, bases interpretativas das relações sociais considerando sua formação, transformações, e resistências ao avanço do capital em suas formas estruturais patriarcal/ machista/ latifundiária/ monocultora/ racista nesses territórios, densamente relacionado ao capital rentista que vigora no Brasil.

O TERRITÓRIO DE PESQUISA

O projeto de Assentamento Bom Jesus dos Fernandes/Tartarugalzinho foi fundado em 1994, pela necessidade de regularizar esta área de ocupação no Município de Tartarugalzinho – AP. Essa ocupação iniciou com 09 famílias camponesas provenientes do Estado do Maranhão (Plano de Recuperação do Assentamento Bom Jesus dos Fernandes, 2005).

Na Figura 1 pode-se visualizar área do projeto de assentamento, onde após a sua fundação, outras famílias foram se instalando, intensificando o processo de ocupação e em sua maioria, maranhenses e parentes ou vizinhos das primeiras famílias residentes do local, fato que levou à divisão em dois Núcleos: Agrovila de Bom Jesus dos Fernandes, onde a maior parte se concentra, e a localidade do Limão, onde se concentram famílias de origem amapaense ou paraense.

Figura 1. Localização da Área de estudo – Projeto de Assentamento Bom Jesus dos Fernandes.

Fonte: MELO (2020).

Atualmente o assentamento conta com 367 famílias, segundo a Relação de Beneficiários – RB do INCRA/AP, de 05/10/2005), porém, no levantamento realizado em campo pelo Incra para a produção do plano de recuperação, foram encontradas de direito e de fato, 113 famílias no referido assentamento e segundo a Secretaria Municipal de Saúde de Tartarugalzinho (2021), existem 170 famílias que totalizam 600 pessoas em Bom Jesus dos Fernandes.

Com a chegada de mais famílias ao assentamento, a demanda de serviços públicos aumentou, como escolas, e atualmente a agrovila tem uma escola estadual e uma escola municipal está em construção, ambas conquistas da mobilização social, assim como aberturas de estrada e vicinais e de um posto médico. Essas infraestruturas ainda são bastante precárias dada a insuficiência de profissionais que possam atender a população do assentamento e até mesmo a ausência de serviços médicos e medicamentos no posto de saúde local, visualizado na Figura 2.

Figura 2. Posto de Saúde Sr. Bina no Assentamento Bom Jesus dos Fernandes.

Fonte: Santos (2021).

RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E O CAMPESINATO AMAZÔNICO EM QUESTÃO

A violência de gênero, como tantas outras modalidades de violência resultantes de conflitos na região amazônica, mais do que consequência, é um fenômeno constitutivo do processo de produção dos territórios nesse cenário de disputas econômicas que marcam os conflitos socioterritoriais na região. A CPT vem por muitos anos buscando catalogar, denunciar e orientar as populações que vivem no campo, embora a classificação dos dados ainda não terem uma tipificação que considere as questões de gênero, nos três últimos anos, vem publicando textos que tratam das violências territoriais e do protagonismo das mulheres no campo.

Enquanto o Atlas da Violência (2020), publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), faz distinções por critérios como faixa etária, gênero, raça e outros tipos de situações; no entanto, não situa espacialmente as situações de violência e não discrimina se ocorreram no campo ou na cidade. Nesse contexto a Amazônia também se destaca, especialmente os estados de Rondônia e Acre.

Partindo deste pressuposto, ao observar a violência de gênero nas comunidades camponesas, é necessário tecer uma compreensão desse fenômeno de forma integrada aos processos de disputas territoriais na Amazônia.

Nesse âmbito, entendemos gênero para além de uma categoria usada para contrastar diferenças sexuais entre corpos significados sob uma lógica essencialista, do tipo biológica ou nas convenções sociais para papéis e funções atribuídas a partir dessa diferenciação. O que interessa à presente reflexão é destacar a ideia de tecnologia de gênero lançada por Lauretis (2004), ou seja, a de que gênero não está restrito aos corpos.

A violência de gênero nos territórios em disputa epistêmica e política deve estar situada nesse conjunto de tecnologias sociais que operam um sistema sexo-gênero como parte de um sistema econômico-produtivo que imprime também, pela via das representações de gênero, a constituição dos territórios que incorpora a tecnologia de gênero como parte das disputas inerentes ao que trataremos como territorialização características da região amazônica.

AS RELAÇÕES CAMPO/CIDADE E A FORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL CAMPONESA

Segundo Castro e Naum (2012), a formação do campesinato amazônico remonta à colonização, a ocupação da Amazônia, em que homens negros e indígenas escravizados quando libertos desenvolviam a agricultura como atividade principal e meio de sobrevivência. Com a migração de trabalhadores para a região, aumentando a demanda por alimentos, o camponês passou a se dedicar ao abastecimento dessa população. Esses definem o campesinato amazônico como:

> "Um campesinato que se pauta na mistura de conhecimentos de índios, negros e colonos migrantes, de forma diferente de acordo com os espaços ocupados pelos grupos. As origens dos migrantes, as práticas culturais dos que moravam na região (caboclos, extrativistas, indígenas, entre outros), e as estratégias utilizadas para a garantia dos interesses do capital sobre o território fizeram surgir relações e trocas em vários níveis, aparecendo umas mais associadas às práticas externas, outras mais 6 tradicionais. Estas diferentes relações fizeram do espaço amazônico, um espaço de diversidades, histórica e geograficamente marcado, uma vez que cada espaço regional foi mais ou menos valorizado por suas condições." (CASTRO; NAUM, 2012, p. 6).

Este campesinato se desenvolveu e sobreviveu aos surtos econômicos que marcaram e transformaram seu modo de vida e a Amazônia. Uma categoria importante para entender como estão estruturadas as relações de gênero nesse campesinato é o território, sua apropriação subjetiva cultural-simbólica, produzido pelas relações dos sujeitos sociais que possuem raça, gênero e classe.

A GEOGRAFIA DE GÊNERO: O CORPO-TERRITÓRIO E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CAMPO

Novais (2019) considera que "[...] o capitalismo no campo e na cidade se perpetua em uma simbiose racista patriarcal, e esta simbiose se manifesta na autorização de agredir mulheres, negros/as, povos indígenas e LGBTQI+." Nesse sentido, o feminismo é fundamental na orientação de reconstrução dos territórios de vida no campo e na cidade, territórios que comportem a multiplicidade e a particularidade dos sujeitos sociais que se mostram nesse tempo histórico.

Pensar as relações de gênero passa a ser aspecto estruturante das relações sociais no campo Rossini (1993) apontava o gênero como temática ainda pouco explorada na Geografia, tendo em vista que seu objeto de estudo é o espaço geográfico e a mulher não constituía categoria de análise. A autora ousou demonstrar em seus estudos que a mulher, por meio do trabalho, produz e reproduz espaços e, sendo assim, gênero seria uma categoria de interesse geográfico.

Segundo Guimarães et al. (2019), "quase metade de toda a população do campo é composta por mulheres, e o trabalho rural acontece principalmente em relação à agricultura familiar, sendo esse tipo de agricultura encarregada por produzir 70% dos alimentos consumidos" (GUIMARÃES *et al.*, p. 5.773, 2019), dados que revelam a importância da mulher no trabalho rural.

Um conceito elementar para a compreensão do sujeito/objeto de estudo é a geograficidade, essência e geograficização do processo do gênero no contexto das comunidades camponesas na Amazônia que compreende a condição de apropriação desse espaço, tornando-o território e estabelecendo relações sociais que culminam na violência de gênero. O corpo é um dos muitos dispositivos que são apropriados por esses sistemas (LAURETIS, 2004) para operar de modo articulado na produção de hierarquias sociais com capilaridade marcada por relações de poder (materializado, mas nem sempre) em violência na dinâmica de produção dos territórios.

Para Raffestin (1993), a apropriação do espaço é mediada por relações de poder, e é isto que o torna território, é neste sentido que as categorias gênero e território se entrecruzam, pois o poder explícito — aquele que domina — e o poder simbólico — o que apropria — implicam relações de gênero também presentes no processo de territorialização. Nunes (2014) afirma que o corpo, quando apropriado material e simbolicamente, torna-se território, primeiro território, território da cultura. Saffioti (2011, p. 40) afirma que "a cultura dispõe de uma enorme capacidade para modelar o corpo, este é o próprio veículo da transmissão das tradições".

O conceito de corpo-território explorado por Haesbaert (2020), é uma importante abordagem do território a partir da perspectiva de gênero, em que a principal escala é o corpo, relacionando corpo-território, conceito fundamental para esse estudo, pois o fenômeno da violência contra a mulher envolve uma complexa relação entre corpo, poder e cultura presentes na construção desses territórios.

Cruz (2006) afirma que a Amazônia herdou do colonialismo, processo marcado pela violência, a subalternização de suas populações: índios, ribeirinhos, pequenos agricultores, seringueiros, varzeiros, castanheiros, populações quilombolas, mulheres quebradeiras de coco etc, e a romantização desse processo e da cultura amazônica invisibilizam a violência sofrida pelas mulheres nesses territórios e que negam o conflito e as desigualdades produzidas a partir das hierarquias baseadas nas relações de gênero no interior desses territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar o gênero como dispositivo relevante no processo de territorialização dos espaços camponeses da Amazônia, este trabalho propõe reinterpretar as relações sociais e as disputas que envolvem esse mesmo processo uma compreensão da violência por uma ótica estrutural, que resulta de uma trama complexa tendo o gênero como dispositivo que participa da constituição e, por consequência, das disputas nos e por territórios no campo.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Isabela Andrade de; NAUM, João Santos. O campesinato como vivência: a reprodução social em São Pedro/ Juruti – PA. *In*: **Anais** do XXI Encontro de Geografia Agrária. Uberlândia, out. 2012.

CRUZ, Valter do Carmo. R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia. **Terra Livre Goiânia**, v. 1, n. 26, p. 63-89, jan./jun. 2006.

GUIMARÃES, Letícia Batista.; SANTOS, Taís das Flores.; ALVES Cândida Maria dos Santos Daltro. Os direitos da mulher à terra: A promoção do direito constitucional e da igualdade de gênero no campo. **Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 7, n. 7, p. 5.769-5.785, maio, 2019.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): Contribuições Decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, p. 75-90, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2020**. Brasília, DF, 27. ago. 2020. Disponível em: https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2020. Acesso em: 17 abr. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Portaria nº 981**, de 02 de outubro de 2003, promulga a obrigatoriedade da titulação conjunta da terra ao homem e

à mulher. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/in_38_2007.pdf Acesso em: 11 dez. 2020.

LAURETIS, Teresa de. La tecnología del género *In*: BENAVIDES, Carmen Millan; MESA, Angela Maria Estrada (org.). **Pensar (en) género**: teoría y práctica para nuevas cartografías del cuerpo. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana – Instituto Pensar, 2004, p. 202-235.

NOVAIS, Adriana Rodrigues. A invisibilidade da violência contra as mulheres do campo e das florestas. *In*: **MST**. 13 março 2019. Disponível em: https://mst.org.br/2019/03/13/a-invisibilidade-da-violencia-contra-as-mulheres-do-campo-e-das-florestas/. Acesso em: 18 abr. 2021.

NUNES, Camila Xavier. **Geografias do corpo: Por uma Geografia da Diferença**. 2014 (245. f) Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Porto Alegre, 2014.

PIRES, Tom Adamenas e. **Geograficidades**: Necessidades, teorias e usos. 2019 (189 f). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia E Gênero: A Mulher Como Força De Trabalho No Campo**. Informações Econômicas, SP, v.23 (Supl.1), p.1-58, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani.Gênero e patriarcado: A necessidade da violência. *In*: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely de (org.). **Marcadas a ferro**: violência contra a mulher uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. 260 p. p. 35-76.

6 REGIÃO METROPOLITANA DE MACAPÁ – RMM: DE UM AGLOMERADO URBANO A UMA REGIÃO METROPOLITANA REGULAMENTADA

Magdiel Eliton Ayres do Couto
Ricardo Ângelo Pereira de Lima

INTRODUÇÃO

O espaço urbano brasileiro sofreu importantes transformações que alteraram a configuração da sua dinâmica urbana a partir da década de 1970, mais especificamente nos anos de 1973 e 1974, quando foram instituídas as nove primeiras Regiões Metropolitanas – RMs do Brasil. Tais transformações trouxeram novas características e funções para as cidades, pois além da dinâmica urbana, também emergiu a dinâmica metropolitana que (re) configurou o espaço brasileiro devido à maior visibilidade das metrópoles e suas diversas escalas.

Com o decorrer das décadas, o Brasil passa a ter uma ampliação[1] na instituição e regulamentação de RMs, principalmente devido ao advento da Constituição Federal de 1988, que delegou aos Estados o poder de instituir RMs no país, dando início a uma nova fase na organização dos centros urbanos brasileiros, permeados por dinâmicas urbanas e metropolitanas, mas também por um processo de banalização na instituição e regulamentação de RMs, pois muitas foram criadas por movimentos políticos e não por normatizações ou bases teóricas para a construção desses novos espaços metropolitanos.

Devido aos fatos abordados surgiu o seguinte questionamento ou problemática para nortear o trabalho: O espaço urbano denominado de Região Metropolitana de Macapá – RMM, instituída em 2003, "é" de fato ou apenas "tem" a prerrogativa por direito de região metropolitana? No intuito de responder a tal problema este trabalho terá como objetivo geral analisar como ocorreu e quais as características do processo de instituição e regulamentação da Região Metropolitana de Macapá - RMM, tendo como base teórica para análises os conceitos de metropolização do espaço e de Regiões Metropolitanas. Para tornar possível tal objetivo, foi necessário utilizar-se das seguintes seções para o desenvolvimento deste trabalho: I – Gêneses das Regiões Metropolitanas no Brasil e base teórica para discussão; II - Intitucio(ba)nalização das Regiões Metropolitanas): princípios ativos na formação e diferenciação dos espaços urbanos e metropolitanos; III - Região Metropolitana de Macapá: região por direito e não de fato.

1 Passando de 9 para as atuais 74 RMs, abarcando 1364 municípios.

Por fim, a metodologia adotada para a produção deste trabalho foi a seguinte: utilização do método de análise Materialismo Histórico-Dialético, e como método de investigação utilizou-se o procedimento histórico e as técnicas de pesquisa foram pautadas no levantamento bibliográfico e documental, com levantamento de dados de fontes primárias e secundárias, pesquisas e observações de campo, com análises de atos normativos, planilhas e anuários estatísticos e outros documentos oficiais de órgãos e instituições das três esferas do governo (Federal, Estadual e Municipal) relacionados principalmente às análises do espaço urbano amapaense nos municípios de Macapá, Santana e Mazagão.

GÊNESES DAS REGIÕES METROPOLITANAS NO BRASIL E BASE TEÓRICA PARA DISCUSSÃO

Buscando realizar as reflexões teóricas para discutir a Região Metropolitana de Macapá – RMM, que está contida no objeto de estudo deste trabalho, aqui faz-se necessário iniciar por uma breve análise do contexto das gêneses das RM's no Brasil, assim como da base teórica que possibilite a caracterização da metropolização do espaço e das regiões metropolitanas.

A começar pela gêneses das RM's, a década de 1970 é de fundamental importância, principalmente os anos de 1973 e 1974, momento em que foram instituidas as primeiras RM's[2] no espaço brasileiro, através das Leis Complementares nº14/1973 e nº20/1974. Portanto, neste período, evidencia-se a visão do governo militar, cuja intenção era construir uma integração territorial a tendência da concentração nesses grandes centros urbanos então instituídos. Logo, essa política de integração do territorial do país, desejada a partir da criação dessas "primeiras regiões metropolitanas partia da premissa de que tal empreitada estava ligada diretamente ao fato de se começar a construir [...] uma sociedade fortemente concentrada no meio urbano" (BARRETO, 2012, p. 1).

Visto tal contexto, observa-se a produção do espaço na forma de grandes centros urbanos que foram caracterizados como RM's, que não podem ser confundidos com a divisão político-administrativa do Brasil, que admite apenas os entes União, Estado, Municípios e Distrito Federal. Assim, para melhor destacar a base teórica, que será voltada para a análise da metropolização do espaço e a região metropolitana, será necessário primeiramente tecer breves comentários sobre a categoria de base, que será a produção do espaço.

Desta forma, a categoria espaço será aqui entendida segundo a visão de Santos (2006, p. 39), como "um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá", quer dizer, o espaço é uma relação de interdependência entre sistemas objetos e as ações[3]. Logo, o entendimento de espaço estará entrelaçado a relações sociais de produção, fato este expresso por Lefebvre (2006, p. 186), quando afirmou que "as relações

2 São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém, Fortaleza e Rio de Janeiro.

3 "[...] sistema de objetos sinônimo de um conjunto de forças produtivas e um sistema de ações que nos dariam um conjunto das relações sociais de produção" (SANTOS, 2006. P. 39).

sociais de produção têm uma existência social contando que tenham uma existência espacial; elas se projetam em um espaço, elas se inscrevem nele, produzindo-o". Assim, torna-se possível conceber análises das relações de produção social do espaço brasileiro, mais especificamente do processo de metropolização do espaço urbano que está passando por transformações.

Já no que diz respeito ao processo da metropolização do espaço, entende-se este como resultado de uma fase moderna de urbanização do espaço que está em constante transformação, que segundo Firkowski (2021) "hoje vivemos em um processo de urbanização tão intenso, que estabelece-se uma nova fase, a fase da metropolização. Isso não é o esgotamento da urbanização, é a sua transformação ou a sua metamorfose". Assim, segundo Santos (2005), estas transformações fazem com que o processo de metropolização assuma diferentes formas e conteúdos, segundo as características regionais da rede urbana.

Levando-se em consideração tais análises, o processo de metropolização foi inicialmente identificada e ligada na materialização de uma metrópole, mas este processo não produz só metrópole, ele também produz novas formas, condições de vida, relações e novos valores para a sociedade. Decorrente a isso, faz-se necessário diferenciar os entendimentos de metrópole e de região metropolitana (Quadro 1).

Quadro 1. Diferença entre Metrópole e Região Metropolitana.

METRÓPOLE	REGIÃO METROPOLITANA
É compreendida como a grande cidade, que possui funções superiores de comando e gestão e articuladas à economia global, sendo a porta de entrada dos fluxos globais no território nacional, onde se ancoram interesses internacionais e de onde partem, para o território nacional, vetores de modernidade e complexidade.	É a definição institucional, relacionada aos interesses políticos e, por vezes, motivada pela necessidade de ordenamento do território na escala regional e cuja cidade-pólo não é necessariamente uma metrópole.

Fonte: Firkowski (2012, p. 37).

A partir disso, quando pensamos em metropolização do espaço, somos remetidos a pensar sobre a dinâmica da região metropolitana, já que esta é composta por mais de um município "que apresenta tamanho urbano expressivo e intensa rede de fluxos urbanos intermunicipais, gerada em decorrência da concentração de empregos e de atividades de comércio e serviços, sobretudo na cidade-pólo" (TOURINHO; SILVA, 2016, p. 58), que também pode ser uma metrópole.

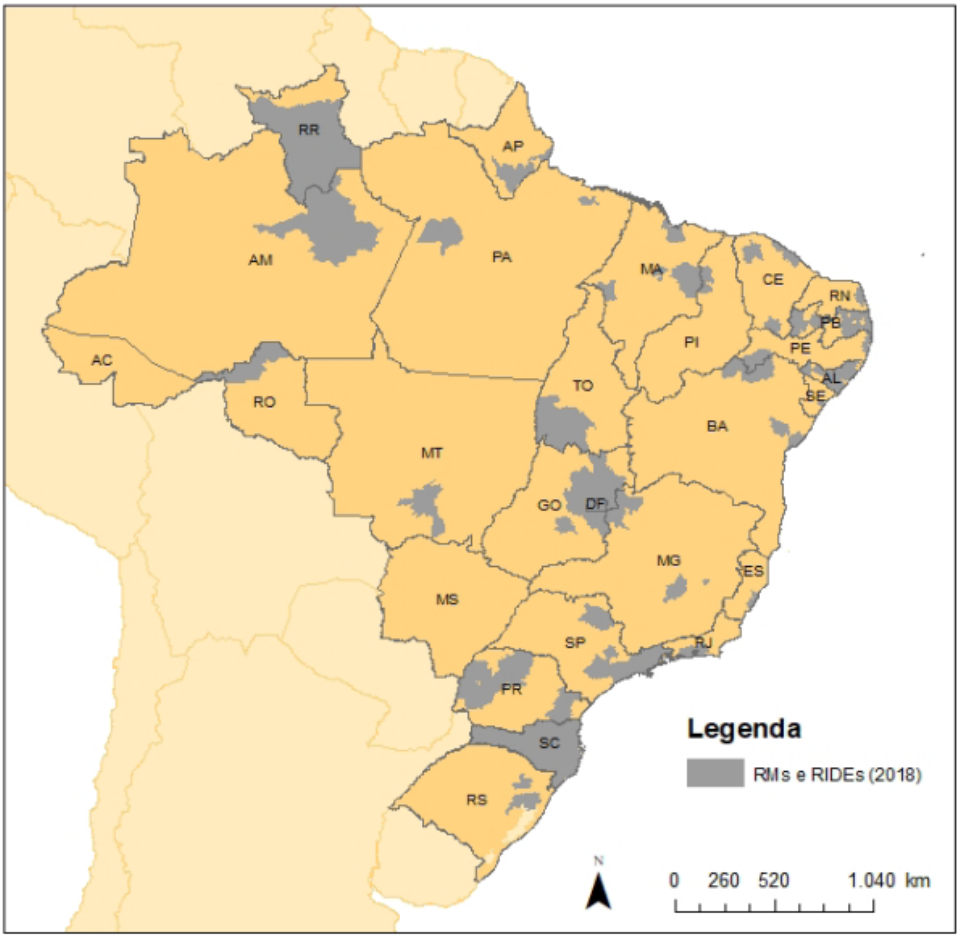
INSTITUCIO(BA)NALIZAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS: PRINCÍPIOS ATIVOS NA FORMAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS E METROPOLITANOS

A partir da década de 1990, o Brasil experimenta o fenômeno da institucio(ba)nalização relacionada de Regiões Metropolitanas – RMs, que segundo Amorim (2021), é o fenômeno

pelo qual as RMs são reconhecidas por vontade política e não necessariamente obedecem o ranking de critérios acadêmicos/científicos para serem reconhecidos; logo, podem ser de direito mas não de fato. Tal fenômeno é decorrente do advento da Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 25, e §3º, expõe que "os estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões [...]". Desta forma a nova Carta Magna foi a mola propulsora para a instituição de novas RMs no país, mas também para o fenômeno de institucio(ba)nalização, quando não previu regramentos e normatizações[4] para instituição dessas novas configurações para o espaço urbano brasileiro.

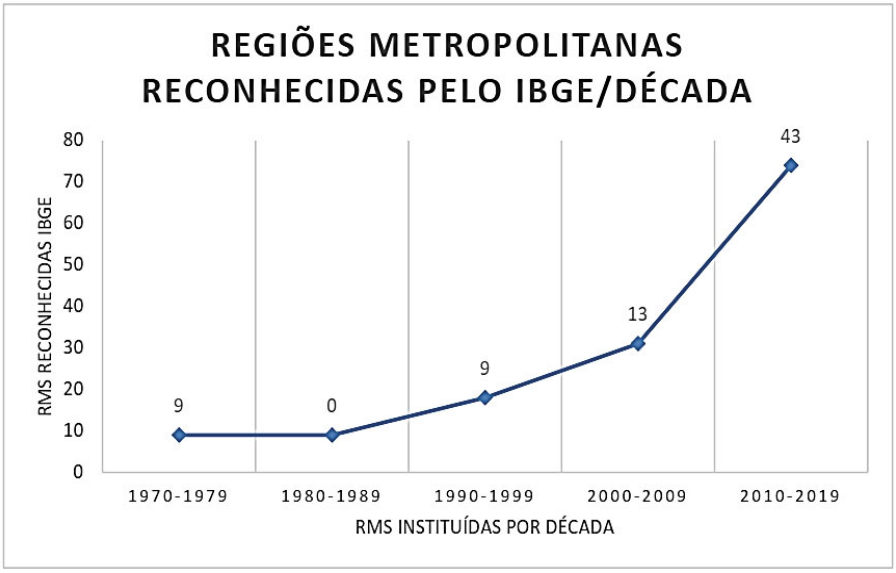
Vale frisar que atualmente o Brasil possui 74 regiões metropolitanas distribuídas por todas as grandes regiões do país e definidas por leis federais ou estaduais (Figura 1 e Gráfico 1), sendo que o principal objetivo da instituição dessas RMs deveria ser a viabilização de sistemas de gestão de funções públicas que têm interesse comum nos municípios abrangidos, como: serviços de transporte público, serviço de saúde, saneamento básico e outros. Mas o que observa-se são regulamentações de cunho político, sem base técnica ou científica, sem um padronização e que acabam por tomar as RMs uma informação meramente estatística.

Figura 1. Atuais RMs no Brasil.



Fonte: Cordeiro (2019, p. 44).

Gráfico 1. RMs reconhecidas pelo IBGE.



Fonte: Silva (2021, p. 45).

Devido aos fatos apresentados, ressalta-se o fenômeno da institucio(ba)nalização das RM's, pode ser analisado também pela própria essência do espaço ser social, pois a interação entre os seus elementos geraram dinâmicas espaciais que promovem a sua produção. As dinâmicas desses elementos espaciais são permeadas por Princípios Ativos, que para Santos (1997, p. 2), são: processos, conteúdo, estrutura, forma e função.

Vistos os princípios ativos que permeiam a dinâmica espacial, faz-se tácito abordar a dinâmica espacial em duas perspectivas, a urbana e a metropolitana. A começar pela perspectiva urbana, o espaço urbano será aqui entendido como "fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas - é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendrados por gente que produz e consome espaço", (CORRÊA, 1989, p. 11). Neste sentido o espaço urbano é o lugar de constantes transformações e contradições, onde seus princípios ativos são expressos e processos sociais são estabelecidos, quer dizer, uma produção social do espaço, sendo o seu grande palco as cidades.

Já o espaço metropolitano, segundo Lencioni (2006), é decorrente da metropolização que é um processo relativo ao espaço e não apenas à cidade, logo, é um processo ativo, dinâmico e que propõe ação, pois existem agentes que produzem este processo de metropolização. Assim, não há estrutura e processos se não houveram os agentes, logo é uma ação continuada, um processo socioespacial múltiplo, intenso e permanente, que, via de regra, inicia-se com o surgimento de aglomerados urbanos e cidades conurbadas.

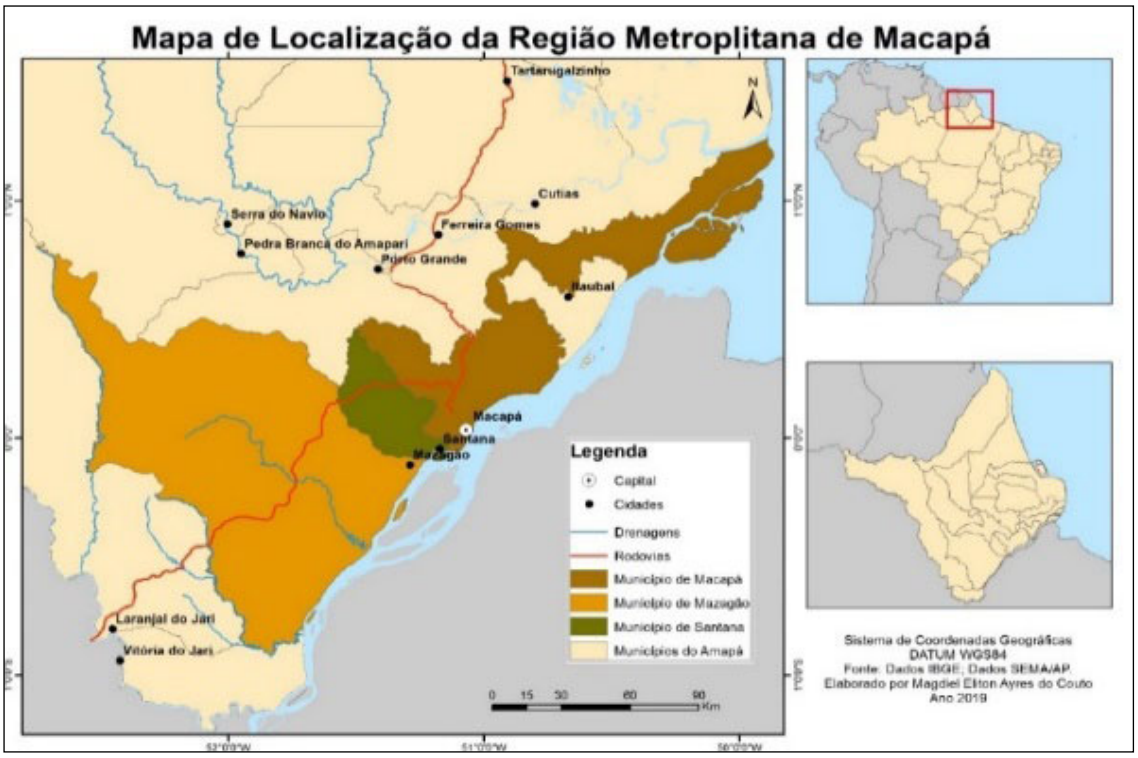
Por fim, grafa-se que a dimensão regional da urbanização se aproxima do que é chamado de metropolização do espaço. Isso significa dizer que cada vez mais são buscadas novas expressões espaciais para o processo de urbanização e nessas expressões o termo região é recorrente, fato este explícito no espaço urbano amapaense.

REGIÃO METROPOLITANA DE MACAPÁ: REGIÃO POR DIREITO E NÃO DE FATO

Visto o fenômeno de institucio(ba)nalização relacionado às RMs no Brasil, assim como as diferenciações entre metrópole e região metropolitana, e entre espaço urbano e espaço metropolitano, criam-se condições para analisar e caracterizar a chamada Região Metropolitana de Macapá – RMM, que possui o seu processo de instituição, determinado pelo Estado. Vale ressaltar que, segundo Amorim (2021), as aglomerações urbanas podem ser metropolitanas ou não metropolitanas. Assim, nem todos os aglomerados urbanos são de fato espaços metropolitanos, ou são de fato nucleados por uma Metrópole, pois existem no Brasil diversos aglomerados urbanos que não apresentam uma dinâmica Metropolitana, inclusive a RMM.

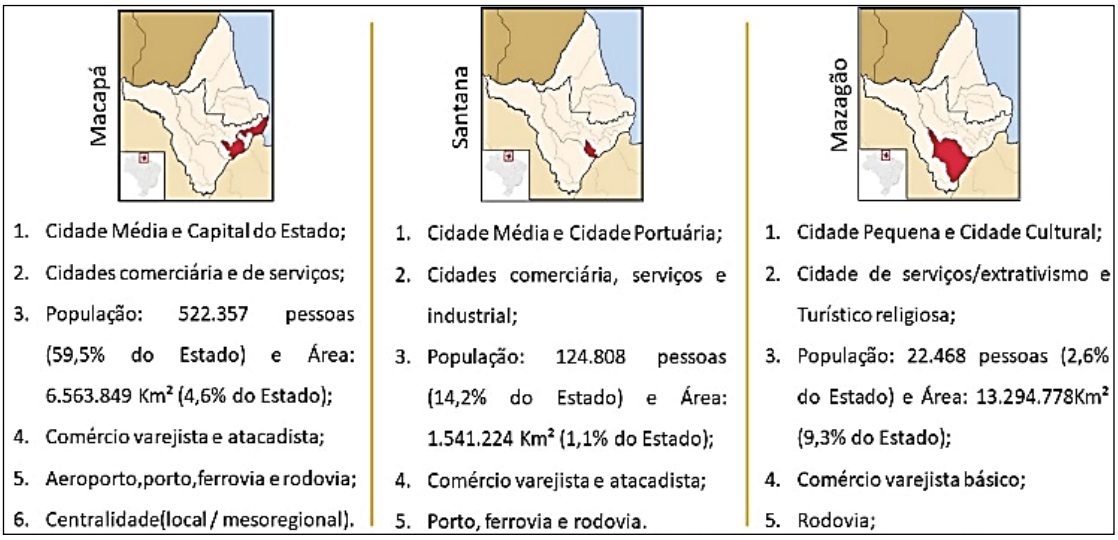
É neste contexto que é instituida e regulamentada a RMM (Figura 2), instituída pela Lei Complementar nº 021/2003, alterada pela Lei Complementar nº 96/2016 e depois regulamentada pela Lei Complementar nº112/2018, sendo esta composta pelos municípios de Macapá, Santana e Mazagão (Figura 3).

Figura 2. Região Metrop. de Macapá.



Fonte: Elaborado por Magdiel E. A.do Couto (2019).

Figura 3. Caracterização do municípios da RMM.



Fonte: Couto, et al (2021).

Vale ressaltar que a RMM é espaço que está o polo de indução econômica, infraestrutural, de relações de poder e de logística, sendo uma parte considerável do modal de mobilidade territorial. Fato este justificado observando as seguintes carcaterísticas: segundo dados do IBGE (2020 e 2021), a RMM contempla 3 dos 16 municípios do Estado do Amapá, apresentando o equivalente a 15,02% da área total do Estado (21.399,851 Km^2), abarcando o que equivale a 76,36% da população total do Amapá (658.051 pessoas) e possuindo uma densidade demográfica de 30,75 hab/Km^2, enquanto que a do Estado é de 6,05 hab/Km^2.

Faz-se necessário expor que, mesmo com todas as características elencadas, é precoce configurar este espaço urbano como metropolitano. Logo, a caracterização mais viável a ser tomada é de aglomerado urbano em expansão, fato este ainda afirmado quando analisa-se o sistema normativo (direta e indireto) relacionado às RMs, visto que apenas 3 de 20 critérios[5] utilizados para caracterizar e regular uma RM, são abarcados pela RMM.

Outro ponto a ser ressaltado é a grande assimetria existente entre os municípios que compõem a RMM, principalmente quando analisa-se Mazagão, que não possui uma justificativa plausível para a sua inclusão na RMM. Em consequência disso, a construção institucionalizada da RMM, apresenta-se, segundo Silva (2021, p. 109), de três formas: a) Desconexa: Apesar de haver relações de complementariedade entre os municípios membros as ações ainda ocorrem de forma isolada; b) Desarticuladas: Ausência de planejamento integrado afastando o conceito de unidade que a RMA requer; c) Descontínua: As ações, além de isoladas, também são pontuais e intervaladas (longos).

Desta forma, pode-se afirmar que o espaço urbano amapaense também sofreu com o fenômeno da institucio(ba)nalização das RMs, ou seja, houve um processo de

5 Que envolvem o Estatuto da Cidade; a Política Nacional de Mobilidade Urbana – PNMU; a Lei nº 12,836/2013; o Estatuto da Metrópole; e a Lei nº 13.683/2018.

institucionalização da RMM, mas não levou-se em consideração os princípios ativos da dinâmica espacial metropolitana que são necessários para configurar um espaço metropolitano em uma RM de fato, logo a RMM existe por direito, mas não de fato, caracterizando-se então como um aglomerado urbano em expansão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto que as análises apresentadas desde a gênese das RMs no Brasil, passando pela identificação do fenômeno da institucio(ba)nalização de RMs e chegando à visão da Região Metropolitana de Macapá – RMM, como uma região de direito, mas não de fato. Vale ainda frisar que alguns outros elementos corroboraram fortemente para isso, sendo: a) A inexistência de uma cidade grande que realmente expresse uma metrópole; b) A inexistência de planos diretores atualizados e integrados, assim como de um plano de desenvolvimento urbano integrado; c) A REGIC-2018, apresenta Macapá como um arranjo populacional classificado como capital regional C; d) A inexistência da estrutura de governança interfederativa e as atividades integradas entre os municípios; e) A falta de consórcios ou planos interfederativos entre os municípios envolvidos; f) O município de Mazagão continua a representar uma incógnita de inclusão na RMM; g) Macapá exerce uma centralidade de cidade média a nível local e mesorregional.

Por fim, todos os fatos e análise apresentadas corroboram em mostrar a conformação de um aglomerado urbano em expansão, regido por uma cidade média de influência local e mesorregional, sendo ainda este espaço um embrião para um possível processo de metropolização do espaço, mas deixando evidente a conotação da existência de um RM de direito, mas não de fato. Ademais, deixa-se claro que esta discussão está longe de ser esgotada, pois necessita ainda de muitas outras análises remetidas ao que diz respeito à identificação de dinâmicas urbanas e metropolitanas no espaço amapaense.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ, Assembleia Legislativa. **Lei Complementar nº021**, 2003.

AMAPÁ, Assembleia Legislativa. **Lei Complementar nº096**, 2016.

AMAPÁ, Assembleia Legislativa. **Lei Complementar nº112**, 2018.

AMORIM, W. V. **Geografia Urbana:** Metrópole, Metropolização do espaço e Regiões Metropolitanas. Disponível em: https://youtu.be/sv5b3mfsYl4. Acesso em: 05/08/2021.

BARRETO, I. J. O surgimento de novas regiões metropolitanas no Brasil: uma discussão a respeito do caso de Sorocaba (SP). In: **Revista [Online]** ***Espaço e Economia*****,** Nº 1, 2012. Dsiponível em:<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/37>. Acessado em: 08/11/2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº13.683**, 2018.

BRASIL. Presidência da República. Estatuto da Metrópole. **Lei Federal nº 13.089**, de 12/01/2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.836**, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Política Nacional de Mobilidade Urbana - PNMU. **Lei Federal nº 12.587**, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Estatuto da Cidades. **Lei Federal nº 10.257**, 2001.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição Federal do Brasil**, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei complementar nº20**, 1974.

BRASIL. Presidência da República. **Lei complementar nº14**, 1973.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano.** Editora Ática - Série Princípio, São Paulo, 1989.

COUTO, M. E. A; SARDINHA, J. C. S; MELO, L. R. P; SILVA, J. P; LIMA, R. A. P. Aglomerado urbano de Macapá: da dinâmica urbana à embrionária metropolização no espaço amapaense. In: **XVIII Encuentro de Geografías de América Latina (EGAL 2021)**: construyndo saberes emancipatórios desde y para los territorios. Apresentação na Mesa 56. Argentina, dezembro, 2021.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. (2021). **Metropolização** [Webinar]**.** Organizador: Jadson Luis Rebelo Porto. Disciplina de Leitura Dirigida / PPGMDR-UNIFAP. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1miFJwUwybanexVGyPkcJI4PbtPG3dh-M/view>. Em: 12/01/2021.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. Por que as Regiões Metropolitanas no Brasil são Regiões mas não são Metropolitanas. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.122, p.19-38, jan./jun. 2012.

IBGE. Insttituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama das Cidades**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/panorama>. Acessado em: 05/01/2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades**: 2018 / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 192 p

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LENCIONI, S. Reconhecendo Metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano Godinho de. (orgs.). Metrópole: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A: 2006.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira.** - 5. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, M. **Espaço e Método.** - 4. ed. - São Paulo: Nobel (Coleção espaços), 1997.

SILVA, C. O. I. **Região metropolitana amapaense:** dinâmicas e desafios do uso de seu território (2003-2018). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Macapá, 2021. 117 f.

TOURINHO. H. L. Z; SILVA, M. L. Desafios para o planejamento e a gestão metropolitanos na Amazônia: uma abordagem introdutória. **PRASC: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v.9, n.1, p. 55-75, jan./jun. 2016.

7 TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO DISTRITO DA ILHA DE SANTANA-AP, NO PERÍODO DE 2005 A 2019

Rômulo Alves de Vasconcelos
José Francisco de Carvalho Ferreira
Eliane Aparecida Cabral da Silva

TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E PAISAGEM: UMA ABORDAGEM A PARTIR DE MILTON SANTOS

A proposta de pesquisa sobre as Transformações Socioespaciais no Distrito da Ilha de Santana-AP, no período de 2005 a 2019, tem como linha referencial a categoria de análise versada como Formação Socioespacial, proposta por Milton Santos, que desdobrou, na década de 1970, a construção da teoria clássica do materialismo histórico e dialético de Marx, com o objetivo revelado de demonstrar a dimensão espacial na dinâmica histórica, social, econômica e política de processos de desenvolvimento peculiares, em diferentes lugares do mundo. Aliado a esse entendimento de proposta de pesquisa, será trabalhada a categoria Paisagem como base para compreensão da dinâmica socioespacial da Ilha. Portanto, dois conceitos que sempre serão presentes no trabalho serão: Transformações Socioespaciais e Paisagem.

Da relação socioespacial, que deve privilegiar todas as interpretações que são feitas em estudos geográficos, olhando para os diversos conceitos que a base teórica de Milton Santos expressou em sua rica produção, para analisar as transformações socioespaciais na Ilha de Santana-AP. A maior intuição que tem de ser entendida é a geografia da paisagem como um primeiro passo, para que se possam perceber as bases para uma reflexão mais profunda sobre a transformação na paisagem do Distrito da Ilha de Santana, Estado do Amapá.

Antes de adentrar de fato sobre a proposta de pesquisa, é preciso considerar uma visão geral introdutória a respeito do espaço para se ter uma visão da abordagem e sua base teórica que subsidia o trabalho. Nesse sentido, a partir dos estudos de Milton Santos sobre a realidade brasileira, posteriormente estendida à América Latina, surgem visões fundamentais para a análise do espaço urbano em particular. Dessa forma, o espaço é uma categoria analítica que, como um componente da realidade "... é uma totalidade em permanente movimento e mudança" (p. 117). Ele continua afirmando que "...o espaço é a categoria permanente, ou seja, espaço-espaço de todo o tempo e espaço como está diante de nós hoje: nosso espaço, o espaço de nosso tempo" (p. 120).

Na busca de interpretação do espaço em 1985, Milton Santos escreve sobre as categorias do método geográfico, onde as enumera e define como: estrutura, processo, função e forma, conceitos esses que foram delineados em 1978 quando afirma que "O Ser é a sociedade total; tempo é processos, e funções, bem como formas são existência" (p.176). Estes conceitos são vitais para o estudo da Ilha de Santana, uma vez que sociedade também é definida através da história e espaço dentre os vários processos que a sociedade construiu e transforma o lugar em que ocupa.

Nesse rol de visões estão as transformações socioespaciais, uma vez que não existe a possibilidade de analisar uma sociedade a-espacial. Em 1977, Milton Santos fez germinar a Formação Socioespacial que possibilitou em uma visão integralizante do social com o espaço. Dessa forma, o desdobramento do trabalho é olhar a Transformação Socioespacial por meio da paisagem, que Milton Santos afirma que "... é o resultado cumulativo dos tempos (e da utilização de novas técnicas). Ele prossegue explicando que "...aquele acúmulo que chamamos de paisagem decorre de adaptações (imposições) verificadas em nível regional e local, não apenas em velocidades diferentes, mas também em direções diferentes.

Ele completa suas ideias quando diz: "...a paisagem é formada pelos acontecimentos do passado e do presente. A compreensão da organização espacial, bem como a sua evolução, só se torna possível através de uma interpretação dialética cuidadosa entre formas, estrutura e funções ao longo do tempo." (1985, p. 50).

A paisagem adquire dinamismo, assim como a sociedade. Tal dinamicidade exigirá uma apreensão da história, do crescimento, do cotidiano e da distribuição da população e dos recursos socioeconômicos, uma vez que as formas de transformação socioespacial na paisagem demandam-se desiguais no espaço e geram ações de descontentamento por parte da sociedade, pois a paisagem pensada é aquela construída socialmente no espaço. Dessa maneira, a paisagem não é uma cena inóspita de representações sociais, pelo contrário, ela é produto e produtora do contexto e realidade cotidiana da população.

> A paisagem é o conjunto de coisas que são dadas diretamente aos nossos sentidos; a configuração territorial é o conjunto total e integral de todas as coisas que constituem a natureza em sua aparência superficial e visível; e o espaço é o resultado de um casamento ou de um encontro sagrado em quanto tempo dura, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. O espaço é a verdadeira totalidade, porque a dinâmica, o resultado da geografia da sociedade na configuração territorial. (SANTOS.1988, p. 77).

O conceito de paisagem segundo Milton Santos retoma-o várias vezes em todos os seus livros, para a preocupação em diferenciá-lo daquele do espaço. Em 1994, ele diz que um dos componentes do espaço é a paisagem. O interesse de Milton Santos pelos estudos socioespaciais o faz se aprofundar no conceito de periodizar.

Aos conceitos e ideias expostos, se percebe a dedicação especial que Milton Santos teve ao espaço urbano e a cidade, e atrelados aos dois estão as transformações sócio-espaciais e a paisagem. Neste contexto, as transformações socioespaciais na paisagem do Distrito de Ilha de Santana advêm com as dinâmicas socioespaciais, uma vez que a paisagem não é estática; possui um conjunto de elementos que mudam de acordo com a evolução da sociedade, ela é sempre constituída por uma combinação de "objetos naturais" e "objetos sociais", ou seja, aqueles fabricados pelo homem (SANTOS, 2004, p. 53). Ainda para Milton Santos:

> A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade. (SANTOS, 1997, p. 37).

Portanto, a pesquisa pauta-se na premissa de Milton Santos para buscar elementos teóricos e técnicos que expliquem como se dão as transformações socioespaciais na paisagem local da Ilha de Santana e seus desdobramentos. Nesse sentido, a Geografia Urbana ajudará a mostrar como a dinâmica socioespacial vem acontecendo na Ilha e seus impactos na paisagem. O espaço urbano revela nas paisagens o processo desigual que o conduziu a tal forma, funcionalidade e estrutura, sendo a paisagem a imagem criada da ação em escala espaço-temporal.

> A paisagem resulta sempre de um processo de acumulação, mas é, ao mesmo tempo, contínua no espaço e no tempo, é una sem ser totalizante, é compósita, pois resulta sempre de uma mistura, um mosaico de tempos e objetos datados. A paisagem pressupõe, também, um conjunto de formas e funções em constante transformação, seus aspectos "visíveis", mas, por outro lado, as formas e as funções indicam a estrutura espacial, em princípio, "invisível", e resulta sempre do casamento da paisagem com a sociedade. (SERPA, 2010, p. 133).

Dessa maneira, pode-se construir a crítica a partir da paisagem como artefato e como sistema, pois a mesma evidencia produção humana, caracterizando-se como um conjunto de elementos/objetos interligados. A paisagem exprime a história, marca momentos e períodos históricos em seus processos de construção e transformação. Assim sendo, a Ilha de Santana apresenta essas marcas dos momentos e períodos da história, principalmente no espaço temporal delimitado (2005 a 2019) para o desdobramento da pesquisa.

ESPAÇO COMO INSTÂNCIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL

Falar sobre Formação Socioespacial pautando a Paisagem requer clareza e habilidade para trabalhar a teoria pensada por Milton Santos (1977), o qual enfatiza que para a compreensão da realidade espacial, devem-se buscar relações com a história mundial associada à história da sociedade local. Diante dessa visão, relatos históricos (BRASILEIRO, 1841; SARNEY, 2004) dão conta de que a história do povoamento do Município de Santana está atrelada a partir da Ilha de Santana, com a ocupação portuguesa, por volta de 1758, por meio do estabelecimento do contrabandista de escravos e metais preciosos, Franciso Portilho de Melo. Nesse sentido, a Formação Socioespacial está atrelada ao contexto e à realidade histórica, situada no tempo e no espaço, ela é um fato concreto, que surge, se desenvolve e se modifica. Nessa linha de pensamento, entende-se que a Formação Socioespacial transcende a leitura histórica e espacial, ela passa a ser um conjunto de estrutura, processo, função e forma, como aborda Santos (1985, p. 71):

> Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente apresentam apenas realidades, limitadas do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade.

O urbano em relação ao espaço não é constituído por proprietários, mas por usuários sem direitos de propriedade ou exclusividade sobre ele (Delgado; 1999). A definição de uso e usuário do espaço público nesta seara da transformação socioespacial, não se define apenas em termos das atividades que ocupam literalmente o espaço público urbano (com base no fato de que toda atividade humana é realizada em um espaço físico, ocupando-o materialmente), mas também pelo fato de tal usuário não ser o dono de tal recurso, embora tenha direitos sobre ele, o que pressupõe certa ordem nas relações sociais, certas regras e hierarquias. A Figura 1 dará uma visão geral da dinâmica sócio-espacial na Ilha de Santana-AP.

Figura 1. Forma física da Ilha de Santana - AP.

Fonte: Base cartográfica do Estado do Amapá (2014).

A Figura 1 retrata a visão do núcleo urbano da Ilha de Santana, pois o espaço urbano é importante para a sociedade, uma vez que é ela quem habita e modifica ao longo de sua história. De acordo com Santos (2002), é necessário considerar-se o grupo social que habita o espaço, já que este produz e se apropria do espaço de diferentes maneiras, escalas e poderes, de acordo com seus interesses, e o modela, intencionalmente, a fim de atender suas necessidades, visão essa que é contemplada na obra de Sposito (2011).

De Certeau propõe que, embora a ordem sociopolítica tenha mil procedimentos silenciosos a serem ampliados e especificados, a sociedade inteira não se reduz a isso, pois há aqueles procedimentos populares que jogam com os mecanismos dessa ordem para transformá-los. As "maneiras de fazer" constituem as práticas "por meio das quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelos técnicos da produção sociocultural" (De Certeau; 2000).

Em vista disso, para Santos (1996), a espacialidade da vida social é importante na produção social do espaço e na formação e reformação irrequietas das paisagens geográficas, e o ser social ativamente no espaço e no tempo. (Milton Santos, 1979). Partindo da dissociação entre construtores e usuários do espaço (Signorelli, 1999) que caracteriza a sociedade capitalista, a

apropriação do espaço público urbano faz parte dessa contrapartida do usuário, consumidor ou cidadão comum à ordem estabelecida (De Certeau; 2000). Para a consideração teórica de um movimento na Ilha de Santana, abordaremos as definições de transformações sociais e de espaço, dentro dos quais se pode considerar que ele está inserido. Essa consideração está dentro da análise do que se chama de novos movimentos sociais, embora também traçamos uma linha dos movimentos sociais urbanos a que Borja e Castells se referiam.

Nas últimas décadas ocorreram mudanças no sistema capitalista que desencadearam novas formas de luta, resistência e oposição aos seus efeitos ou ao sistema como tal. Essas mudanças levaram a um repensar da resistência com base em novos paradigmas. Os movimentos anti ou alter globalização na Ilha, bem como sua exploração, são um exemplo. No novo milênio, esses novos atores entram em cena, confrontados com novas formas de organização (Gohn, 2008, p. 42). Podemos pensar em novas teorias diante desses novos movimentos?

Como ponto de partida, pode-se pensar por movimento na Ilha de Santana onde todas as formas de ação coletiva de um grupo de pessoas que se organizam para realizar algo a partir de certos objetivos e premissas comuns. Porém, para o presente trabalho é necessário destacar a especificidade da Ilha que é tão visada nas últimas décadas ao turismo advindo dessas ações coletivas.

Ao falar das transformações socioespaciais, que são ações coletivas da população como usuária da Ilha de Santana e não modeladora da mesma, ou seja, dos grupos subalternos, ações essas que visem a melhoria das condições de vida na Ilha e, especificamente, a satisfação do consumo coletivo em termos de habitação e serviços para os respectivos grupos citados. É preciso repensar o uso especulativo e lucrativo da localidade, uma vez que os grupos subalternos são os mais afetados pelo desenvolvimento urbano - e, portanto, à ordem estabelecida, baseada nas contradições inerentes à problemática urbana. Essa oposição pode ser direcionada para a transformação dos interesses e valores urbanos. A produção do espaço, nesse sentido, revela-se como um campo de conflito entre os interesses opostos dos agentes modeladores do território, ou seja, as instituições que dominam as estruturas, e a população da Ilha de Santana.

Dessa forma, o espaço geográfico e as transformações socioespaciais na Ilha de Santana, apresentaram mudanças mais visíveis em sua paisagem e estrutura a partir da instalação da Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI) em meados dos anos 50 com a exploração do minério de manganês na Serra do Navio. Logo, a função da Ilha passou a ter o caráter de espaço dormitório para muitos trabalhadores da empresa e aqueceu o transporte de embarcação necessário para o translado dos mesmos até o local de trabalho. Como diz Garbin e Santil (2020), a função envolve um propósito de uso premeditado a alguma forma, o que transforma toda forma existente no espaço geográfico continente de alguma intencionalidade.

Diante da breve explanação sobre o objeto da pesquisa e sua efetivação, será fundamental seguir passos técnicos, pois a pesquisa está em construção.

PASSOS TÉCNICOS PARA A EFETIVAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa contará com estruturas técnicas e formais para a sua execução, entre outros, como: Objetivo geral: Analisar as transformações socioespaciais no Distrito da Ilha de Santana-AP, no período de 2005 a 2019.

Objetivos Específicos: 1-Compreender como acontecem as transformações socioespaciais e suas relações com a paisagem; 2-Discorrer sobre a Formação Socioespacial e as mudanças na paisagem da Ilha de Santana-AP; 3-Analisar as dinâmicas socioespaciais e as transformações na paisagem da Ilha de Santana.

Procedimentos Metodológicos: Método Dialético como abordagem metodológica, com abordagem qualitativa, será utilizada uma aplicação de questionários com perguntas fechadas e abertas, com pesquisa bibliográfica, levantamento de dados e informações copiladas em bibliotecas e arquivos documentais. No procedimento, serão utilizadas ferramentas como instrumentos de computação gráfica, imagens de satélites, confecções de materiais (mapa funcional, fotografias, mapas e outros). Ressalta-se que o procedimento metodológico é apenas uma visão geral, podendo o mesmo ser feito também de acordo com os capítulos.

RESULTADOS

Os resultados estão sendo construídos de acordo com a especificidade de cada capítulo para que se possa ter uma consistência teórica e técnica a respeito do objeto pesquisado com a intenção que o produto final possa apontar caminhos para sua utilização por parte do poder público em seu planejamento urbano e gestão de governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ilha de Santana vem há tempos sofrendo intervenção humana significativa, modificando a paisagem e, por conseguinte, o seu espaço geográfico; logo, as transformações são evidentes e inevitáveis, pois o processo de urbanização provocou mudanças expressivas na configuração do espaço, porque as relações socioespaciais são cada vez mais intensas, causando modificações na paisagem.

É necessário despertar a população para a compreensão de que tal fenômeno é resultado do processo de urbanização que se apropria do espaço de várias formas, trazendo impactos poucos positivos, porém, muito mais negativos para a comunidade local. Entretanto, muitos não compreendem dessa forma; pensam que as alterações em seu espaço social são algo normal e natural. Nesse sentido, a presente pesquisa é fundamental para que as pessoas percebam que seu espaço de vivência está sendo consumido pelo processo capitalista de produção e urbanização, logo, acarretando consequências graves para a própria sociedade.

REFERÊNCIAS

Borja, Jordi. "Elementos teóricos para el análisis de los movimentos reivindicativos urbanos", en: **Cuadernos de Arquitectura y Urbanismo**. Nº. 94. 1973.

Castells, Manuel. **La ciudad y las masas**. Madrid: Ed. Alianza. 1986.

De Certeau, Michel. 2000. **La invención de lo cotidiano**. I. Artes de hacer. Universidad Iberoamericana-Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente. México.

GARBIN, Estevão Pastori; SANTIL Fernando Luiz de Paula. Geoingá: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá**, v. 12, n. 1, p. 131-154, 2020. ISSN 2175-862X (on-line).

SARNEY, J. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. Texto. Disponível em:<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1029>. Acesso em: 23 jan. 2021.

SPOSITO, M. E. B. A Produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.) **A Produção do Espaço Urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. P.123-146.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnicocientífico informacional**. Editora HUCITEC, São Paulo, 1994.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. **técnica e tempo – razão e emoção**. Editora HUCITEC, São Paulo, 1996.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014a.

SANTOS, Milton. **Ensaios sobre a urbanização latino-americana**. Ed. HUCITEC, São Paulo, 1982. SANTOS, Milton: O Retorno do Território.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, p.81-100, jun. 1977.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. EDUSP, 2005.

8 SEGURANÇA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: OS GARGALOS E LIMITES DA OFERTA DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMAPÁ

Alan Patrick Coimbra Melo
Roni Mayer Lomba

INTRODUÇÃO

O acesso à energia elétrica de forma segura, acessível e ininterrupta não é somente uma questão estratégica para o desenvolvimento econômico, é um fator preponderante para a qualidade de vida humana, da mesma forma que a oferta de água potável, coleta e destinação de lixo e esgoto doméstico são preponderantes para o bem-estar e saúde coletiva.

Essa pesquisa trata sobre o contexto de produção, transmissão e comercialização de energia no Amapá no contexto recente de privatizações do setor elétrico e atendimento deficiente à sociedade. A intenção é tratar a segurança no âmbito do Setor Energético Brasileiro, mais especificamente do Amapá. Segundo Calazans (2019), tratar de segurança energética é falar sobre riscos, vulnerabilidades, ameaças à interrupção e crises.

A segurança energética, embora existam diversos outros fatores, é um elemento central para a desenvolvimento regional. O debate sobre a qualidade da prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica deve ser constante, pois o recurso energético hoje é um elemento vital em nossa sociedade e, desta maneira, estabelece limites e condicionantes para os diversos processos de desenvolvimento.

Os serviços que necessitam de energia elétrica são componentes onipresentes no estilo de vida moderno, necessários para alimentar meios de transporte, fábricas, escritórios, cultivar alimentos, distribuir produtos e em nossas residências. Desta forma, o serviço de fornecimento de energia na sociedade moderna não é apenas mais uma mercadoria, mas a pré-condição de todas as mercadorias (SOVACOOL e BROWN, 2010, tradução nossa).

As mudanças sobre a importância dos recursos energéticos para a sociedade moderna e a questões relacionadas à segurança energética também geram mudanças no Setor Elétrico Brasileiro que, Segundo Calazans (2019), passou por duas grandes reformas em seu modus operandi ao longo dos últimos anos. A primeira grande mudança aconteceu entre 1995 e 2002 iniciada a partir das Leis de Concessões e a segunda mudança aconteceu entre 2003 e 2010. Foi a partir de 1996 que o setor energético brasileiro começa a assumir os moldes atuais, divididas em segmentos e resultados de uma série de privatizações.

Entretanto, o processo de privatizações do setor elétrico brasileiro obedeceu a lógica das teorias de mercado, onde o recurso energético é tratado como commodities, em oposição a uma visão a longo prazo, quando a eletricidade é vista como elemento vital ao desenvolvimento humano (sociopolítica). Essas mudanças do setor elétrico resultaram no atual cenário em que tarifas de fornecimento de energia elétrica são cobradas a um valor mais elevado, pois as empresas privadas almejam o retorno financeiro de seus investimentos. Com a finalidade de modernizar o sistema elétrico nacional, agora obedecendo a lógica do mercado, foi iniciada uma série de concessões à iniciativa privada, bem como a privatização de diversos segmentos do setor elétrico, o que permitiu novos investimentos em todo o território nacional.

Neste contexto, a Amazônia aparece novamente no cenário nacional como fornecedora de commodities, e desta vez abastece com recurso energético as regiões mais desenvolvidas e de maior densidade demográfica do país. Os planos iniciais de aproveitamento do potencial dos rios da Amazônia para a produção de energia elétrica previam a construção de 68 barragens na Amazônia Brasileira, o que inundariam 10 milhões de hectares de floresta (3% da porção brasileira de floresta). A Amazônia tornou-se para o planejamento estatal um espaço prioritário para expansão da matriz energética do país. Embora que as 68 barragens não tenham sido concretizadas em função de limitações financeiras, a intenção de aproveitamento energético dos rios da região não diminuiu (BATISTA; MIRANDA, 2019).

O processo de interligação de áreas isoladas da Amazônia ao SIN obedeceu a mesma lógica da teoria do mercado que estruturou a nova configuração do sistema elétrico brasileiro, que é a busca do máximo de lucro através do mínimo de investimentos. Considerando que a principal finalidade era a exploração do potencial energético da região amazônica, os investimentos realizados neste processo de interligação (construção de hidroelétricas, linhas de transmissão e subestações) foi somente aquele que permitia a transmissão da energia elétrica para outras regiões do país (compradores), sem com isso gerar grandes benefícios à população local.

A segurança energética prometida com o processo de interligação e o crescimento econômico exponencial prometido ao Amapá também não foram concretizados. O que temos é um sistema ineficiente de rebaixamento e distribuição de energia elétrica incompatível com a segurança requerida, dadas as características (ponta de rede) do Estado do Amapá. A ausência de investimentos, principalmente ao longo dos últimos cinco anos, foi determinante para atual cenário em que a qualidade dos serviços ofertados à população amapaense são incompatíveis com os parâmetros exigidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Mesmo com a conhecida importância dos recursos energéticos em nossa sociedade, no dia 03 de novembro de 2020, um sinistro (incêndio) em uma subestação localizada em Macapá-AP, administrada anteriormente pela multinacional ISOLUX (atualmente administrada pela empresa LMTE), ocasionou a interrupção do fornecimento de energia elétrica para 13 municípios do estado do Amapá, atingindo mais de 630 mil pessoas durante 21 dias, mudando a rotina da população e ocasionando prejuízos ainda não calculados.

A interrupção do fornecimento de energia no Estado do Amapá foi o maior sinistro já registrado no Brasil em relação ao tempo de duração. Esse fato aclara a insegurança energética existente no Estado, seja pelo tempo da interrupção ou pela incapacidade pelo reestabelecimento do fornecimento de energia com recursos locais. Vale ressaltar que o Amapá, além de ser interligado ao sistema nacional, produz aproximadamente três vezes mais energia do que consome, fornecendo energia elétrica para as regiões mais industrializadas e urbanizadas do Brasil.

OBJETIVO GERAL

Analisar a relação existente entre a Segurança Energética no Amapá e as políticas territoriais que orientam a expansão do atual modelo de produção de energia elétrica implementado na Amazônia a partir de 1995 a 2020.

Objetivos Específicos

1. Compreender a segurança energética à luz da globalização neoliberal e suas interfaces no território amazônico.
2. Investigar as políticas públicas de expansão da produção energética na Amazônia no recorte temporal de 1995 a 2020.
3. Analisar os gargalos e limites da oferta de energia elétrica no Amapá, que implicam na segurança energética para a população local.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para analisar a relação existente entre a Segurança Energética no Amapá e o modelo de produção de energia elétrica na Amazônia a partir de 1995 a 2020, o método escolhido como ponto de partida para construir os resultados da pesquisa foi o método dialético, uma alternativa metodológica que, ao mesmo tempo, fornece a possibilidade de realizar uma interpretação dinâmica, "radical, critica e totalizante" (BECKER, 2005, p.56).

A escolha da trajetória metodológica desta pesquisa se justifica pela necessidade de compreender o avanço conflituoso das relações capitalistas sobre outros territórios. Esse caminho metodológico permite a consolidação de uma leitura da realidade, ou de parte dela, que compreenda a "tensão dialética existente entre o Estado e Capital expressa no território, num vínculo e uma mediação mútua, que caracteriza o controle estatal dos recursos territoriais, para atender à demanda de poder institucionalizado em grandes corporações capitalistas" (BORGES, 2018, p. 39).

A partir deste ponto de partida, a presente pesquisa adota a análise qualitativa como principal abordagem. O recorte espacial da pesquisa será o Estado do Amapá; entretanto, a materialidade espacial do modelo de produção de energia elétrica em expansão no

Brasil, em que o Amapá está inserido, exige assumir um caminho que explique também o processo de ampliação do sistema elétrico na Amazônia e desta maneira, a escala regional também é contemplada neste trabalho. Já o recorte temporal será no período de 1995 a 2020. Esse período de 25 anos com início em 1995, deve-se ao começo de uma série de ações do Estado voltados a privatizações e concessões de exploração de serviços do setor elétrico, o que promoveu profundas modificações no sistema elétrico brasileiro e define a atual configuração e o próprio funcionamento.

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, orientou-se a partir dos objetivos propostos, enquanto eixos de investigação, o seguinte percurso: i) pesquisa bibliográfica; ii) pesquisa documental; iii) pesquisa de campo (observação sistemática e entrevista semiestruturadas); e iv) análise e interpretação dos dados. Esses instrumentos visam "proporcionar ao investigador os meios técnicos, para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais" (GIL, 2008, p. 15).

Já para o último momento serão realizadas as análises e a sistematização dos dados levantados, seguidos pela construção de uma redação preliminar apresentando os resultados da pesquisa e por conseguinte, a revisão e fechamento da redação final para a dissertação.

RESULTADOS

Para um capitalismo que necessita de constantes "ajustes espaciais" (HARVEY, 2006) o setor elétrico é, sem dúvida, um espaço privilegiado de reprodução. O interesse dos grandes grupos empresariais pelo setor energético pode ser entendido inicialmente através da dependência que a sociedade possui da energia elétrica. O fornecimento deste recurso é uma demanda importante e em constante crescimento, em função dos diversos serviços que necessitam deste recurso para funcionar. Isso ocorre principalmente nas cidades, mesmo naquelas que possuem meios alternativos de geração de energia.

Lomba (2011) afirma que o Estado, ao assumir uma postura neoliberal, torna-se flexível às exigências do capital, e com isso, inicia-se um movimento que afasta o Estado da função de interventor, restando o papel que se restringe à regulação. Esse afastamento do contexto de interventor abre espaço para a ação do capital, tornando possível o controle e a imposição das estratégias do capital sobre o território. Essa postura neoliberal do Estado torna possível a incorporação de grandes fatias do mercado ao controle de grupos coorporativos específicos, o que pode ocorrer até mesmo com serviços essenciais à população (LOMBA, 2011).

Um bom exemplo é o serviço de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, quando analisamos a incorporação do setor energético brasileiro na carteira de investimento e desejos dos grandes investidores nacionais e internacionais. O sistema energético nacional brasileiro é marcado pela forte presença de grupos corporativos nacionais e internacionais que interferem inclusive na estruturação e funcionamento do planejamento e execução de

obras de infraestrutura, ligada principalmente à produção (construção de hidroelétricas) e transmissão (construção de linhas de transmissão) de energia elétrica. São exatamente o setor de produção e transmissão de energia elétrica que são mais cobiçados pelos grandes investidores ligados aos grupos coorporativos.

O processo de privatização do sistema energético brasileiro teve início pelas distribuidoras de energia elétrica, exatamente as empresas que ofertavam a possibilidade de obtenção de lucro de forma mais rápida para os seus investidores, estruturadas em uma espécie de monopólio, com reserva de mercado garantido (SILVESTRE et. al., 2010). Um dos argumentos utilizados pelo governo, que justificavam a privatização das distribuidoras, foi a inadimplência generalizada do setor. Ficaram de fora do processo inicial de privatização algumas empresas, principalmente aquelas localizadas na região Norte e Nordeste, por não possuir atrativos (lucratividade) suficientes para despertar o interesse dos investidores. Essas empresas do Norte e Nordeste, foram então incorporadas à Eletrobras para serem posteriormente privatizadas (CHAVES, 2021).

Até a década de 1990, quando a Eletrobras controlava o sistema energético, inclusive tratava do planejamento e expansão do setor elétrico; era possível a oferta de energia a um preço relativamente barato, tendo como base o custo da geração de energia elétrica. Com o processo de privatização do setor elétrico, um novo sistema burocrático foi criado e, com ele, tornou-se possível o livre mercado de energia elétrica. O valor da energia elétrica no Brasil passou a ser balizado a partir dos contratos estabelecidos, ou seja, obedecendo a lógica das teorias de mercado, onde o recurso energético é visto como mercadoria ou mais uma das commodities. Essas mudanças refletem uma mudança de paradigma, onde a energia elétrica antes vendida pelo seu custo agora passa a ser negociada através da "taxa de remuneração do capital e a colocava no patamar de qualquer outra mercadoria, livremente negociada entre vendedores e compradores, com contratos de curto prazo" (CHAVES, 2021, p. 02).

Segundo Castilho (2019), a participação do capital privado no setor elétrico torna-se a cada dia maior, devido às diversas vantagens que o governo oferece, que vão desde uma composição tarifária atrativa, somada às revisões periódicas até a contratos com garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias, o que garante lucros constantes com o risco reduzido para as atividades desenvolvidas.

Essa relação existente entre as empresas, governo e população local, onde se estabelecem, em contrato, diversas vantagens para os grupos de investidores, em detrimento de benefícios da população local, revela o modelo espoliativo que orienta a expansão do sistema energético no brasil, bem como o modelo neoliberal que hoje envolve o setor.

No centro do debate sobre os rumos do setor energético no Brasil encontra-se a Eletrobras, uma grande empresa estatal que ainda detém o controle de algumas empresas que compõem o setor elétrico brasileiro, inclusive de companhias cobiçadas ligadas à geração e distribuição de energia. Pela sua envergadura, abrangência e importância, podemos afirmar que a Eletrobras é a última fronteira a ser dominada pelo projeto neoliberal que controla o setor energético brasileiro.

Neste contexto em que o lucro máximo é o principal objetivo do modelo neoliberal hoje predominante no setor energético, algumas empresas e regiões deixam de ser atrativas para as empresas. Este é o caso da Região Norte, onde o setor de distribuição apresenta dificuldades, entre elas a inadimplência e a ausência de novos investimentos, o que influencia diretamente na qualidade e segurança da oferta de energia elétrica.

A interpretação da questão da segurança energética pode assumir diversas vertentes. A segurança energética "como conceito é amplamente utilizada na mídia e no mundo da pesquisa acadêmica, mas as definições são vagas e muitas vezes limitadas aos aspectos econômicos do fenômeno" (DHENIN, 2006, p. 03). Ainda segundo o autor, normalmente encontramos textos que ligam a segurança energética a questões propriamente de segurança, proteção do território, como recurso natural ou no contexto de fornecimento de recurso vital para o desenvolvimento econômico.

O conceito de Segurança Energética vem se modificando ao longo do tempo e vai se afastando do modelo clássico ligado ao Estado e ao poder militar. Hoje, muitos elementos funcionais da boa prática empresarial foram assimilados e fazem parte do arcabouço conceitual do que seria Segurança Energética na sociedade moderna, tais como: transparência, resiliência, mitigação das vulnerabilidades e sensibilidade do setor às externalidades (ANDRIW, 2020).

Entre as diversas dimensões conceituais estabelecidas para definir o que seria Segurança Energética, iremos adotar a definição apresentada por SOVACOOL e BROWN (2010). Segundo os autores, a segurança energética é construída através de algumas premissas, tais como: disponibilidade, a acessibilidade, a eficiência e a gestão ambiental sustentável.

A segurança energética torna-se elemento central para a desenvolvimento regional. O debate sobre a qualidade da prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica para a população deve ser constante, pois o recurso energético hoje é um elemento vital em nossa sociedade e, desta maneira, estabelece limites e condicionantes para os diversos processos de desenvolvimento. Pelo exposto, é possível pensar em papéis impostos em um processo de diferenciação regional. Portanto, é necessário entender de que forma o avanço científico e tecnológico vem atendendo as necessidades locais no Amapá. O fluxo, representado pela energia elétrica, disponibilizada para o sistema energético nacional, representa de fato benefícios para a população local ou é simplesmente uma ferramenta usada pelos centros de decisão para se beneficiar das potencialidades de geração de energia da região norte e do Amapá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os serviços essenciais antes prestados pelo Estado, agora submetidos a lógicas rentistas, estruturam novas formas de poder entre os atores sociais, para isso utilizando a própria estrutura criada para regular os serviços. No caso do modelo implementado no

sistema elétrico brasileiro, além de insustentável, se revela completamente inapropriado para a realidade socioambiental na Amazônia.

Os investimentos necessários para a produção de energia elétrica são elevados, especialmente no atual modelo baseado em grandes projetos, e essa realidade torna-se ainda mais complexa na Amazônia, quando consideradas as dimensões e a complexidade territorial, o que exige ainda maiores investimentos para distribuição de energia em comunidades distantes, com pouca densidade populacional e difícil acesso.

Por esse motivo, a parceria pública privada é amplamente defendida tendo em vista a viabilidade de execução de grandes projetos, onde o Estado sozinho não pode ou não tem interesse de investir sozinho. Entretanto, deixar o sistema produtivo completamente refém dos interesses coorporativos, considerando a realidade socioambiental da Amazônia, significa deixar de atender uma população historicamente excluída com um insumo tão importante e vital para o desenvolvimento regional.

A análise do modelo de sistema energético em desenvolvimento no Brasil induz ao entendimento que a exploração do potencial energético da Amazônia corresponde a uma nova etapa de um processo de exploração de seus recursos. No entanto, esta nova etapa vigora os preceitos neoliberais, onde o Estado se articula com o capital privado para viabilizar os empreendimentos, no caso em tela, os empreendimentos de aproveitamento de produção de energia elétrica.

Ocorre que os efeitos desse modelo que envolve a financeirização do setor elétrico para a população local são extremamente danosos. Um exemplo é o caso do Amapá. A interrupção do fornecimento de energia no Estado do Amapá aclara os efeitos da transferência da titularidade da prestação do serviço essenciais para a iniciativa privada e torna evidente a insegurança energética existente no Estado, seja pelo tempo da interrupção ou pela incapacidade de reestabelecimento do fornecimento de energia com recursos locais.

Essa insegurança fica evidenciada com o apagão que atingiu o Amapá durante 21 dias no ano de 2020; este foi o maior sinistro já registrado no Brasil, em relação ao tempo de duração. O Amapá possui autossuficiência energética e o excedente da energia que produz é fornecido para outras regiões do país mais urbanizadas e industrializadas; entretanto, o Estado do Amapá está mergulhado em uma profunda insegurança energética. (MELO e LOMBA, 2021).

Esse fato (apagão) não deve ser entendido de forma isolada, ele deve ser compreendido como um resultado de uma série de ações e omissões que resultaram no fatídico evento que marcou a vida dos amapaenses em 2020. Por esse motivo, consideramos que é uma tragédia anunciada, pois a infraestrutura do sistema energético implementado no Amapá foi somente aquele necessário para conduzir energia para os grandes centros consumidores. Além disso, não houve melhorias no sistema de distribuição de energia para a população local, o que reflete diretamente na qualidade dos serviços prestados à população.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Iane; MIRANDA, Leila. Os "hidronegócios" nos rios da Amazônia. **Revista brasileira de História**. São Paulo. v. 39, nº 81. 2019. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882019000200117 Acessado em 01 de mar. 2021.

Becker, B. K. (2005). **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados, 19 (53), 71-86. 2005. Disponível em https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10047. Acesso em 01 de mar. 2021.

BORGES, Luciana. **Politicas territoriais e o setor elétrico brasileiro: análises do efeito da construção de hidroelétricas na Amazônia pelo programa de aceleração do crescimento no período de 2007 a 2014**. Tese (doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 260. 2018.

CALAZANS, Nathália. **O setor elétrico brasileiro sob a ótica da segurança energética: passos na construção de uma agenda**. Rio de Janeiro, 2019. 66 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ – Rio de Janeiro, 2019.

CASTILHO, Denis**. Hidroelétricas na Amazônia brasileira: da expansão à espoliação**. La electricidad y la transformación de la vida urbana y social. Barcelona: Universidad de Barcelona/Geocrítica. Évora, 6-11 de mai. de 2019.

CHAVES, Ikaro. **O setor elétrico brasileiro na mira do capitalismo de rapina**. ILUMINA, Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético. 2021. Acessado em 10 de mai. 2021. Disponível em < http://www.ilumina.org.br/o-setor-eletrico-brasileiro-na-mira-do-capitalismo-de-rapina/>

DHENIN, M. A Segurança Energética do Brasil: Ameaças, Perspectivas e Desafios para 2022. **Revista critica de ciências sociais**, v. 23. Ed. 65 p. 84-98, 2006.

GIL. A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. – 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.

LOMBA, Roni Mayer. **Relação campo-cidade na pequena cidade de Caarapó-MS**. 2011. 238 f. Tese (Doutorado - Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo) Departamento de Geografia. São Paulo, 2011.

MELO, Alan; LOMBA, Roni. Insegurança energética: os gargalos e limites da oferta de energia elétrica no Amapá. 121 f. *In*. **De apagão a apagado**: Ensaios sobre a questão energética amapaense. Curitiba: Uniedusul. 2021.

SILVESTRE, Bruno; HALL, Jeremy; MATOS, Stelvia; FIGUEIRA, Luiz. **Privatização:** bom ou ruim? Lições do setor de distribuição de energia elétrica do nordeste brasileiro. São Paulo, v. 50. n.1. jan./mar. 2010 Acessado em 10 mai. 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rae/a/JzyRNRBRgSftMS9Fnk7bsnR/abstract/?lang=pt>

SOVACOOL, B. e BROWN, M. **Competing Dimensions of Energy Security:** An International Perspective. Agosto 2010. Acessado em 10/12/2020. Disponível em <https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev-environ-042509-143035>

9 A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM MACAPÁ – AP: O CASO DO CANAL DO JANDIÁ

Antônio Carlos Rodrigues dos Santos
Ricardo Ângelo Pereira de Lima

INTRODUÇÃO

No Brasil, cerca de 84,4% da população residem no espaço urbano, distribuída ainda que de forma irregular pelas inúmeras cidades e regiões do país (IBGE, 2020). Dadas as desigualdades sociais, uma das características do espaço urbano brasileiro é a existência da segregação urbana, fortemente estampada nas condições de moradia, de modo que as favelas são ocupadas por população de baixa renda, marcadas pela ausência de condições adequadas de moradias, carência de infraestrutura urbana e serviços públicos. Em 2010, 41,4% da população urbana ocupavam esses espaços, vivendo em assentamentos precários, assentamentos informais ou domicílios inadequados (BRASIL, 2010).

O déficit habitacional brasileiro em 2019 foi estimado em 5,8 milhões de moradias e, quando se acrescenta a falta de moradia ou alguma condição inadequada, esse número sobe para 24,8 milhões de residências (BRASIL, 2019). Ressalta-se que nessas condições vivem as populações de baixa renda, as quais residem nos arrabaldes das cidades, em áreas impróprias para moradias, como as encostas de morros, fundo de vale, áreas úmidas ou alagadas e os cortiços. Nessas áreas, as condições de habitação são precárias e os serviços de saúde, educação, saneamento, segurança, transportes são de baixa qualidade ou até inexistentes.

Spósito (2012) destaca que na cidade as condições econômicas geram estruturas espaciais complexas e com elas o acesso à cidade por meio da moradia não ocorre de forma justa; logo, as desigualdades socioespaciais urbanas refletem as distintas formas de apropriação do espaço. Em consequência têm-se o conflito, a indiferença, a segregação e a fragmentação no tecido urbano. Nessa senda, o Estado constitui um dos agentes que impulsiona não só a crescimento urbano, mas também a segregação urbana por meio de suas inúmeras funções na gestão e produção do espaço urbano.

Macapá, capital do estado do Amapá, é uma cidade em que as desigualdades estão estampadas na paisagem urbana, onde uma parcela da população de baixa renda ocupa áreas que durante boa parte do ano são alagadas: as áreas de ressaca. Tal situação gera

desafios urbanos e sociais de grande porte, uma vez que a ocupação dessas áreas não representa apenas uma questão de moradia, mas também socioambiental. Logo, discutir a segregação urbana em Macapá, à luz do referencial bibliográfico, do arcabouço jurídico e documental que disciplinam o uso e ocupação do solo urbano da cidade favorece a compreensão da produção da cidade e seus desdobramentos socioespaciais. Nessa direção, o texto está organizado em sessões:

Macapá: uma cidade em construção; além da introdução e considerações finais.

MACAPÁ: UMA CIDADE EM CONSTRUÇÃO

Macapá é uma cidade média na hierarquia urbana regional, a qual desempenha funções de mediações entre pequenas cidades do estado e Belém; essa última, metrópole regional amazônica. A condição de capital do Estado do Amapá, a partir de 1988, tem reforçado esse papel de centralidade urbana no estado e seu entorno. Esse fato pode ser observado diante da população urbana de Macapá, entre 1980 a 2010 de modo que, de 1980 a 1991, esse número saltou de 93. 132 para 132.668 habitantes, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 42,45%. Em 2010 o número da população de Macapá foi de 398.204 habitantes, dos quais 381.214 eram urbanos, representando cerca de 95,74% da população (IBGE, 2010).

Essa dinâmica populacional urbana de Macapá intensificou a segregação que já era uma marca na paisagem urbana, com a ocupação das áreas de ressacas pelas populações mais pobres, agravando não só as desigualdades socioespaciais na cidade, mas também a crise ambiental urbana, visto que essas áreas são de preservação permanente, sujeitas a inundações periódicas. Assim, mesmo com o ordenamento jurídico em todos os níveis governamentais, disciplinando o processo de uso e ocupação do solo urbano, o crescimento urbano desordenado, assim como as ocupações irregulares ainda são fatos recorrentes na cidade. Isso não significa a total ausência do poder público por meio de suas políticas de inclusão social urbana, porém, sua ineficiência no enfrentamento dos problemas urbanos. Nessa direção, convém discutir as ações governamentais nas políticas urbanas de Macapá e seus efeitos na segregação urbana da cidade, objeto de análise a seguir.

AS ÁREAS DE RESSACA E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM MACAPÁ – O CASO DO CANAL DO JANDIÁ

Parcela da população de Macapá ocupa áreas que durante boa parte do ano são alagadas: as áreas de ressaca, as quais, segundo Neri (2004), são ecossistemas complexos e distintos, típicos da zona costeira que sofrem efeitos das marés e das chuvas no que tange ao volume de água que circula nos canais e igarapés ao longo do ano. As mesmas são reservatórios naturais de água e estão presentes na paisagem urbana.

Tostes (2016) destaca que nas áreas de ressacas as condições de moradia são precárias e que na maioria dos domicílios as instalações sanitárias são externas, fatores que demonstram o desconforto e a insalubridade em que vivem os moradores. Tal situação gera desafios urbanos, sociais e de saúde pública, uma vez que a ocupação dessas áreas não representa apenas uma questão de moradia, mas também socioambiental. Portanto, a urbanização de Macapá vem produzindo espacialidades urbanas marcadas pela exclusão social, pelo crescimento desordenado, pela ausência de políticas públicas efetivas, gerando fragmentação e desigualdade socioespacial.

Nesse contexto, o planejamento ganha novos desafios no que tange aos sujeitos sociais e às decisões coletivas, sendo necessário dar protagonismo aos atores sociais, como as associações de moradores e os movimentos populares de luta pela moradia. Com isso, pode-se ter o planejamento na perspectiva sistêmica, o qual deve considerar outros saberes, para além dos técnicos das instituições públicas, os quais foram/são adquiridos por agentes com suas vivências e percepções do espaço urbano, e consequentemente, ajudar na construção de cidades mais justas e menos segregadas (SABOYA, 2008).

Nessa ambiência urbana, desde as últimas décadas do século passado, se observa uma crescente pressão social sobre as questões urbanas no Brasil, que resultaram em legislações nos diversos níveis administrativos, sendo a lei 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade – EC, um de seus expoentes mais representativos. Entre os elementos do EC, merece destaque o disposto no artigo 41, que trata da obrigatoriedade do Plano Diretor para as cidades com mais de 20 mil habitantes, assim como para as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Esse legado jurídico dispõe sobre o disciplinamento do parcelamento, do uso e da ocupação do solo urbano, o zoneamento ambiental e inúmeros outros aspectos inerentes às cidades, os quais em conjunto lançam um olhar mais amplo sobre a cidade.

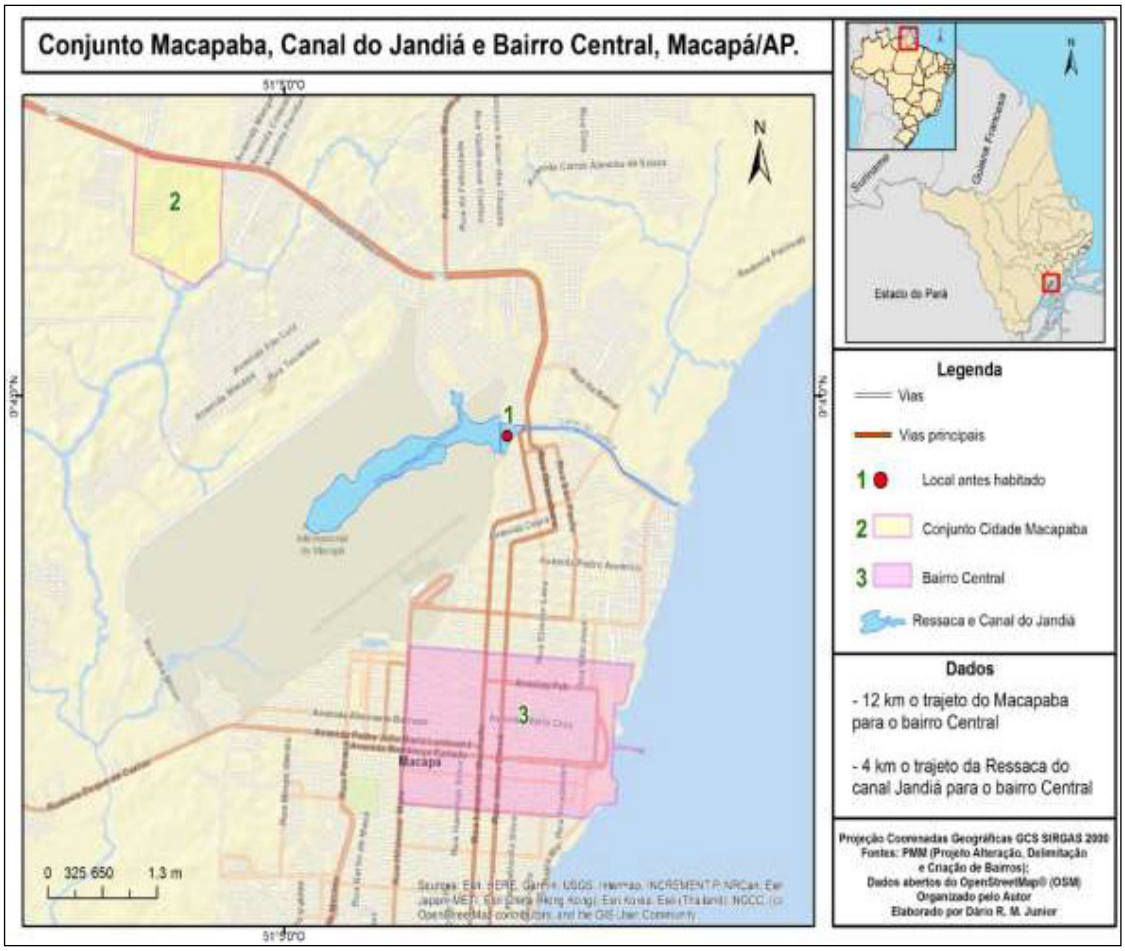
Tostes (2016) destaca que no caso de Macapá, apesar da existência desse plano, promulgado em 2004, as margens de rios, lagos, igarapés e as chamadas áreas úmidas continuam sendo ocupadas gradualmente e, com isso, os problemas da segregação continuam na paisagem urbana, apesar do Plano Diretor Urbano de Macapá – PDUM, destacar "a necessidade de condicionar o desenvolvimento urbano à capacidade da infraestrutura, ao acesso universal a equipamentos e serviços e à construção de uma cidade sustentável e sem desigualdades sociais" (MACAPÁ, 2004. p.9). Mesmo assim, após quase duas décadas da obrigatoriedade do mesmo, os problemas urbanos continuam a perseguir a cidade e sua população.

O PDUM considera as áreas de ressacas como prioritárias na proteção ambiental em função de sua fragilidade e assegura que o uso e ocupação dessas áreas sejam sustentáveis e de proteção através de criação de unidades de conservação, projetos de geração de emprego e renda, educação ambiental, assim como a valorização do patrimônio cultural ambiental de Macapá (MACAPÁ, 2004). Sales e Santos (2013) destacam que, apesar disso, as áreas de ressaca em Macapá sofrem poucas intervenções urbanas no sentido da proteção e da requalificação urbana.

Entretanto, em 2018 ocorreu uma intervenção urbana pelo poder público na área de ressaca Canal do Jandiá (Figura 1), que consistiu no remanejamento de uma parcela de seus moradores para o conjunto habitacional Macapaba. Esse empreendimento habitacional foi financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal e está localizado na zona norte da cidade. Porém, Santos e Moura (2019) asseguram que houve um descompasso entre o planejado e o implementado no projeto, a exemplo da carência de equipamentos urbanos e serviços públicos, como a utilização de transporte coletivo, que é extremamente deficitário em todo o município de Macapá, porém, mais agudo no conjunto Macapaba.

Santos e Moura (2019) retratam deficiências em serviços como atendimento na rede escolar insuficiente no local e assistência à saúde limitada, pois há apenas uma UBS no conjunto e os dois hospitais do município ficam localizados na Zona Sul da cidade. E ainda a falta de água potável em muitos apartamentos no conjunto é fato recorrente no residencial. Ressalta-se que o Conjunto Macapaba foi projetado para acomodar cerca de 31 mil habitantes e que esse quantitativo é maior do que a população de 13 municípios dos 16 do Estado. Logo, é preciso dotar a área de condições de habitabilidade.

Figura 1. Localização da ressaca do Canal do Jandiá, Conjunto Macapaba e Bairro Central.



Fonte: elaborado por Dario Jr. com base nos dados da PMM (2021).

Nessa direção, o planejamento, sobretudo o sistêmico, favoreceria essa ação, inclusive com o auxílio da tecnologia, um instrumento indispensável na implementação e no gerenciamento dos serviços públicos por meio das simulações de modelos e situações, de modo que os planejadores e essas novas tecnologias contribuem para uma maior eficiência nas intervenções urbanas, conforme destacam Barcellos e Barcellos (2004). Logo, é preciso que a percepção e as metas do planejamento sejam transparentes com todos os participantes da comunidade, e suas operações estejam em consonância com as necessidades da população diretamente afetada (SABOYA, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Macapá é uma cidade média que desempenha funções atrativas e de mediações entre as pequenas cidades da região, assim como em relação a Belém, metrópole regional amazônica. A capital amapaense vem apresentando um acelerado crescimento populacional, impulsionado, entre outras questões, pelos incentivos governamentais aos grandes empreendimentos produtivos sob o comando do Estado nas últimas décadas.

A segregação urbana em Macapá coloca grande parcela da população de baixa renda em condições habitacionais e socioeconômicas desfavoráveis. Nesse cenário, os aspectos normativos que disciplinam o uso e a ocupação do solo urbano, são ineficazes no cotidiano social das cidades, no sentido da justiça social e direito à cidade para todos, principalmente quando as intervenções urbanas, costumam ser pontuais e seletivas numa perspectiva socioespacial. Logo, nota-se a falta de um planejamento sistêmico, que conceba a cidade a curto, médio e longo prazo e que leve em conta a complexidade do tecido urbano.

Destarte, o planejamento sistêmico e participativo pode vir a ser uma ferramenta capaz de contribuir para a melhoria da qualidade do ambiente urbano, ao propiciar uma maior democratização nos processos decisórios das políticas urbanas desde a concepção, implementação e avaliação, visto que o quadro existente denuncia que as decisões "técnicas" foram incapazes de promover a justiça social, assim como o acesso ao solo urbano em termos de qualidade e quantidade para todos.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Paulo F. P.; BARCELLOS, Luiz F. P. Planejamento urbano sob perspectiva sistêmica: considerações sobre a função social das propriedades a preocupação ambiental. **Revista FAE**, Curitiba, v.7, n.1, jan. /jun., p.129-144, 2004.

BRASIL, Governo Federal. **Lei 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.

htm. Acesso em 10 fev. 2021.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Regional. **Dados revisados do déficit habitacional 2019 e inadequação de moradias nortearão políticas públicas**. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/dados-revisados-dodeficithabitacionaleinadequacao-de-moradias-nortearao-politicas-publicas. Acesso em 06 de jul. 2021.

IBGE, **Censo demográfico 2010**.Disponivel em www.ibge.gov.br. Acesso em 20 de nov. de 2021.

IBGE, **Estimativas da população 2020**. Disponivel em www.ibge.gov.br. Acesso em 20 de nov. de 2021.

MACAPÁ. **Lei complementar no 026/2004**, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Macapá. Macapá, PMM,2004.

NERI, S. H. A. 2004. **A utilização das ferramentas de geoprocessamento para identificação de comunidades expostas a hepatite A nas áreas de ressacas dos municípios de Macapá e Santana/AP**. 2004. 173f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil/Recursos Hídricos) – Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SABOYA, Renato. **O Planejamento sistêmico/racional-abrangente.** Urbanidades: Urbanismo, Planejamento Urbano E Planos Diretores. Setembro de 2008. Disponível em: https://urbanidades.arq.br/2008/09/14/o-planejamento-sistemico-racional-abrangente/ Acessado em: 30 de junho de 2021.

SALES, Josicléia S.; SANTOS, Marcelo M. 2013. **Proteção jurídica de áreas de ressacas em Macapá**. Disponível em: https://www.academia.edu/23585280/Prote. Acesso em 15 fev.2021.

SANTOS. Naiara Videira dos ; MOURA. Edila Arnaud Ferreira. Planejamento urbano e o direito à moradia: análise do Residencial Macapaba no município de Macapá-AP. *In:* **Novos Cadernos NAEA**. v. 22, n. 3, p. 199-218, Belém-PA: set-dez 2019.

SPÓSITO, Maria E.B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. *In*. CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L.; SPÓSITO, Maria E. B. (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012, p. 123-146.

TOSTES, José Alberto. **As fragilidades urbanas e ambientais de áreas de ressaca na Amazônia.** Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016.

10 GESTÃO E USO PÚBLICO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA, MACAPÁ-AP

Dayse Monteiro Maria
Daguinete Maria Chaves Brito

INTRODUÇÃO

Segundo a historiografia, a degradação ambiental é motivo de preocupação mundial, tendo em vista que a perpetuação da raça humana depende dos elementos da natureza. Diante disso, muito se tem feito desde que os primeiros danos foram percebidos, como tentativa de frear os avanços destas ações nocivas ao meio ambiente. Desta maneira, no decorrer dos anos, foram estabelecidos direitos e deveres a serem garantidos pelo estado e pela sociedade civil para a conservação, preservação e proteção da natureza.

Ainda no Brasil colonial, observou-se a criação das primeiras medidas de conservação, preservação e proteção ambiental no país. Autores que se dedicam à temática exemplificam este período em dois momentos, o primeiro citando a proibição, por D. João VI, do corte de manguezais em várias capitanias, determinação de Maurício de Nassau, para evitar que as florestas do Nordeste fossem cortadas; posteriormente, houve a publicação da Carta Régia da Coroa Portuguesa, propondo a conservação das florestas do país.

A nível mundial, pode-se apontar a dominação mundial do capitalismo, e as grandes guerras como causadores dos maiores e mais sérios danos ao meio ambiente e à Humanidade. Assim, o uso de recursos naturais aumentou demasiadamente para dar conta da produção industrial. A dinâmica predatória que se observa nessas dinâmicas predatórias serviu de pontapé inicial para a criação de políticas de proteção ambiental.

Assim, após muitas perdas e danos, iniciativas de cunho conservacionistas e preservacionistas surgiram com o intuito de frear os avanços da degradação ambiental. Como exemplo dessas iniciativas, conhece-se: O Relatório do Clube de Roma e o documento intitulado: Os Limites do Crescimento, os quais antecederam a Conferência de Estocolmo. Além de projetos do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), e a *World Wildlife Fund* (WWF). No Brasil, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA).

Todas as iniciativas de conservação, preservação e proteção da natureza que estes documentos e órgão propuseram foram de grande importância para as políticas ambientais no

Brasil e no mundo, e a partir delas instrumentos legais foram criados para direcionar, por exemplo, a gestão e manejo das áreas legalmente protegidas, objeto de estudo desta investigação.

Desse modo, neste trabalho a investigação será pautada na forma como as Unidades de Conservação (UC) brasileiras são geridas. Este estudo realizou levantamentos legal e teórico sobre as UC brasileiras, dentre as quais se encontram a categoria APA. No caso da APA da Fazendinha, em Macapá, no Amapá, os instrumentos legais de gestão ainda não foram elaborados e aprovados e por consequência, a falta deste instrumento de gestão, ou mesmo um plano de uso público, traz insegurança à gestão e manejo da área. As APA estão inclusas no grupo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, portanto, necessitam da execução de planejamento adequado para atingir seus objetivos socioambientais.

OBJETIVO GERAL

Analisar o potencial socioambiental da APA da Fazendinha com relação à disponibilidade dos elementos da natureza com o intuito de possibilitar o desenvolvimento sustentável da população residente e do entorno da área, além de propor um plano de uso público relacionado às atividades socioeconômicas possíveis de serem desenvolvidas na área.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

• Caracterizar legal e teoricamente a gestão socioambiental das Unidades de Conservação brasileiras, com enfoque na APA da Fazendinha, no Amapá;
• Identificar e diagnosticar as principais potencialidades naturais e as dinâmicas socioambientais na APA da Fazendinha;
• Analisar as potencialidades socioeconômicas da APA da Fazendinha e elaborar uma proposta de Plano de Uso Público participativo para a área.

APORTE TEÓRICO

Para Milano (2012, p. 16) as "Áreas protegidas são espaços territoriais onde o uso humano, em diferentes níveis e com diferentes propósitos, é legalmente limitado ou proibido". De acordo com o pensamento do autor, as Áreas Protegidas são criadas e delimitadas levando em consideração os interesses humanos para com a natureza, os quais procuram utilizar seus recursos de modo sustentável ou combater aqueles que procuram somente a exploração predatória.

Principais aliadas da natureza, as Áreas Protegidas têm função de extrema importância no combate à degradação ambiental, atuando como incentivo complementar a outras, possibilitando assim que o uso sustentável da biodiversidade também seja praticado fora de

seus limites. Além disso, as Áreas Legalmente Protegidas preservam e ou conservam espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção e promove uma relação saudável entre homem e natureza. Neste mesmo sentido, como Milano, Dudley (2008) explica a importância das Áreas Protegidas afirmando que:

> Las áreas protegidas son esenciales para la conservación de la biodiversidad. Son la piedra angular de prácticamente todas las estrategias nacionales e internacionales de conservación, están destinadas a mantener ecosistemas naturales operativos, actuar como refugios para las especies y mantener procesos ecológicos incapaces de sobrevivir en los entornos terrestres y marítimos con un mayor nivel de intervención (Dudley 2008, p. 01).

Dudley (2008) defende que a função essencial das áreas legalmente protegidas são a conservação da biodiversidade e a manutenção dos ecossistemas naturais. Entretanto, além destas, outra importante função destas áreas é a de atuar como um abrigo seguro para a preservação do patrimônio natural, geológico e arqueológico existentes nessas áreas. A partir destes artefatos, é possível realizar estudos que expliquem os processos pelos quais o ambiente passou, a história dos primeiros habitantes destes territórios e, possivelmente, sua relação com o meio.

Diante do exposto, para melhor compreensão acerca das dinâmicas das áreas legalmente protegidas, é necessário analisar como elas estão inseridas no cenário internacional e no contexto político nacional. Internamente, os principais tipos de áreas legalmente protegidas são: Unidades de Conservação (UC), Territórios Remanescentes de Comunidades Quilombolas (TRCQ), Terras Indígenas, (TI), Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva legal (RL).

METODOLOGIA

Tendo a pesquisa qualitativa como método de abordagem, este estudo se deu por meio da análise de leis, tratados, convenções, acordos, políticas públicas, sensibilização vinculada à educação ambiental, dentre outros exemplos. Para isso, este estudo realizou trabalhos de campo, levantamentos legais e teóricos sobre as UC brasileiras, dentre as quais se encontram a categoria APA.

Assim, a pesquisa documental em fontes primárias foi realizada em documentos públicos disponibilizados em *sites* de entidades públicas, como os documentos oficiais do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA/AP) e no site do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Nesta eventualidade, foram realizadas, ainda, pesquisas em livros, artigos científicos, teses e dissertações relacionados à temática desta pesquisa.

Os trabalhos de campo foram realizados a partir do método da observação não participante, explicada pela eminência da pandemia de COVID-19. Nesta eventualidade foi possível fazer o reconhecimento da área, com ênfase nas relações socioambientais, impactos ambientais, potencialidades turísticas e comércio local.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As APA fazem parte do grupo de UC de uso sustentável, e por isso a lei permite a ocupação humana e consequentemente suas atividades socioeconômicas, contanto que não sejam predatórias para a biodiversidade existente no seu interior. Atualmente as 386 APA presentes no território nacional estão ambientadas em todos os biomas brasileiros e sob administração das três esferas do poder; entretanto, a maioria das APA estão sob gestão dos Estados, com 202 unidades.

No Quadro 1 é possível perceber que embora haja um alto número de UC no Brasil, estas protegem parcialmente os elementos da natureza, justificado pela falha na fiscalização e no monitoramento dessas áreas. Os ecossistemas e biomas estão sendo degradados, inclusive, com incêndios, como pode ser visualizado nos noticiários nacionais e internacionais.

Quadro 1. Número de áreas protegidas por Bioma no Brasil.

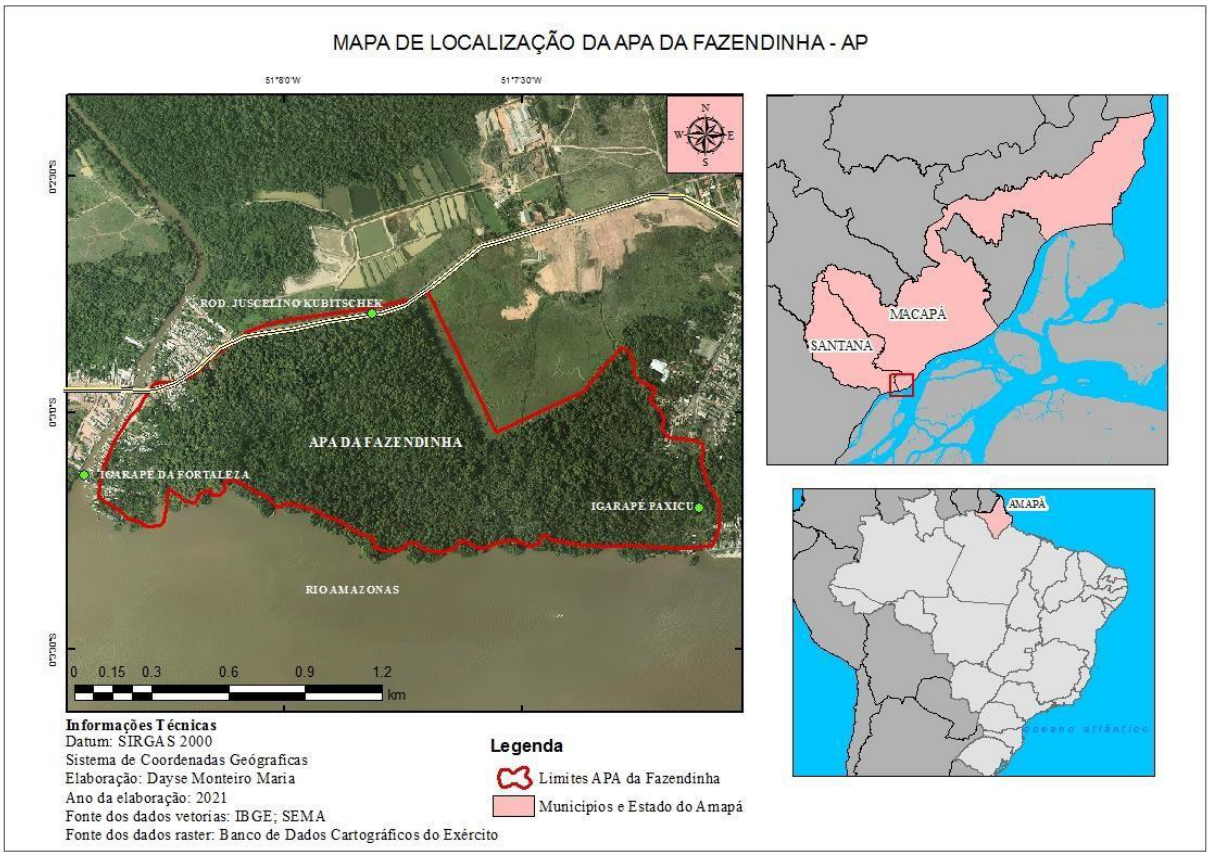
Bioma	Tipo	Quantidade de UC	Área (Km)
Amazônia	Proteção Integral	95	428.833
	Uso Sustentável	257	775.598
Cerrado	Proteção Integral	144	58.459
	Uso Sustentável	300	115.089
Caatinga	Proteção Integral	60	20.365
	Uso Sustentável	148	57.173
Mata Atlântica	Proteção Integral	477	29.091
	Uso Sustentável	960	91.031
Pantanal	Proteção Integral	6	4.401
	Uso Sustentável	19	2.584
Pampa	Proteção Integral	17	1.218
	Uso Sustentável	17	4.659
Total		**2500**	**1.588.501**

Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC, 2021).

Analisando os dados do quadro, é possível constatar que o maior número de UC está no bioma da Mata Atlântica, tanto nas áreas destinadas para uso sustentável quanto nas de proteção integral. Entretanto, o maior percentual em extensão territorial, encontra-se na Amazônia. É importante destacar que uma UC pode compreender mais de um bioma e que 22 (vinte e duas) estão sobrepostas a outras áreas, com destaque para a superposição de RPPN em APA, como é o caso da RPPN Retiro Paraíso que se localiza dentro dos limites da APA do Rio Curiaú, no município de Macapá/AP.

O estado do Amapá é contemplado com 19 UC, sendo duas APA, a do Rio Curiaú e a da Fazendinha, ambas localizadas no município de Macapá, capital do estado. A APA da Fazendinha (Figura 1) está localizada na porção periurbana sul da cidade de Macapá, a cerca de 15km do centro da cidade, na divisa com o município de Santana. Sua área é de 136,59 hectares e seus limites são: ao norte com a Rodovia Juscelino Kubitschek, ao sul com o Rio Amazonas, a oeste com o Igarapé da Fortaleza e a Leste com o Igarapé Paxicu e condomínio Roma (AMAPÁ, LEI nº 0873/2004).

Figura 1. Localização da APA da Fazendinha.



Fonte: Produzido pela autora (2021).

De acordo com a lei que estabeleceu o SNUC (BRASIL, LEI nº 9.985/2000), toda UC deve ter um plano de manejo, em até cinco anos a partir da criação da área de proteção, este plano deve ser elaborado e entregue ao órgão gestor da área (no caso da APA da Fazendinha, a SEMA) para avaliação e aprovação. No caso da APA da Fazendinha a elaboração do plano de manejo ainda não iniciou, desse modo, a gestão da área é comprometida, sendo necessário, então, que políticas públicas sejam criadas para garantir que os moradores da APA da Fazendinha tenham alternativas fundamentadas na sustentabilidade para a prática de suas atividades, como a lei estabelece, propiciando conservação para a recursos naturais e dignidade para seus moradores. Isso é possível por meio de planejamento ambiental.

Assim, após levantamento de dados, legais e teóricos, foi possível comprovar a necessidade de elaboração de planejamento urgente para a UC, mesmo que seja um plano do uso público para a APA. A necessidade desta demanda para a área foi possível constatar por meio de pesquisas na legislação brasileira, em bibliografias (livros e periódicos), em *sites* e no acervo da SEMA/AP, além da realização dos trabalhos de campo na área de pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. **Lei nº 0873 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, no município de Macapá. Macapá, 2004.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. **Lei nº 6.902, de abril de 1981**. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6902.htm. Acesso em: 10 de março de 2021.

DUDLEY, N. (Editor) (2008). **Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas**. Gland, Suiza: UICN. x + 96pp.

MILANO, Miguel. Um Olhar para além da Amazônia Brasileira: conceitos, histórico, políticas e forma de gestão. *In*: **Fundo Vale**. Áreas Protegidas: série integração, transformação, desenvolvimento. Vol. 2. Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012. p. 16-28.

11 CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS NA COMUNIDADE DO IGARAPÉ DO PALHA, MUNICÍPIO DE FERREIRA GOMES, ESTADO DO AMAPÁ

Fábio da Silva Ferreira
Patrícia Rocha Chaves

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos os conflitos por terras no estado do Amapá têm aumentado significativamente. É uma luta contínua contra a expropriação que os camponeses, indígenas e quilombolas enfrentam para se firmarem na terra para produzirem, viverem com suas famílias e cultivarem suas raízes. Existe uma violência instaurada no campo pela disputa de territórios, que nos instiga a buscar entender como tais violências se constituíram historicamente. É nesse sentido que nos debruçamos na tentativa de discutir e refletir sobre os fatores que contribuem para a ocorrência de conflitos socioterritoriais na Comunidade do Igarapé do Palha, localizada no município de Ferreira Gomes, estado do Amapá. Essa Comunidade é palco de diversos conflitos por terras, envolvendo posseiros, quilombolas, proprietários e Empresa multinacional (grande proprietária de terras que possui limites demarcados próximo à Comunidade).

O meio de acesso para se chegar até a Comunidade do Igarapé do Palha é por meio da BR-156, cerca de 21 km de distância da sede do município de Ferreira Gomes até a entrada de um ramal de terra batida e também pelo rio Araguari, aproximadamente a 10 km da área urbana do município, por meio de pequenas embarcações.

O referencial teórico que faz parte dessa pesquisa é composto por autores que analisam e discutem questões sobre o território, campesinato, conflitos socioterritoriais, lutas de classes, Comunidades quilombolas, entre outros que envolvem a luta pela terra e seus sujeitos sociais. Entre estes autores, utilizaremos trabalhos de Oliveira (2001; 2003, 2007, 2021), Martins (1981), Marx e Engels (1985; 1998), Chaves (2015), Leite (2008).

Os conflitos estão presentes em todas as instâncias da sociedade e perduram ao longo dos processos históricos, ou seja, tudo está em constantes mudanças e no cerne dessas estão os conflitos, que resultam das contradições que existem entre as diferentes classes. Neste sentido, Marx e Engels (1998, p. 40), afirmam que "a história e todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes", desse modo, onde há conflitos, há disputa de interesses entre forças.

É neste contexto que os conflitos socioterritoriais se inserem, haja visto que a construção do território se dá por meio da luta de classes. Para Oliveira (2003), o processo de construção do território é, simultaneamente, construção, destruição, manutenção, transformação, ou seja, uma unidade dialética, enfim, contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e se desenvolve. Desse modo, a construção do mesmo é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, significando valorização, produção e reprodução.

Sendo isto, "o território é assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra". (OLIVEIRA, 2003, p. 13).

Essas classes sociais são definidas por Marx em O Capital livro III, volume III, tomo 2 que se baseiam no modo de produção capitalista. Segundo Marx (p. 317),

> os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários da terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista.

Esta última classe, sendo a dos proprietários de terras, na concepção de Martins, possui duas classes sociais distintas, no qual, de um lado, tem-se os latifundiários, aqueles que usam a terra sobre uma ótica capitalista, ou seja, utilizam capital e trabalho como forma de fazer a terra produzir, e por outro lado, tem-se os camponeses que fazem da produção do seu trabalho e de sua família o objetivo principal do processo produtivo. Resumidamente, Martins defende quatro classes sociais no capitalismo, são elas: a burguesia (os que detêm o capital), o proletariado (os proprietários da força de trabalho) os latifundiários e os camponeses (ambos proprietários de terras) sendo esta última, uma social autônoma no capitalismo. (OLIVEIRA, 2021).

Isso quer dizer que tanto o campesinato quanto o latifúndio devem ser entendidos como classes sociais de dentro do capitalismo, haja visto que o processo contraditório de reprodução ampliada do capital, além de redefinir antigas relações de produção, subordinando-as à sua reprodução, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. (OLIVEIRA, 2007).

Desse modo, a terra para o capital é tida como renda, ou seja, propriedade capitalista da terra, podendo ser especulada, vendida e até mesmo por meio da subordinação da produção camponesa. Por outro lado, a presença do camponês posseiro compromete a lógica capitalista de acumulação e de mercado da terra ao estabelecer sua própria forma de uso de subsistência.

Visto isto, a luta pela posse da terra, para permanecer e sobreviver dela, é incansável por parte dos camponeses no Brasil, e também por outros sujeitos sociais, como os

quilombolas, que travam resistência contra o avanço do capital que os expulsa de seus territórios, por não estarem titulados caracterizando um processo claro de expropriação, gerando consequentemente conflitos.

Os sujeitos sociais são diversos, neste sentido, Chaves (2015) aponta que os conflitos socioterritoriais envolvem um quantitativo maior de sujeitos, quando afirma que

> [...] o conflito Socioterritorial não envolve somente camponeses acampados e sem-terras, "pré-assentados" e/ou assentados ou camponeses pequenos proprietários, envolve também camponeses posseiros, camponeses trabalhadores rurais que lutam por uma fração capitalista do território capitalista e também outros sujeitos sociais que lutam por seus territórios, para estabelecerem neles lógicas diferentes de reprodução social (CHAVES, 2015, p. 175).

É neste contexto que comunidade do Igarapé do Palha se insere, haja visto que cada sujeito social que vive no território da comunidade, estabelece lógicas diferentes de reprodução social. Desse modo, "[...] não há como compreender o conflito social ou conflito socioterritorial e socioespacial, sem entender quais sujeitos sociais estão no enfrentamento. E quais sujeitos estão construindo os processos de resistência". (CHAVES, 2015, p. 311).

Dessa forma, os seguintes sujeitos sociais identificados nos conflitos por terras no Igarapé do Palha são: Quilombolas (que produzem na terra, que possuem raízes e valores culturais ancestrais de seus antepassados); proprietários (que travam conflitos por uma fração capitalista do território, no qual estabelecem empreendimentos particulares); e Empresa multinacional (grande proprietária de terras particulares que possui limites demarcados próximo a Comunidade).

Os primeiros, se autodefinem remanescentes quilombolas, e para tentar reduzir a perda de seu território ancestral, deram entrada em 2009 na Fundação Cultural Palmares (FCP) para serem reconhecidos como quilombolas e terem seu território posteriormente demarcado e titulado. Em 2010 a FCP expediu a Certidão e no ano seguinte, 2011, a comunidade deu entrada no processo de titulação de terras junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Neste contexto, os quilombolas fundaram a Associação Quilombola do Igarapé do Palha (AQUIPA) como forma de representar seus membros nas questões que envolvem a comunidade. Segundo a presidente da associação, dona Itelvina, 102 famílias são associadas, no entanto, dentro da comunidade moram 12 famílias e o restante mora na sede do município de Ferreira Gomes, na Capital Macapá e em Tartarugalzinho.

Os segundos sujeitos sociais são os "proprietários", que adquiriram terras, inclusive vendidas por membros de família quilombola com o intuito de constituir empreendimento particular. Estes proprietários utilizam as terras como propriedade particular na criação de animais, área de lazer, retiro. E para aprofundar os conflitos, esses proprietários cercam estradas para impedir que os quilombolas adentrem ou utilizem para seus deslocamentos.

O terceiro sujeito social identificado em conflitos por terras dentro da comunidade do Igarapé do Palha, diz respeito à empresa Multinacional Amapá Florestal e Celulose S/A (AMCEL), que, ao mesmo tempo, podemos classificar tanto como proprietária de capital quanto proprietária de terras, ou seja, respectivamente, capitalistas cuja fonte de renda é o lucro e latifundiária cuja renda é fundiária ao possuir grande proprietária de terras para o plantio de monocultura de eucalipto.

A AMCEL foi criada em 1976 como subsidiária do Grupo CAEMI e atualmente o controle acionário da AMCEL pertence aos Grupos Japoneses, Nippon Paper Industries e NYK – Nippon Yusen Kabushiki Kaisha, empresas com vasta experiência na área florestal e utilização de fibras vegetais. Com cerca de 130 mil hectares disponíveis para o plantio de florestas renováveis de eucalipto, somados a 180 mil hectares de reservas nativas, o projeto florestal abrange sete municípios do estado do Amapá: Santana, Macapá, Porto Grande, Itaubal do Piririm, Tartarugalzinho, Amapá e Ferreira Gomes, onde está localizado, a Comunidade do Palha.

Segundo a presidente da AQUIPA, a Amcel adentrou em parte o território da Comunidade e que atualmente não existem conflitos com a Amcel e que até mesmo um irmão e primo dela fizeram uma roça dentro da "área" da Amcel, mas eles (Amcel) não mexeram e que era para continuarem a roça lá.

Identificados os sujeitos sociais, dessa forma podemos entender quais sujeitos sociais estão no enfrentamento e quais estão construindo o processo de resistência. Sendo assim, observa-se que os quilombolas são os sujeitos sociais que estão no enfrentamento e ao mesmo tempo construindo seu processo de resistência contra proprietários e empresa multinacional.

É nesse processo de enfrentamento que os quilombolas buscam garantir seus direitos, como é o caso das titulações dos territórios quilombolas. Esta é uma forma, legal, de reparação histórica daqueles que se opuseram e travaram resistência contra o sistema escravista no período colonial até ser abolida a escravidão com a lei Áurea de 1888. A resistência, a rebeldia, o avanço ou a retirada para os "acampamentos" deixaram marcas na trajetória da conquista pela liberdade.

Dessa forma, o quilombo tornou-se um marco de resistência negra contra a exploração colonial, e na atualidade a luta continua em relação à demarcação dos territórios e suas titulações. A luta continua também contra os latifundiários, grileiros, empresas, proprietários, especuladores de terras, entre outros, que se apropriam de espaços dentro do território de quilombos ocasionando conflitos nas terras deixadas pelos antepassados dos remanescentes quilombolas.

A palavra "quilombo", que em sua etimologia bantu quer dizer acampamento guerreiro na floresta, foi popularizada no Brasil pela administração colonial, em suas leis, relatórios, atos e decretos, para se referir às unidades de apoio mútuo criadas pelos rebeldes ao sistema escravista e às suas reações, organizações e lutas pelo fim da escravidão no País. (LEITE, 2008, p. 965).

Leite (2008, p. 967) afirma, ainda, que "a forma de ocupação das terras em todo o Brasil se deu por meio da lógica da expulsão dos indígenas e dos negros, da exploração da mão-

de-obra compulsória dos africanos e seus descendentes". É neste processo de expropriação, conflitos e negação dos territórios dos povos indígenas, que simultaneamente

> ...nasceram as lutas dos escravos negros contra os senhores fazendeiros rentistas. Dessas lutas e das fugas dos escravos nasceram os quilombos, verdadeiras terras da liberdade e do trabalho de todos no seio do território capitalista colonial. Muitos quilombolas morreram em decorrência da verdadeira guerra promovida pelos senhores de escravos. Hoje, tardiamente, a sociedade brasileira começa a reconhecer os direitos dos remanescentes de quilombos à terra (OLIVEIRA, 2001).

Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, após amplo debate, os quilombolas tiveram os direitos de ocupação de suas terras reconhecidos, após várias reivindicações de movimentos sociais negros. Assim define o art.68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes títulos respectivos". Em 22 de Agosto de 1988 o poder executivo federal foi autorizado a constituir a Fundação Cultural Palmares (FCP) por meio da Lei n° 7.668/88, que, entre outras finalidades, está a de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira (art. 1°).

Em 2001, foi editada a Medida Provisória (MP) n° 2.216-37, de 31 de Agosto de 2001, no qual, entre outras medidas, incluiu o inciso III no artigo 2° da 7.668/88. Dessa forma, ficou cabendo à FCP a "realizar a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, proceder ao reconhecimento, à delimitação e à demarcação das terras por eles ocupadas e conferir-lhes a correspondente titulação".

Após dois anos dessa MP atribuir à FCP estas incumbências citadas acima, em 20 de Novembro de 2003 foi editado o Decreto n° 4.887/2003 regulamentando o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do ADCT, e dentre outras atribuições, determinou que o INCRA tem o dever de "regulamentar os procedimentos administrativos para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidade dos quilombos, dentro de sessenta dias da publicação deste Decreto" (§1° do art. 3°). Desse modo, ficou a cargo do INCRA a regularização fundiária de territórios quilombolas e a elaboração de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID). O Decreto 4.887/03 deixou a cargo da FCP a "autodefinição" no qual a própria comunidade se autodefine como remanescente de quilombolas cabendo à FCP expedir a certidão à comunidade na forma de regulamento.

OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O objetivo geral desta pesquisa está pautado em analisar os conflitos socioterritoriais na comunidade do Igarapé do Palha, município de Ferreira Gomes, Estado do amapá.

Os objetivos específicos são; discutir as concepções teóricas que tratam da teoria do território, campesinato e conflitos sociais; compreender os conflitos camponeses no Amapá; e analisar como se dão os conflitos socioterritoriais na Comunidade do Igarapé do Palha em Ferreira Gomes.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Dentre os procedimentos metodológicos que vão nortear a pesquisa estão a pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, registros fotográficos, observações, pesquisa documental, questionários, entrevistas e a produção de mapas da área de pesquisa. A abordagem da pesquisa será de cunho qualitativo e quantitativo. Serão utilizados também, como base da análise dos conflitos socioterritoriais, os (Cadernos de Conflitos no Campo - Brasil) de 2011 a 2020 catalogados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT. Nesses cadernos contêm os levantamentos anuais dos conflitos ocorridos em todo país, sendo imprescindíveis para essa pesquisa.

RESULTADOS

Como a pesquisa está em andamento, os resultados ainda são preliminares; no entanto, podemos destacar alguns pontos já levantados, alguns já mencionados no texto acima, dentre eles: a identificação dos sujeitos sociais envolvidos nos conflitos por terras na comunidade do Igarapé do Palha, como os Quilombolas, posseiros, proprietários e empresa multinacional. Neste caso, os quilombolas são os sujeitos sociais que estão no enfrentamento e ao mesmo tempo construindo seu processo de resistência contra proprietários e empresa multinacional.

Em conversa com a presidente da AQUIPA, ela relatou que o conflito atualmente se dá com os proprietários "Beto" e "Aroldo", este último já falecido. Atualmente, na propriedade deste último, vivem a viúva e seus filhos.

A AMCEL é um agente conflituoso não só dentro da comunidade do Igarapé do Palha, mas também em outras regiões do Amapá, inclusive acusada de grilar terras, fato já constatado pela CPT. Segundo a presidente da AQUIPA, a empresa "até invadiu um pouco as terras da comunidade" (quilombola), mas que atualmente não existem conflitos com a mesma, e inclusive, segundo a presidente, seu irmão e primo fizeram uma roça que adentrou a "área da Amcel" mas eles (Amcel) disseram que era para continuar com a roça. A presidente também disse que a empresa tem uma parceria com a comunidade, que promove cursos.

De modo preliminar podemos afirmar que os conflitos socioterritoriais que envolvem a Amcel e a comunidade do Palha envolvem outra fração dos camponeses, o camponês

posseiro e também podemos inferir que envolvem os "proprietários" já mencionados neste texto. Para que isto seja comprovado, necessita de uma minuciosa pesquisa em campo, haja visto que há diversas frações da classe camponesa.

Desse modo, assim entendemos que as lutas no campo ocorrem a partir da luta de classes. Classes antagônicas, cujo antagonismo é percebido por suas formas diferenciadas de se apropriar e dominar o território. (CHAVES, 2015, p. 312).

Os temas abordados nessa pesquisa estão distribuídos em quatro capítulos, no qual o primeiro capítulo discutirá as concepções teóricas que tratam a teoria do "território, campesinato e conflitos sociais", sendo determinantes quanto à análise do objeto desse estudo. No segundo capítulo, sobre as "disputas socioterritoriais no Amapá" delimitamos e entramos nos conflitos socioterritoriais que ocorrem no estado do Amapá. Buscamos entender como se dão esses conflitos, quem são os sujeitos sociais envolvidos e quem são seus antagônicos. No terceiro capítulo "O Município de Ferreira Gomes no contexto dos conflitos", partimos para o município lócus da pesquisa para analisarmos os conflitos que ali se passam, envolvendo os posseiros e proprietários de terras atingidos por barragens, entre outros. Por fim, no quarto e último capítulo intitulado "Luta pela terra na comunidade do Igarapé do Palha", buscamos analisar como se dão os conflitos dentro da referida comunidade, no qual vivem posseiros, quilombolas, proprietários particulares e empresa multinacional disputando terras.

REFERÊNCIAS

CHAVES, Patrícia Rocha. **Rebeldia e Barbárie: Conflitos Socioterritoriais na Região do Bico do Papagaio**, 2015, 405 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. In: Dossiê 120 anos da abolição da escravidão no Brasil: um processo ainda inacabado. **Revista Estudos Feministas** 16 (3) • Dez 2008 • https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300015

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

MARX, Karl, 1818-1883. **O capital**: crítica da economia política/Karl Marx; apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 2. ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986. (Os economistas)

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos avançados** 15 (43), 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI**. II Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ I Simpósio Internacional de Geografia Agrária – "O

Campo no Século XXI", realizado em São Paulo, 05 a 08/11/2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Geografia Agrária e sua Tese para o Brasil**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA ENGA, XXV, Belém: UFPA, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=O9FMI2RhXKU. Acesso em: 09/04/2021.

12 PRODUÇÃO CAPITALISTA NO ENTORNO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA EM MACAPÁ - AP

Hilda Helena da Silva
Patrícia Rocha Chaves
Eliane Aparecida Cabral da Silva

INTRODUÇÃO

Esse trabalho se insere nos debates da linha de pesquisa Sociedade e Dinâmicas Territoriais, acerca da produção capitalista no contexto das áreas de proteção ambiental em espaços urbanos, e busca contribuir com os debates sobre a questão, a partir do estudo do caso da APA da Fazendinha em Macapá-Amapá. A APA da Fazendinha é uma unidade de conservação (UC) estadual de uso sustentável, faz parte do conjunto de UC do Estado do Amapá. Foi criada pela Lei estadual nº 873, de 31 de dezembro de 2004, com uma área de 136,6 hectares, com objetivo de conciliar a permanência da população local com a proteção ambiental, através do uso racional dos recursos naturais e da busca de alternativas econômicas sustentáveis para a comunidade residente (SEMA, 2012).

Contudo, nos últimos anos, o entorno da APA tornou-se uma área privilegiada, por estar inserido em um dos eixos de expansão urbana mais dinâmico e valorizado das cidades de Macapá e Santana. Em consequência dessa dinâmica, as terras localizadas no entorno da APA passaram a ser alvo de grande especulação e valorização comercial.

Essas transformações no urbano de Macapá e Santana afetam diretamente o entorno da APA. Cerca de 80% da população do Amapá residem nesses aglomerados urbanos, sem que haja um planejamento integrado entre estas cidades, fato que se reflete nas duas principais rodovias de integração, a Rodovia Juscelino Kubitschek (JK) e Duca Serra, que vêm, ao longo dos anos, experimentando um processo de conurbação. (SOUZA; FERREIRA; TOSTES, 2015).

Essa pesquisa pretende observar, refletir e analisar como a produção capitalista no território tem avançado sobre o entorno da APA da Fazendinha, condicionando a existência de impactos de natureza variada entre os diferentes sujeitos sociais pela apropriação dessa área.

O conceito basilar que permeia essa pesquisa é o de território e para subsidiar a sua compreensão nos utilizaremos de estudos de Oliveira (1978) e (2003), Calabi e Endovina (1973), Raffestin (1993), Moraes e Costa (1987), Souza (2000) autores que tem no estudo do território o tema central da investigação em Geografia. Oliveira (2003, p.13) afirmar que "o

território é assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência".

Oliveira se embasa nas contribuições de Marx (2013) para elucidar as relações de produção capitalista, assim como abordar as três classes sociais da referida sociedade capitalista: proletariado, burguesia e proprietários de terra. A descrição das classes sociais, utilizada por Oliveira, tem no processo de produção o sustentáculo das relações sociais de produção. No Livro 1, Secção VII, sobre a compreensão do modo de produção capitalista, Marx (2013) afirmar que "se a sociedade se organiza sob os pilares do modo de produção capitalista, ocorrerá o mesmo com a reprodução do espaço, e particularmente com o território".

No âmbito dessas relações sociais de produção, que se travam no interior do território, se tornam visíveis os diferentes interesses e disputas pelo uso da terra, e de seus atributos naturais, que se configuram e se materializam em ações e políticas desenvolvidas por diferentes sujeitos sociais. De acordo com Calabi e Indovina (1973) ao analisar os usos do território, demonstra que as relações capitalistas de produção tendem a se ampliar e abranger toda a sociedade, são estas relações e o desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração especifica do território.

Sobre o conceito de território, Souza (2000) nos diz que está entrelaçado ao conceito de território nacional, tendo na figura do Estado o tutor desse espaço. O Estado enquanto tutor e buscando resguarda algumas áreas naturais do território do intenso processo de apropriação capitalista, cria as chamadas reservas territoriais, visando possíveis negociações futuras com outros sujeitos sociais. Essas reservas seriam a possibilidade de coexistir dentro do território, outros territórios.

Corroborando com as discussões de território, são também relevantes para o estudo em tela a definição de unidade de conservação, as relações entre a produção capitalista e o processo de urbanização, e os conflitos socioterritoriais. Sobre as UCs nós apoiamos em autores como Brito (2003) trazendo uma discussão sobre A Construção do Espaço Público na Gestão Ambiental de Unidades de Conservação: O caso da APA do Rio Curiaú/AP, o estudo apresenta contribuições relevantes sobre as UCs. De acordo com Brito (2003, p.24) "o processo de criação de áreas ambientalmente protegidas intensifica-se, com as pressões ocasionadas pelo sistema capitalista."

Segundo Bacelar; Ferreira; Toste (2018) a criação das UCs no Estado do Amapá, ocorreu sem a participação ou consulta prévia dos municípios, vindo a tornar-se um dos principais conflitos face a manutenção e preservação dessas áreas ambientalmente protegidas, condicionando os conflitos sociais entrelaçados aos ambientais. Conforme preconiza o SNUC (2000), as UCs são espaços territoriais e seus recursos ambientais, que sob a tutela da administração pública necessita de garantias adequadas a sua proteção.

Quanto à dinâmica urbana, Monte-Mór (1981) preconiza que a urbanização passou a ser vista cada vez mais como uma necessidade de transformação das sociedades em busca de um futuro

moderno, uma ideologia apresentada como necessária a manter a estrutura do modo capitalista de produção. Segundo Carlos (2006), é necessário compreender o processo de urbanização e o uso do solo urbano no espaço das cidades, uma vez que produção espacial de uma cidade passa a ser determinada pelo conflito, devido aos interesses conflitantes e materializada na propriedade privada do solo e, consequentemente, no seu uso, que passa a ser mediado pelo mercado.

Maricato (2005) discute contribuições sobre a natureza da segregação urbana, onde a cidade é uma mercadoria especial e a localização tem um preço, só mora bem e tem direito à cidade quem pode pagar. Corroborando com essas discussões do uso do solo urbano, utilizaremos as contribuições de Silva (2017), que apresenta relevante estudo da história de Macapá, do seu crescimento urbano, do aparecimento de loteamentos murados e edifícios verticais como formas representativas da expansão do espaço urbano, e o mercado imobiliário como principal agente promotor da expansão urbana.

Segundo Silva (2017) a valorização comercial pelo mercado imobiliário no entorno da APA da Fazendinha se evidencia pela localização de empreendimentos ao longo da Rodovia JK, impulsionando a expansão imobiliária, ora observada com a construção, inúmeros residenciais e loteamentos que se efetivaram na região. Esse dinamismo urbano é cada vez mais presente com a valorização da terra, que é o elemento necessário a toda produção e atividade humana, segundo Oliveira (1978).

As relações de produção modificam e moldam essa relação com a terra de acordo o desenvolvimento econômico e social, e essa modelagem ocorre de acordo com determinado momento histórico. Oliveira explicita que o modo capitalista de produção reveste seus legitimados ou detentores do capital do direito de propriedade sobre a terra, por meio da renda capitalizada, dessa forma reproduzindo o capital e excluindo uma grande parcela da população.

Na lógica da especulação imobiliária essa grande parcela excluída é utilizada a forçar o poder público a fazer melhorias nessas áreas que se tornam valorizadas. Esse processo contraditório será marcado pela espoliação daqueles que estarão à margem da lógica capitalista na construção e reconstrução dos territórios, diálogo presente nas contribuições de Silva (2017) e Oliveira (1978).

Silva (2017) esclarece que essa mudança quanto ao uso e acesso à terra "cria uma escassez da terra no território que impulsionou o surgimento do mercado imobiliário e transformou a terra em uma mercadoria que poderia ser vendida, de modo que a única forma de acesso a ela passa ser via compra". Esse caráter capitalista que a terra incorporar eleva esse bem natural à categoria de difícil acesso pela lógica do capital, seja para moradia, seja para produção e consumo.

Contribuindo com os debates sobre os conflitos socioterritoriais nos embasaremos nas discussões de Chaves (2015), que afirma que "o conflito por terra coloca em disputa as formas de uso e apropriação da terra pelas classes sociais do capitalismo e as sociedades que possuem outros tipos de relação social de produção".

OBJETIVOS

Geral

Analisar como ocorre o avanço das relações capitalistas de produção no entorno da APA da Fazendinha, pelo uso e apropriação dessa área.

Específicos

a) Demonstrar a formação socioterritorial da APA da Fazendinha e seu entorno, no contexto do processo de formação territorial da Amazonia Amapaense.
b) Identificar os sujeitos sociais e as diferentes formas de apropriação que ocorrem no entorno da APA.
c) Analisar as implicações dos diferentes usos e apropriação no entorno da APA da Fazendinha decorrentes das relações de produção capitalista.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que se refere à metodologia, a pesquisa concentra a leitura da bibliografia, na análise das fontes documentais dos arquivos da Superintendência do Patrimônio da União no Amapá (SPU/AP), Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano (SEMHOU) Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), órgão responsável pela administração e gerenciamento da APA, e das demais instituições estaduais, federais e municipais, de organizações da sociedade civil locais e da população residente, que colaboram na administração; pesquisa de campo, que permitirá o contato direto com os sujeitos sociais envolvidos nesse processo, que se desdobrará na aplicação das seguintes técnicas: entrevistas semiestruturadas, registro fotográfico, aplicação de questionário visando a posterior análise dos dados coletados e a produção de mapas. A pesquisa alcançará as populações locais que habitam a APA e seu entorno, os donos da terra, o Estado e os agentes imobiliários, pelo uso desse espaço. Pela natureza do objeto de estudo desta investigação, e para alcançar os objetivos que são propostos nesta pesquisa, utilizaremos como método, o Materialismo Histórico Dialético, que auxiliará na avaliação das diferentes percepções que os sujeitos sociais tem sobre a APA, assim como na análise das implicações dos diferentes usos e apropriação no entorno da APA da Fazendinha decorrentes das relações de produção capitalista. Subsidiando o método dialético, trabalharemos com a teoria Marxista, que na sua concepção de História "possibilitou a elaboração de conceitos (renda absoluta, mercadoria) e de teorias (mais-valia), que permitiu a mais elaborada leitura do capitalismo como modo de produção historicamente produzido com todas as suas determinações". (SPOSITO, 2004).

RESULTADOS

Quanto aos resultados da pesquisa, ainda são preliminares, visto que o estudo está em andamento; contudo, podemos destacar que a partir das discussões teóricas e das percepções acerca das transformações socioterritoriais, as mesmas fornecem subsídios importantes e fundamentais para se analisar como ocorre o avanço das relações capitalistas de produção no entorno da APA da Fazendinha, objetivo que será construído no capítulo um, intitulado Áreas Protegidas na Amazônia Amapaense no Contexto do Território, onde apresentaremos aspectos quanto ao conjunto e tipos de áreas protegidas, sua distribuição no território amapaense, contextualizando as políticas públicas que desencadearam suas criações, de acordo com cada época, tendo em conta que grande percentual do território amapaense, está sob a modalidades de áreas protegidas. Evidenciaremos os aspectos institucionais concernente a gestão e a fundamentação legal das áreas protegidas, em particular da APA.

Se evidencia nesta pesquisa que a pressão urbana exercida no entorno da APA é reflexo da formação do território amapaense, enquanto consequência do processo de construção histórica da região amazônica. Entendemos que os conflitos socioterritoriais e as formas de apropriação do uso do solo urbano nas cidades de Macapá e Santana são frutos dos diversos modos de vida que se estruturam sobre esses aglomerados urbanos, de acordo com os diferentes usos do território, ambas relacionadas à utilização dos recursos naturais, a qualidade de vida da sociedade e do próprio crescimento econômico, contexto a ser construído no capítulo dois, intitulado A questão do Território e as Áreas de Proteção Ambiental. Aqui será debatido a respeito das concepções teóricas quanto ao uso e apropriação do território.

Neste capítulo daremos ênfase às formas de organização e dinâmica social do território, percebidas na cidade, que emerge como um lócus a dar sustentação à lógica de reprodução do capital e estimular conflitos socioterritoriais, demonstrando que a cidade se organiza sob a lógica da produção capitalista. Evidenciaremos a gestão territorial, em particular das áreas protegidas, no caso a APA da Fazendinha e o papel do Estado, enquanto um dos atores envolvidos nos conflitos, que ora ocorrem nesse ambiente.

Percebe-se também a necessidade de um planejamento urbano integrado, sob a perspectiva sistêmica entre as cidades de Macapá e Santana, visando a gestão das áreas urbanas e considerando a importância das UCs. Um planejamento capaz de propor novas formas de pensar e agir nos territórios protegidos, com experiência de aprendizados coletivos em processos compartilhados, o que será abordado no terceiro e último capítulo, intitulado Produção Capitalista no contexto das áreas de proteção ambiental em espaços urbanos: O Caso da APA da Fazendinha. Aqui será apresentado o total dos dados da pesquisa, analisando as disputas por diferentes grupos sociais, problematizando o avanço da terra urbana como mercadoria e as estratégias utilizadas pelos proprietários de terra e pelo setor imobiliário, apresentar os possíveis conflitos socioterritoriais decorrentes das disputas que

ora se instalam na APA e seu entorno, assim como as alterações provocadas ou estimuladas pelo setor imobiliário, impactando a biodiversidade local.

Neste sentido, demonstra-se nesta pesquisa a complexidade das disputas e conflitos envolvendo o uso e apropriação do território, em diferentes épocas e momentos da sociedade, e neste cenário as emblemáticas discussões sobre o uso do território ora como abrigo, ora como recurso, ou ambos, porém sempre entrelaçada ao modo capitalista de produção, que deixam marcas implícitas na paisagem de seus lugares, revelando a forma como o território vai sendo pensado e estruturado.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA. **Áreas protegidas do Estado do Amapá. Coordenação Geoprocessamento e Tecnologia da Informação Ambiental** - CGTIA: Macapá, 2012.

AMAPÁ (Estado). **Lei nº 0873 de 31 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre a Criação da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, no Município de Macapá. Macapá, 2004.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, julho de 2000.

BACELAR, Heidelanna Cilibelly da Silva; FERREIRA, José Francisco de Carvalho; TOSTES. José Alberto. Planejamento Urbano: O Marco Legal e os Contrastes Socioambientais na Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, Macapá/Ap: In: TOSTE, José Alberto. **Planejamento Urbano Regional no Estado do Amapá**. Macapá: UNIFAP, 2018. P 174-196.

BRITO, Daguinete Maria Chaves; BASTOS, **A Construção do Espaço Público na Gestão Ambiental de Unidades de Conservação:** O caso da APA do Rio Curiaú/AP, Brasília-DF: Outubro/2003.

CALABI, Donatella; INDOVINA, Francesco. **Sobre o Uso Capitalista do Território**. Tradutores: Liliana L. Fernandes e Moacyr Marques. São Paulo. USP, 1973.

CARLOS, A. F. A. **A Geografia na Sala de Aula**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAVES, Patrícia Rocha. Rebeldia e Barbárie: **Conflitos Socioterritoriais na Região do Bico do Papagaio**, 2015, 405 f. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MARICATO. Ermínia. **Para entender a Crise Urbana**. 2005. Rio Grande. Artigo decorrente da Palestra de abertura da 10° edição do Ciclo de Palestras "Quintas Urbanas" promovido pelo Núcleo de Análises Urbanas do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da FURG.

FERREIRA, José Francisco; SOUZA, Ana Claudia; TOSTES. José Alberto. O Desenvolvimento Local Integrado entre as cidades de Macapá e Santana (Estado do Amapá, Brasil). **PRACS:** Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, v. 8, n.

2, p. 149-167, jul./dez. 2015

MORAES, Antônio C. R.; COSTA, Wanderley M. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec. 1987.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1, Secção VII. 4. ed. São Paulo: E-books da Boitempo editorial, 2013.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. **Do Urbanismo à Política Urbana: notas sobre o caso brasileiro**.Unpublished manuscript, Belo Horizonte, 1981.

OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino. **Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI.** II Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ I Simpósio Internacional de Geografia Agrária – "O Campo no Século XXI", realizado em São Paulo, 05 a 08/11/2003.

OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino. A Lógica da Especulação Imobiliária. **Boletim Paulista de Geografia**. AGB, nº 55. São Paulo, novembro de 1978.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993

SILVA. Eliane Aparecida Cabral. **Quando a terra avança como mercadoria perde-se o valor de uso na cidade: regularização fundiária e a expansão urbana na cidade de Macapá - Amapá**. Campinas – SP. 2017

SOUZA. Marcelo José Lopes de. O território: Sobre Espaço e Poder: Autonomia e Desenvolvimento: In: CASTRO, Iná Elias et al. **Geografia**: conceitos e Temas. 2ªed. Rio de Janeiro, 2000. Bertrand. p. 77-116

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o Ensino do Pensamento Geográfico**. 1ª reimpressão. São Paulo. 2004.

13 ESPACIALIDADES DAS VILAS COLONIAIS DE MACAPÁ E MAZAGÃO NA VIGÊNCIA DO DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS: DIÁLOGOS ENTRE TEMPO E ESPAÇO NO CABO NORTE (1757-1798)

Laís Cristiane Martins Freitas
Emmanuel Raimundo Costa Santos

INTRODUÇÃO

Transitar entre a História e a Geografia, ciências coirmãs, no que tange o estudo das espacialidades e sociedades coloniais no século XVIII, se revela um campo de potencialidade para efeitos de pesquisa e produção do conhecimento a respeito das geografias do passado e do espaço geográfico em diferentes escalas locais, regionais e nacionais. Nessa trajetória, se observam as experiências e vivências dos agentes sociais no processo de formação e produção dos espaços por meio das impressões materiais e simbólicas, marcas da ação do trabalho, reconstituindo assim a relação espaço-sociedade de um determinado período histórico.

Nesse sentido, o estudo da aplicabilidade da Lei do Diretório dos Índios na região do Grão-Pará e especialmente no Cabo Norte (atual Estado do Amapá) é um tema viável e relevante para a História e semelhantemente na Geografia, ciência que se dedica às ações dos sujeitos no espaço. A confluência e o diálogo entre as ciências se tornam a base teórica fundamental desta pesquisa para o estudo do Amapá colonial mediante a investigação da dinâmica socioespacial no interior das vilas coloniais de Macapá e Mazagão durante o século XVIII.

A partir da criação e a operacionalização das vilas históricas é possível compreender o processo de ocupação e povoamento, pois esses núcleos populacionais surgiram no âmago do projeto pombalino para assegurar o domínio lusitano expandindo a soberania lusitana na Amazônia Setentrional. Compreende-se que a reforma pombalina na Amazônia Portuguesa se constituiu sob uma perspectiva não apenas do aportuguesamento dos indígenas por meio da introdução de uma nova estrutura social, uma vez que um dos objetivos era equiparar indígenas e colonos brancos por intermédio da regulação do trabalho; todavia, também provocou o aportuguesamento dos espaços por intermédio da formação de núcleos, vilas e lugares seguindo uma logística europeia, mesmo com todas as dificuldades de implementação e manutenção registrada nos documentos coloniais do século XVIII.

Conforme analisam Corrêa (2000) e Santos (2008, 2014), espaço e espacialidade são categorias dinâmicas, que se relacionam a partir da combinação dos sujeitos com os objetos, enquanto o espaço é a base da reprodução do movimento, a espacialidade é o espaço acontecendo, por isso é funcional. De acordo, com Almeida (2010), a política do Diretório pombalino acentuou ainda mais a presença portuguesa na Amazônia colonial da segunda metade do século XVIII, injetando e expandindo novas ações sobre a região, o que pode ser percebido na formação dos povoados e vilas que com o decorrer do tempo passaram a adquirir outras funções.

A implementação da política do Diretório dos Índios na segunda metade dos setecentos ensejou um novo arranjo na Amazônia colonial materializada em ações que visavam a transformação dos espaços, assim também como a regulação das populações indígenas, que de acordo com Acevedo Marin (1999), Almeida (2005), Ravena (2005) e Coelho (2005), constituiu em um importante fator não apenas sob a perspectiva mercantilista e da agricultura comercial, mas igualmente refletiu em impactos no próprio cotidiano dos povos indígenas que passaram a ter suas vidas reguladas com a inserção de uma legislação, introdução de diretores brancos nas povoações coloniais para monitorar o trabalho dos indígenas, o pagamento do dízimo sobre a colheita; esses eram alguns dos mecanismos para homogeneizar e equiparar brancos e povos indígenas; todavia, essas intenções nem sempre foram concretizadas, tendo em vista a resistência dos ameríndios, pois de acordo com Almeida (2010), as relações entre indígenas e portugueses na Amazônia colonial foi constantemente marcada por disputas, acordos e negociações.

No que tange a experiência do Diretório na região do Cabo Norte, uma compreensão sobre as balizas temporal e espacial em que assentam e operacionalizam as vilas de São José de Macapá e Mazagão é um dos aspectos norteadores dessa pesquisa, considerando as dinâmicas de ocupação e povoamento nessa faixa da Amazônia Setentrional, que a princípio, enfrentou diversas improvisações e adaptações devido à instabilidade fronteiriça, a carência de colonos brancos, a resistência dos indígenas, a irregularidade no abastecimento interno, que foram alguns dos fatores que contribuíram para a criação das vilas coloniais, e ao mesmo tempo se tornaram desafios para a manutenção desses espaços no Cabo Norte. (ACEVEDO MARIN, 1999; RAVENA, 2005).

Dessa forma, a pesquisa possui como objeto de estudo a espacialidade histórica ocorrida no Cabo Norte (atual Estado do Amapá-Norte do Brasil), a partir da criação e operacionalização de suas vilas coloniais no século XVIII, respectivamente: a Vila de São José de Macapá e a Vila de Mazagão, que originaram os municípios de Macapá (capital do Estado do Amapá) e Mazagão (munícipio localizado no Sul do Estado do Amapá).

Justifica-se o estudo, tendo em vista que ambas as vilas foram introduzidas segundo o modelo de urbanização portuguesa na Amazônia Setentrional, configurando como uma experiência crucial para analisar a ocupação e a formação territorial da Amazônia brasileira. Esse processo introduziu mudanças e adaptações não apenas na organização do espaço

amazônico, mas no cotidiano das populações indígenas, estrangeiros e colonos brancos, principalmente na vigência do instrumento civil do Diretório dos Índios (1757-1798).

Desse modo, este trabalho tem como objetivo central analisar as espacialidades das vilas coloniais de Macapá e Mazagão no contexto do Diretório dos Índios (sistema político e econômico que vigorou na Amazônia Portuguesa na segunda metade dos setecentos); esse sistema político e social ensejou um novo arranjo na Amazônia Portuguesa, materializada em ações que visavam a transformação dos espaços coloniais, segundo uma logística europeia. Conforme discute Araújo (1998), a transformação desses espaços em núcleos, vilas e lugares significou a demarcação e a personificação da administração pombalina na Amazônia Colonial Portuguesa no adentrar do século XVIII.

OBJETIVO GERAL

Analisar a espacialidade das vilas coloniais de São José de Macapá e Mazagão na vigência do Diretório dos Índios por meio da análise de documentos do século XVIII.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Como objetivos específicos, a pesquisa estrutura-se da seguinte forma: discutir a dinâmica territorial ocorrida no Cabo Norte a partir da implantação das Vilas de São José de Macapá e respectivamente a Vila de Mazagão e analisar as relações de poder e os impactos no interior das vilas e no cotidiano de suas populações (autoridades portuguesas, indígenas e colonos).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que se refere à metodologia, a pesquisa concentra a leitura da bibliografia e a análise das fontes documentais do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), uma densa documentação produzida pelas autoridades portuguesas que registram o cotidiano das capitanias e vilas do período colonial na Amazônia Portuguesa. Nesse sentido, são pertinentes no corpo da pesquisa o estudo e aplicação dos conceitos de espaço e espacialidade, bases conceituais da pesquisa geográfica e a operação histórica mediante os instrumentos de análise e interpretação dos documentos coloniais, dessa forma, se revelando enquanto uma possibilidade de fonte e metodologia para o estudo das geografias do passado. Existe uma extensa bibliografia sobre o processo de colonização na Amazônia Portuguesa, mais especificamente sobre a região do Grão-Pará no século XVIII. Há um vasto empenho de historiadores e geógrafos materializados em obras e estudos a respeito das experiências coloniais na Amazônia brasileira, principalmente no que tange as heranças e os impactos dos projetos de colonização onde a introdução do Diretório pombalino é um desses

exemplos, que se estruturou em um sistema político centrado na expansão das vilas coloniais originando as cidades amazônicas.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

A partir do diálogo entre a História e a Geografia em consonância com a análise das fontes documentais do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), se evidencia nesta pesquisa que o Cabo Norte (Amapá colonial), localizado na Amazônia Setentrional, esteve imerso na expansão do projeto colonial do Diretório pombalino; a própria construção das vilas coloniais no século XVIII é um exemplo dessa lógica pensada e articulada pelas autoridades portuguesas. No caso da experiência no Cabo Norte, a região se configurou como um ponto estratégico para o asseguramento e resguardo dos objetivos lusitanos, considerando que a sua localização era vista com certa urgência devido à instabilidade fronteiriça porém, o surgimento dos conflitos e as negociações com os povos indígenas é uma característica importante e crucial para compreender esse processo de povoamento da Amazônia Setentrional e do próprio Amapá colonial, que reordenaram esses espaços trazendo novas configurações e arranjos espaciais, sociais e culturais.

Os conceitos de espaço e espacialidade constituem as bases da ciência geográfica, são determinantes para compreender e analisar as geografias e as sociedades do passado. A partir disso, demonstra-se nesta pesquisa que a confluência entre a História e a Geografia oportuniza um diálogo substancial para interpretar as espacialidades do Amapá colonial mediante a criação de suas vilas coloniais: a Vila de São José de Macapá e a Vila de Mazagão. Esses núcleos populacionais foram estrategicamente implantados e povoados na Amazônia Setentrional e dinamizadas pela presença das populações indígenas e estrangeiros, evidenciando-se, portanto, que o estudo da espacialidade estrutura-se na correlação entre tempo e espaço sobre a formação territorial amapaense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do diálogo entre a História e a Geografia em consonância com a análise das fontes documentais do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), se evidencia nesta pesquisa que o Cabo Norte (Amapá colonial), localizado na Amazônia Setentrional esteve imerso na expansão do projeto colonial do Diretório pombalino, onde a própria construção das vilas coloniais no século XVIII é um exemplo dessa lógica pensada e articulada pelas autoridades portuguesas nessa região.

Para concluir, a experiência de colonização no Cabo Norte (Amapá colonial) na segunda metade do século XVIII reforçou a atuação portuguesa na Amazônia Setentrional, atribuindo novas configurações espaciais, territoriais, econômicas e socioculturais culminando para o seu caráter pluriétnico, assim como para o restante da atual Amazônia

brasileira. Com base nisso, compreende-se que as vilas de São José de Macapá e Mazagão podem ser consideradas como pontos de intersecção que reafirmam a importância da geografia histórica no resgate das memórias do passado colonial especificamente na formação do Estado do Amapá.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa E. Prosperidade e Estagnação de Macapá Colonial: as experiências dos colonos. In. **Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)** /Flávio dos Santos Gomes (organizador) ... Maria Fernanda B. Bicalho (et al.]. – Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p.33-62.

ALMEIDA, Maria Celestino de. A falácia do povoamento: ocupação portuguesa na Amazônia Setecentista. In: COELHO, Mauro Cezar; GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal; MARIN, Rosa E. Acevedo; PRADO, Geraldo. (organizadores). **Meandros da história: trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX**. Belém: UNAMAZ, 2005. p.21-33.

ALMEIDA, Maria Celestino de. **Os índios na história do Brasil** /Maria Celestino de Almeida. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ARAÚJO, Renata Malcher. **As cidades da Amazônia no século XVIII** – Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP/publicações. 2ª edição, 1998.

COELHO, Mauro Cezar. O diretório dos Índios: possibilidades de investigação. In: COELHO, Mauro Cezar; GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal; MARIN, Rosa E. Acevedo; PRADO, Geraldo. (organizadores). **Meandros da história:** trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX. Belém: UNAMAZ, 2005. p.48-67.

CORRÊA, Roberto. L. Espaço, um conceito chave da geografia. In. **Geografia:** conceitos e temas. Organizado por Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Côrrea. – 2ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000. p. 16-24.

RAVENA, Nírvia. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 2. Dez., 2005, p. 125-149.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção/Milton Santos. - 4. ed.4. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. – (Coleção Milton Santos;1).

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado:** Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia / Milton Santos; em colaboração com Denise Dias. – 6. ed. 2. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. p. 77-81.

14 TERRITORIALIDADES DAS COMUNIDADES ATINGIDAS PELAS USINAS HIDRELÉTRICAS NO RIO ARAGUARI-AP

Liane Patrícia Rodrigues Brito
Daguinete Maria Chaves Brito

INTRODUÇÃO

A instalação de um grande empreendimento sempre gera expectativa para uma população local, carente de certos serviços socioculturais e econômicos. A população entende a implementação de um grande empreendimento como a chance de melhorar a qualidade de vida. Porém, há que se destacar que, na maioria das vezes, os interesses dos empreendedores são unicamente econômicos, voltados para atender o mercado capitalista, não para a melhoria da qualidade de vida da população envolvida pelos empreendimentos, e é comum ter como consequência a degradação ambiental na sua área de abrangência.

No entanto, a consequência principal é a alteração dos modos de vida das populações locais, como afirma Silva, Lima e Silva (2016, p. 4) ao preconizar que tais empreendimentos, além do discurso supracitado, ocasionam sérios desastres socioambientais, "reorganizando o espaço geográfico e provocando, no território, complexidades diferenciadas, articulando relações que fogem à escala local e produzem novas territorialidades a partir da dinâmica econômica das grandes empresas".

Nesse contexto, a instalação de um empreendimento hidrelétrico, cuja finalidade é a ampliação da rede energética para atender à demanda do mercado, acarreta impactos de ordem sociocultural, econômica e ambiental. A vida da comunidade é totalmente modificada em virtude da chegada destes empreendimentos, principalmente devido ao deslocamento compulsório da população atingida pela inundação das usinas hidrelétricas, provocando a perda de seu território, ocorrendo a desterritorialidade e a criação de novos territórios e territorialidades.

A instalação de um empreendimento hidrelétrico na Amazônia, especificamente no Amapá, apresenta como vantagens o desenvolvimento econômico e a integração do território nacional, com a anuência e favorecimento do Estado. Dessa forma, o Estado corrobora com a desintegração do território das comunidades atingidas pelas áreas dos reservatórios das usinas hidrelétricas, cuja consequência, como citado, o deslocamento compulsório da

população local. Essas comunidades, em sua maioria tradicionais (ribeirinhos, quilombolas, indígenas, pequenos agropecuaristas, extrativistas e seringueiros), são obrigadas a saírem de suas terras, destituídas de seus modos de vida, causando a perda de suas territorialidades historicamente construídas e de suas identidades territoriais.

O presente projeto foi elaborado com a finalidade de analisar os processos de território, territorialidade, desterritorialidade e construção de novos territórios/reterritorialização das comunidades ribeirinhas atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos no médio Araguari, as hidrelétricas de Coaracy Nunes, Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão. Estes empreendimentos foram estruturados nos limites do município de Ferreira Gomes, no estado do Amapá. Entretanto, as consequências negativas da edificação e operacionalização destas usinas atingem, também, as comunidades do município de Porto Grande, causando a perda de seus territórios e de suas identidades, em virtude da remoção para outros territórios.

Esse processo de perda ou destruição de território está associado ao processo de desterritorialização, um termo proposto pelos autores Gilles Deleuze e Félix Guattari (*apud* Haesbaert & Bruce, 2002), no qual trouxeram uma importante contribuição na formulação conceitual para a Geografia. Ademais, defendem que o território está em constante processo de destruição e se desfazem ininterruptamente. Haesbaert (2005) afirma que a desterritorialização é o movimento de abandono do território e a reterritorialização é o movimento de construção do território. Por conseguinte, concomitante ao processo de desterritorialização existe o processo de reterritorialização, que são movimentos simultâneos e indissociáveis. "Se há um movimento de desterritorialização, teremos também um movimento de reterritorialização" (HAESBAERT, 2005, p. 8).

Neste sentido, este estudo pretende realizar levantamentos de cunho teórico, documental e de campo sobre as construções das usinas hidrelétricas no médio rio Araguari e como esses empreendimentos vêm alterando as dinâmicas socioculturais, econômicas e ambientais das comunidades ribeirinhas que foram e estão sendo afetadas pela estruturação e operacionalização das usinas. Considerando alguns pré-levantamentos realizados na área em estudo, é possível inferir que as comunidades que tiveram maior impacto em suas territorialidades a partir da estruturação das hidrelétricas foram as comunidades ribeirinhas dos municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande.

Como embasamento teórico para esta pesquisa, faz-se necessário um estudo sobre as principais teorias e autores que abordam os conceitos mencionados na pesquisa, entre os principais teóricos estão Raffestin (1993), Sack (1986), Gottmann (2012), Saquet & Sposito (2009), Souza (1995), Haesbaert (2005), Little (2002), entre outros.

OBJETIVO GERAL

Analisar os processos de territorialidades, desterritorialidades e a criação de novos territórios/reterritorialização das comunidades ribeirinhas atingidas pelas implantações e funcionamento das Usinas Hidrelétricas no médio Rio Araguari, no estado do Amapá.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

• discutir teoricamente os termos território, territorialidade, desterritorialidade e criação de novos territórios/reterritorialização vinculados aos impactos causados por grandes empreendimentos hidrelétricos;
• diagnosticar os impactos socioambientais causados pelas construções e funcionamento das Usinas Hidrelétricas nas comunidades ribeirinhas dos municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande, no estado do Amapá, que promovem os processos de desterritorializações;
• analisar os processos de territorialidades, desterritorialidades e criação de novos territórios/ reteritorialização das comunidades ribeirinhas atingidas pelas Usinas Hidrelétricas do médio rio Araguari, no Amapá.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Área de estudo

A área de estudo desta pesquisa compreende as comunidades ribeirinhas que foram atingidas, removidas ou não, pelas instalações e inundações ocasionadas pelas áreas dos reservatórios das usinas hidrelétricas, nos municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande.

Métodos de pesquisa

O presente estudo busca a realização de pesquisa científica que visa analisar, por meio de técnicas e métodos, os impactos ocasionados pelas desterritorializações e a criação de novos territórios/reteritorialização e territorialidades das comunidades ribeirinhas atingidas pelas usinas hidrelétricas do médio Araguari, no estado do Amapá.

Para Gil (2008, p.45) a pesquisa pode ser definida "como o processo formal de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos". Neste sentido, ela é um conjunto de ações racionais e sistemáticas que buscam respostas para as inquietações do pesquisador.

Classificação da pesquisa

Conforme Gil (2002), a pesquisa pode ser classificada de várias formas: do ponto de vista da sua natureza, do ponto de vista da forma de abordagem do problema, do ponto de vista de seus objetivos e do ponto de vista dos procedimentos técnicos. Do ponto de vista da sua natureza, esta pesquisa caracteriza-se por pesquisa aplicada, cujo objetivo é "gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais" (Silva e Menezes, 2001, p. 20). Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, o enfoque é a pesquisa qualitativa, em que o objeto de estudo busca descrever as interações entre as pessoas e os lugares, levando em consideração a subjetividade dos sujeitos envolvidos no processo.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como explicativa. A pesquisa explicativa visa explanar a razão e o porquê dos fatos, e como contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2008, P.47). E finalmente, do ponto de vista dos procedimentos técnicos, serão adotados variáveis métodos, tais como: pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Os dados em campo serão coletados utilizando ferramentas como: formulários, entrevistas, observações *in loco* e registros fotográficos.

Coleta de dados

A coleta de dados para a pesquisa ocorrerá por meio de pesquisa bibliográfica já elaborada a partir de um rol de vários autores para servir de embasamento teórico, com a utilização de livros, livro digital e artigos publicados em periódicos. Na pesquisa documental, serão coletados dados em documentos oficiais, contratos e relatórios. A pesquisa de campo é essencial para o estudo em questão, pois possibilita o contato direto com a área e a população investigada. As respostas aos formulários permitirão a coleta de informações e, com isso, há a possibilidade de analisar as percepções dos atores participantes do estudo. As entrevistas servirão como um instrumento para compreender a lógica envolvendo a instalação dos empreendimentos hidrelétricos e como os atores envolvidos percebem a realidade.

Snow ball ou bola de neve

Para a coleta de dados a partir da utilização dos formulários será usado o método de *snow ball,* ou bola de neve, que consiste em uma técnica de amostragem para seleção de informantes, cujos grupos ou populações estão escondidos ou são difíceis de encontrar. São definidos assim, pois seus membros podem ou não viver no local de estudo e o pesquisador não sabe sua localização ou mesmo como encontrá-los. Segundo Dewes (2013) essa técnica foi introduzida inicialmente por Coleman, em 1958, e Goodman, em 1961, e diz que

> [...] amostragem em bola de neve é um método que não se utiliza de um sistema de referências, mas sim de uma rede de amizades dos membros existentes na amostra. Este tipo de método baseado na indicação de um ou mais indivíduos é também conhecido como método de cadeia de referências. O processo começa de um certo número de sementes, pessoas selecionadas de alguma forma pelo pesquisador e que fazem parte da população-alvo. Essas pessoas, por sua vez, são incumbidas de indicar a partir de seus contatos outros indivíduos para a amostra. Segue-se assim, sucessivamente, até que se alcance o tamanho amostral desejado (DEWES, 2013, p. 8).

Nesse método, escolhe-se alguns indivíduos, os quais serão as sementes que vão indicar outros indivíduos para responderem ao formulário. A escolha por esse método se dá devido à dificuldade de localizar a população que habitava na área de inundação das Usinas Hidrelétricas de Ferreira Gomes e que foram remanejadas para outras áreas, bem como a grande extensão da área em que podem estar residindo.

RESULTADO ESPERADO

O resultado almejado com esta pesquisa visa comprovar as consequências da implementação e operacionalização das Usinas Hidrelétricas de Ferreira Gomes na territorialidade das comunidades ribeirinhas dos municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande, no Estado do Amapá. É pertinente demonstrar os impactos causados por um grupo econômico que visa influenciar e/ou controlar pessoas, objetos e lugares com intuito de dominar determinado território, no qual provocam a desterritorialização/reterritorialização das comunidades ribeirinhas atingidas, sem levar em consideração sua identidade cultural e seu modo de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As usinas hidrelétricas são as mais populares fontes de energia do Brasil, pois o país, em especial a Amazônia, é rico em recursos hídricos e tem grande potencial para a construção deste tipo de empreendimento. As hidrelétricas utilizam a força da água para o movimento da turbina produzindo energia de baixo custo. Para o funcionamento dessas usinas é necessária a construção de barragens e reservatórios, condição necessária para que a pressão da água faça o movimento das turbinas, transformando a energia cinética, propiciada pela força das águas, em energia elétrica.

A instalação de usinas hidrelétricas acarreta grandes expectativas de melhoria de vida para a população, mas também envolve muitos conflitos de ordem econômica, sociocultural e ambiental, observados por meio dos impactos negativos ocasionados por esses empreendimentos. Embora a geração de energia hidrelétrica seja considerada uma infraestrutura de baixo impacto

ambiental, ou seja, aquelas insuscetíveis de causar qualquer impacto ao meio ambiente e estão definidas no art. 3, X, do Código Florestal, ainda assim ocasiona graves danos socioambientais, que são enfrentados pela população que vive ou vivia no entorno das usinas.

Compreender os impactos ocasionados pela instalação de usinas hidrelétricas e as mudanças causadas no território e na territorialidade das comunidades tradicionais instigam a uma análise mais profunda da relação entre os empreendedores e as comunidades tradicionais, uma vez que são os que mais sofrem os efeitos negativos da instalação. Por isso, é imprescindível analisar o território, a territorialidade, desterritorialidades e a construção das novas territorialidades das comunidades que viveram nas áreas que sofreram inundações devido ao funcionamento da Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, visto que

> ... a construção da identidade dos povos tradicionais está intimamente ligada ao seu território, aos recursos naturais e à sua própria cultura, pois a questão da territorialidade e a identidade se entrelaçam na e para a construção das representações do espaço humanizado, que, por sua vez, tornam-se produtos da cultura. (MENESTRINO & PARENTE, 2011, p. 05).

Esses povos constroem sua identidade cultural a partir do local em que estão inseridos e possuem relações simbólicas com a natureza, preservando seu meio natural e o conhecimento tradicional que é passado por gerações; ou seja, eles mantêm uma relação de interação com a natureza material e imaterial ou simbólica, que se altera com a chegada do empreendimento, mudando o modo de vida e, consequentemente, a relação sociedade e natureza.

Neste sentido, espera-se que a presente pesquisa possa diagnosticar os processos de territorialidade, desterritorialidades e construções de novos territórios/reterritorialização das comunidades ribeirinhas dos municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande vinculados à construção de empreendimentos hidrelétricos no médio rio Araguari, além de identificar os principais danos socioculturais, econômicos e ambientais relacionados com a construção e operação destas usinas.

REFERÊNCIAS

DEWES, J.O. **Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/93246.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª edição – São Paulo: Atlas S.A, 2002.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: https://

www.seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739. Acesso em: 01.05.21.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. **A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari.** Revista do Programa de Pósp-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2002. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13419. Acesso em: 13/12/2021.

MENESTRINO, Eunice; PARENTE, Temis Gomes. O estudo das territorialidades dos povos tradicionais impactados pelos Empreendimentos Hidrelétricos no Tocantins. **Brazilian Geographical Journal:** Geosciences and Humanities research medium, Uberlândia, v. 2, n. 1, p. 1-19, jan./jun. 2011.

SILVA, Christian Nunes da; LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de; SILVA, João Marcio Palheta da. Uso do território e impactos das construções de hidroelétricas na bacia do rio Araguari (Amapá-Brasil). **PRACS.** Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Disponível em: https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs.ISSN 1984-4352 Macapá, v. 9, n. 2, p. 123-140, jul/dez, 2016.

15 AS MULHERES NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGRICOLA E AUTONOMIA FEMININA NO ASSENTAMENTO ANAUERAPUCU NO MUNICIPIO DE SANTANA-AP

Lindaura Santos da Costa
Jodival Santos da Costa

INTRODUÇÃO

À luz da literatura, os estudos sobre assentamentos rurais estão cada vez mais em evidência. Isso tem permitido uma visão mais sensível sobre as questões agrárias, sobretudo, um olhar mais atento aos atores envolvidos. O campo, geralmente tratado como ambiente conflituoso, acaba por vezes silenciando alguns atores envolvidos nas lutas, e este é o caso das mulheres campesinas, que mesmo sendo integrantes do movimento, geralmente não são postas em perspectiva no seu engajamento.

Nos anos de 2003 a 2015, houve um incentivo na participação das mulheres na comercialização dos bens produzidos por elas, para desenvolver sua autonomia financeira. Com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais – POPMR, programa focado na qualidade dos produtos, beneficiamento e agregação de valor para combater a desvalorização do trabalho da mulher rural e os baixos valores dos produtos comercializados por elas. O que influencia na participação social dessas mulheres gera a negação de outros direitos sociais, acentuando as desigualdades de gênero. É negado a elas, a tríade da justiça social: identidade, igualdade e participação.

Neste contexto a situação da agricultora familiar se agrava, pois as questões de gênero impedem a efetiva participação delas na gestão da produção agrícola dos assentamentos, renegado a autonomia feminina nestes contextos sociais. As desigualdades que envolvem as mulheres agricultoras, que vão desde a relação de poder até os papéis desempenhados por cada membro do grupo familiar, fez com que se iniciasse em 2008, uma sistematização de experiências com as mulheres do campo, agroextrativistas, indígenas, quilombolas entre outras.

Essa sistematização se deu pelo fato de ser constatado que não havia problematizações sobre as desarmonias vivenciadas por mulheres agricultoras. O intuito do grupo de trabalho de mulheres da articulação Nacional de agroecologia (GT mulheres da Ana) era dar visibilidade e valorização ao trabalho desenvolvido pelas mulheres na agroecologia, bem como fazê-las refletir sobre suas experiências vividas e como isso impacta suas vidas.

O fato de a mulher estar ligada ao trabalho reprodutivo, que é aquele que envolve a produção doméstica como cuidados com pessoas dependentes, faz com que esse seja associado ao afeto, sem valor e invisível, como um não trabalho, enquanto que o trabalho produtivo, que gera bens de valores comerciais e econômicos, geralmente associado ao homem, recebe mais reconhecimento pelo valor mercantil e por gerar reserva de valor.

Neste sentido, a agroecologia tem potencialidade para tornar visível o trabalho feminino no campo, mas isso por si só não resolve o problema. A agroecologia tem sido tema de envolvimento das mulheres campesinas.

O envolvimento das mulheres rurais brasileiras com os temas da agroecologia e da produção orgânica não é recente, e o aparecimento da proposta de um programa nacional na pauta das Margaridas de 2011 não foi um acaso. Presentes desde sempre nas experiências de produção alternativa no Brasil (em grupos de base, associações, cooperativas e redes),as mulheres passaram a expressar politicamente suas preocupações com as políticas públicas da agricultura e do meio ambiente a partir da sua organização dos sindicatos e movimentos autônomos, por volta da década de 1980, ao mesmo tempo em que reivindicavam acesso a recursos produtivos (como a terra) e o reconhecimento como trabalhadoras rurais (com direitos sociais e previdenciários, por exemplo) da mesma forma, os temas da alimentação saudável e da soberania alimentar estiveram presentes em muitas das mobilizações de diferentes categorias de mulheres rurais, pelo menos nos últimos 20 anos.

A sistematização, GT mulheres da Ana, apontou que isso não ocorre de maneira espontânea, que as mulheres, ao analisarem suas experiências na comunidade, perceberam que não há valorização do seu trabalho por parte dos companheiros e pela própria comunidade. A organização dessas mulheres em grupos é vista como algo de quem não teria o que fazer e/ou perda de tempo, onde alguns maridos se recusaram até em ficar com os filhos enquanto a companheira iria aos encontros de mulheres.

Além desse fato, a sistematização apontou que não somente o trabalho, mas também a renda monetária ou não produzidas por elas têm pouco ou nenhum reconhecimento da sociedade e muito dificilmente são levados em conta pelas políticas públicas. A exemplo disso, há a dificuldade das mulheres em conseguir junto aos bancos financiamentos, apesar de haver uma linha de crédito para elas, o Pronaf Mulher, onde quase sempre há a recusa dos bancos em realizar o empréstimo, alegando que as mulheres possuem baixa capacidade de pagamento.

Então, mesmo que o trabalho reprodutivo não consiga gerar renda, deveria ser observado pela economia dos agroecossistemas, uma vez que são investidas horas de trabalho no beneficiamento de produtos indispensáveis para o bem tanto da comunidade, como para a família. A mulher geralmente usa os valores obtidos para aquisição de produtos que supram necessidades domésticas como alimentos, roupas, calçados entre outros. Por esse motivo a renda adquirida é de pouca ou nenhuma relevância.

As políticas públicas para assentamentos rurais, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos -PAA- criado em julho de 2003 como uma das ações do Governo

Federal para inclusão produtiva rural das famílias mais pobres e que tem como finalidade promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, através da compra dos bens produzidos pela Agricultura Familiar, seria um dos causadores da substituição da forma de produzir, uma vez que há uma padronização dos tipos de hortaliças que devem ser destinadas para o programa absorver.

Uma associação criada recentemente por agricultoras do assentamento, promoveu sua primeira reunião em ato comemorativo aos seus dois anos de criação. Denominada de Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar e do Extrativismo de Santana (ATTAFEX_SAN).

Na ocasião, comemorava-se o aniversário de criação e o fato de ter conseguido a doação de um terreno para a sede. Atualmente a associação faz as reuniões na casa da presidente, e conta com oito pessoas à frente de sua organização, das quais seis são mulheres.

A partir desses aspectos e lembrando dos assentamentos como produto de lutas e que produzem demandas, pensar qual o papel da mulher nesse "novo cenário" constitui-se numa grande questão. E para compreender e buscar mudanças nesse cenário é necessário realizar estudos que falem sobre a mulher, atividade rural e autonomia feminina. Porém, os estudos sobre mulheres rurais como sujeitos econômicos ainda são bastante escassos. Existem mais estudos sobre o acesso delas às políticas públicas de meio de comercialização e não sobre elas como protagonistas diretas na renda familiar. Esse fato é compreendido pelo viés androcêntrico que domina a ciência e a economia, intimamente ligado ao universalismo masculino.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Localização da área de estudo

Os assentamentos rurais surgem no estado do Amapá no ano de 1987 como política de reforma agrária. Já em relação aos projetos de Assentamentos Agroextrativistas, esses são modelos destinados às populações tradicionais para exploração de riquezas extrativas por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis. Tais modelos são ambientalmente diferenciados. A criação em âmbito federal é de responsabilidade do INCRA e está atrelada às lutas dos diversos segmentos camponeses amazônicos pelo reconhecimento do seu modelo de apossamento e pela proteção ambiental, que juridicamente se expressa no conceito de posse agroecológica.

Sob quatro jurisdições, sendo elas: o Instituto Nacional de Criação e Reforma Agrária INCRA, Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial IMAP, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBIO e a Fundação Nacional do Índio FUNAI, o estado do Amapá possui atualmente 54 assentamentos. Essas 54 unidades estão divididas em dois grupos modais. Os projetos de assentamento criados e os de modalidades reconhecidas pelo órgão.

O estado do Amapá apresenta quatro tipologias de projetos de assentamentos, os quais estão cadastrados na base de dados do SIPRA-Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária- Neste sistema são cadastrados tanto os projetos de assentamentos de reforma agrária criados através da obtenção de terras pelo INCRA, na forma tradicional denominados de Projetos de Assentamentos (PAs); os ambientalmente diferenciados, denominados Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs), Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs) e Projetos de Assentamento Florestal (PAFs) e, ainda, os projetos de assentamento de reforma agrária reconhecidos pelo INCRA, criados por outras instituições governamentais para acessar às políticas públicas do PNRA- Plano Nacional de Reforma Agrária, incluindo-se a reserva extrativista do rio Cajarí.

Os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas são modelos destinados às populações rurais para exploração de riquezas extrativas por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis. Tais modelos são ambientalmente diferenciados. A origem dessas modalidades de assentamento, cuja criação em âmbito federal também é de responsabilidade do INCRA e está atrelada às lutas dos diversos segmentos camponeses amazônicos pelo reconhecimento do seu modelo de apossamento e pela proteção ambiental, que juridicamente se expressa no conceito de posse agroecológica.

Segundo Menezes (2011, p. 345), desde a década de 1980 foram criados "instrumentos inéditos de reforma agrária, visando atender as especificidades da questão agrária amazônica e a defesa dos povos da floresta, categoria que rompia com termos convencionais como camponês e trabalhador rural". Esses modelos foram criados em 1987 pela esfera federal e integraram o Plano Nacional de Reforma Agrária.

OBJETIVOS

Geral

Analisar a participação das mulheres do Assentamento Anauerapucu na produção, comercialização dos produtos agrícolas como fatores que possibilitam ou impedem a autonomia delas.

Específicos

• Identificar situações de protagonismo feminino no campo, e como está a situação dessas mulheres produtoras;
• Analisar a organização de mulheres produtoras do assentamento Anauerapucu;
• Constatar a participação das mulheres na produção e comercialização dos produtos agrícolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ainda está em fase de elaboração dos dados. Então, observar a existência da participação das mulheres em grupos organizados para defender os interesses que promovam a autonomia feminina na agricultura familiar no assentamento, analisar a participação desses grupos em políticas voltados para o universo feminino, tais como o Pronaf Mulher, PAA e demais programas nos quais estejam inseridas e como essas mulheres perspectivam o futuro dentro do assentamento, se gostariam de exercer outras atividades econômicas, entre outras questões, é o resultado que se espera ao final desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Maria da Conceição Dantas Moura. **Desenvolvimento e autonomia das mulheres**: uma avaliação do POPMR na região oeste potiguar 2008/2012. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Natal, 2013.

Doyal, Len e Gough, Ian O direito à satisfação das necessidades. *In*: **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política [online]. 1994, n. 33 [Acessado 15 Julho 2021] , pp. 97-121. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451994000200008>. Epub 21 Jan 2011. ISSN 1807-0175. https://doi.org/10.1590/S0102-64451994000200008.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.11 de dez. de 2017.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2018. 388 p.

SCHOTTZ, Vanessa; MARONHAS, Maite; CARDOSO, Elisabeth. É trabalho, não é ajuda!: um olhar feminista sobre o trabalho das mulheres na agroecologia. **Agriculturas,** [s. l], v. 12, p. 48-53, dez. 2015.

ZELIZER, Viviane. L´économie du care. **Revue Française de Sócio-économie,** 2008, n. 2, p. 13-25.

https://agenciapara.com.br/noticia/18275/ (acessado em 30/09/2021).

https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap/santana.html (acessado em 29/11/2021).

http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1238916/.

16 BARÔMETRO DA SUSTENTABILIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE MACAPÁ

Luiz Rodolfo Paixão Melo
José Francisco de Carvalho Ferreira
Jadson Luis Rebelo Porto

APLICAÇÃO DO BARÔMETRO DA SUSTENTABILIDADE À REGIÃO METROPOLITANA DE MACAPÁ

Segundo a ONU (2019), 55% da população mundial vivem nas cidades e a previsão é que até 2050 essa porcentagem chegue a 70%. No Brasil esta proporção, segundo o IBGE em 2015, era de 84,72%.

Na Região Norte do Brasil, a população urbana, segundo o IBGE (2018), é de 68,6%, e no Estado do Amapá, onde se encontra o objeto de estudo proposto, que é a Região Metropolitana de Macapá, a população urbana é de 76,36%. De acordo com o IBGE 2018 a população total dos municípios onde está contida a região é de 634.450 habitantes, ou seja, 76,48% de toda a população do Estado do Amapá.

De acordo com Trindade JR (2000), o espaço das metrópoles na Amazônia é fruto de circunstâncias de urbanização que ocorreram na região amazônica, porém, é essencialmente uma estratégia para uma dominação aos vários aspectos encadeados ao capitalismo que impõem um processo, ora acelerado de urbanização e ora lento, quando voltado ao desenvolvimento socioeconômico das regiões metropolitanas na Amazônia. Tais processos acabam inibindo ações que vislumbrem um desenvolvimento que busque um equilíbrio maior entre os subsistemas humano e ambiental nas regiões metropolitanas na Amazônia, caso da R.M.M que se enquadra em tal raciocínio.

A área da região está contida nos municípios de Macapá, que é a capital do Estado do Amapá, e Santana, que é uma Cidade Portuária , além de Mazagão, que tem sua economia pautada no extrativismo e que pode vir a ser mais um ponto positivo na busca da sustentabilidade, visto que esta é entendida por Prescott Allen (1997) como o equilíbrio entre o Bem-estar Humano e o Bem-estar Ambiental.

No Amapá as preocupações dos entes governamentais com a gestão dos recursos naturais, segundo Porto (2005), têm início nos primeiros anos após a criação do Território Federal do Amapá na década de 1940 quando o manganês descoberto na Serra do Navio (AP) foi dado como Reserva Nacional pelo Decreto Lei n. 9.858/1946.

Para Brito (2010), essa gestão ambiental no espaço amapaense tem início no final da década de 1970, fruto dos planos desenvolvimentistas do governo federal para a região amazônica. O fato é que apenas na década de 1990, acompanhando os debates mundiais, fruto da Rio 92, é que ocorre no Amapá, por meio do poder público, uma maior preocupação com relação a interdependência entre os subsistemas humanos e ambientais.

Tais preocupações se estendem até os dias atuais, onde se forma um cenário propício para se analisar a sustentabilidade na R.M.M, pois o Estado do Amapá possui um histórico de planos governamentais ligados a sustentabilidades, assim como, a R.M.M possui sua institucionalização e regulamentação dentro desses períodos governamentais.

JUSTIFICATIVA

Após décadas, percebeu-se a necessidade de verificar o nível de sustentabilidade estabelecido no Amapá, em específico no que hoje se conforma como Região Metropolitana amapaense, no intuito de analisar a sustentabilidade da região, utilizando a ferramenta Barômetro da Sustentabilidade, para que se tenha a percepção correta de quais indicadores sociais e ambientais mais se desenvolveram e que precisam de mais atenção por parte dos entes governamentais privados, e quais desses trazem mais benefícios ao espaço amapaense.

OBJETIVO GERAL

Analisar os níveis de sustentabilidade da RMM utilizando a ferramenta barômetro de sustentabilidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Discutir a sustentabilidade e seus pressupostos na relação intrínseca com a metropolização do espaço;
b) Avaliar a sustentabilidade nos municípios de Macapá, Santana e Mazagão;
c) Analisar a sustentabilidade da R.M.M. e seus municípios por meio do Barômetro da Sustentabilidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho estará alicerçado, teoricamente, na categoria de análise Região, e nos conceitos de Metropolização, Região Metropolitana e Sustentabilidade.

Segundo Santos (1997, p. 93) a região é o "lugar onde a ação se passa. É o espaço da ação, do impacto da ação; esta é tanto natural quanto humana, pode ter origem local

ou distante, mas sempre resulta em um impacto sobre um pedaço do território". Como complemento desta definição temos Santos (2020), afirmando que a região é o loco de diversas funções sociais em específicos momentos.

Assim se fez necessário a utilização de outra definição de região, onde a região é entendida segundo Corrêa, como:

> [...] uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos (Corrêa 2000, p. 24 - 25).

Uma vez definida a região, busca-se entender o que é sustentabilidade e como a metropolização influencia na região metropolitana.

DEBATE DA SUSTENTABILIDADE: DA TEORIA À PRÁTICA

No cenário mundial, a temática é fruto da então chamada Era da Sustentabilidade que tem como hipocentro as reflexões realizadas na obra de Rachel Carson "A primavera silenciosa" em 1962, que denuncia as diversas problemáticas surgidas nos EUA na década de 1940 e 1950, fruto das ações do homem no processo de desenvolvimento da agricultura pautado no uso indiscriminado de agrotóxicos (CORRÊA, 2019).

Outro elemento importante é o surgimento do Clube de Roma. Este gera, em 1972, a publicação intitulada de "Os limites do Crescimento", elaborada pelo MIT – Instituto de Tecnologia de Massachusetts, este acaba por dar grande notoriedade ao debate ambiental levando-o a fazer parte da agenda política mundial. Tal publicação serve como um dos suportes para a primeira grande Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, na cidade de Estocolmo, na Suécia.

Para Siena (2002), a Conferência reconhece a relevância da gestão ambiental, apontada como um grande salto para a elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável, isso devido à declaração de que o desenvolvimento econômico corrente deveria ser modificado.

Em 1983, foi criada a Comissão das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que produziu um relatório, sobre a mudança do modelo de desenvolvimento vigente, publicado em 1987.

Para Van Bellen (2002, p.10), este "traz uma das definições mais conhecidas que afirma que o desenvolvimento sustentável é aquele desenvolvimento que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades"

Para Siena (2002) tal tentativa de combinação entre desenvolvimento e sustentabilidade, publicado em 1987 no Relatório Brundtland, ainda é vago e indefinido, pois para o autor o

desenvolvimento sustentável é a combinação do bem-estar humano e ecossistêmico onde pessoas dependem deste ecossistema que as rodeia e as suporta; e o bem-estar do ecossistema não é compensador se as pessoas são imoladas pela pobreza, miséria, violência ou opressão.

Para Ferreira (2012, p. 308) o desenvolvimento sustentável é definido pelo:

> processo de transformações que ocorre de forma harmoniosa nas dimensões espacial, ambiental, económica, social, cultural e institucional, almejando a promoção humana integral, a cidadania plena e a equidade social, a paz e a segurança, um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, no contexto das gerações presentes e futuras e na direcção de um mundo sustentável.

Assim, percebe-se a importância do debate da sustentabilidade no âmbito da metropolização e das regiões metropolitanas, visto que, no Brasil, a realidade metropolitana está explicitada de maneira diversa por todo o território brasileiro, incluindo a região amazônica, que de acordo com Santos (2017 p. 866) possui uma configuração de metropolização regional que é fruto de aspectos da mundialização, da internacionalização da economia brasileira e das políticas integracionistas e desenvolvimentistas adotadas pós 1950.

Desse modo a reflexão de Santos sobre a metropolização converge com a de Lencioni (2020), que defende a metropolização como um processo que pode ser responsável pela alteração dos vínculos entre os espaços, como no caso da cidade e do campo, pois sua abrangência vai além dos limites urbanos. Isso acaba tornando o processo de metropolização um evento que une os espaços, não apenas no interior da região metropolitana, como também os une com aqueles que estão no seu entorno.

Já o entendimento de região metropolitana se tomou por base a análise de Peres (2018) que parte "da premissa que, embora não constitua um novo ente, a região metropolitana conforma um novo tipo de território político, tornando-se, assim, um importante objeto de políticas públicas urbanas nacionais".

Então, para que regiões metropolitanas venham a possuir em suas áreas formativas cidades sustentáveis, o planejamento urbano é essencial no Brasil; de acordo com Maricato (2011) temos mecanismos jurídicos relevantes para direcionar a cidade para uma gestão sustentável.

Assim, é essencial que tais regiões adotem ferramentas que possam fazer medições dos níveis de sustentabilidade, no intuito de vistoriar e melhorar os elementos dentro dos seus espaços geográficos, isso para garantir uma melhor sustentabilidade

Kronemberger et al. (2008), informa que ocorre um aumento nas propostas de indicadores e índices de avaliação ligados ao progresso dos países em direção ao desenvolvimento sustentável; estes índices de sustentabilidade são formas de condensar numericamente, diversas informações quantitativas e semi-quantitativas, associadas a sustentabilidade do desenvolvimento.

No Brasil, vários índices são utilizados para a análise da sustentabilidade dos espaços, e como exemplo, cita-se: o Índice de Bem-Estar Urbano dos Municípios Brasileiros (IBEU-Municipal), Índice de Progresso Social da Amazônia Brasileira (IPS), Índice de Sustentabilidade dos Municípios da Amazônia (ISMA) e o Barômetro de Sustentabilidade (BS), este último será utilizado como ferramenta para avaliar o nível de sustentabilidade da R.M.M.

BARÔMETRO DA SUSTENTABILIDADE (BS)

O conceito de sustentabilidade abarca várias dimensões, e o critério que direciona a opção pela ferramenta Barômetro de Sustentabilidade – BS está relacionado à sua polivalência. Segundo Kronemberger, et al, (2008) a metodologia é maleável, pois não apresenta amarras no quantitativo de indicadores em sua formulação.

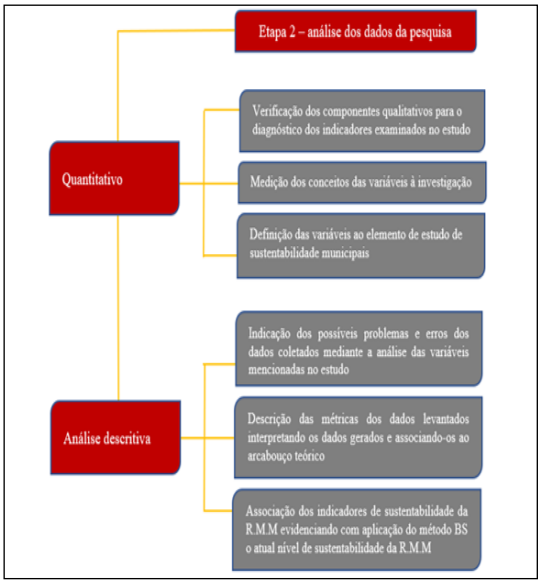
De acordo com Prescott Allen (1997), o barômetro pode ser usado como uma ferramenta de comunicação, focalizando a discussão sobre o significado de bem-estar humano, bem-estar do ecossistema e a relação de ambos no desenvolvimento da sustentabilidade, apesar de considerar indicadores muitas vezes desconectados, consegue equalizar as diferenças entre eles em dois grandes eixos - Bem-estar Humano (BEH) e o Bem-estar Ambiental (BEA) - em um gráfico Bidimensional.

Para este mapa metodológico, a organização dos dados levantados irá se dividir em documentação direta e indireta. Desta forma, as Figuras 1 e 2 demonstrarão sucessivamente o processo de organização das informações e o procedimento de análise dos dados.

Figura 1. Organização dos dados levantados na pesquisa.

Fonte: Corrêa (2019, p.22).

Figura 2. Etapas da análise dos dados obtidos na pesquisa.



Fonte: Adaptado de Corrêa (2019, p.22).

Neste contexto, a utilização da abordagem qualitativa e quantitativa será utilizada para identificar o comportamento e possíveis relações entre as variáveis de todo o conjunto de indicadores trabalhados na pesquisa, de modo a organizar didaticamente para a mensuração do nível de sustentabilidade na R.M.M. A análise descritiva será feita individualmente, considerando a distribuição e valores obtidos dos indicadores de sustentabilidade dos municípios de Macapá, Santana e Mazagão.

Por fim, os dados levantados serão inseridos em um banco de dados, serão tratados, tabulados e manuseados em uma base de planilha eletrônica que, consequentemente, será transformada em dashboard que proporcionará a visualização de gráficos, tabelas, quadros e filtros que estarão apresentados na seção que comporá os resultados da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRITO, D. M. C. **Conflitos socioambientais na gestão de Unidade de Conservação:** o caso da Reserva Biológica do Lago Piratuba/AP/Tese (Doutorado) – Universidades Federal do Pará. Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém 2010. 375 p.

CORRÊA, J. M. **Avaliação da sustentabilidade do município de Laranjal do Jarí – Amapá:** Aplicação do método Barômetro da Sustentabilidade. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Macapá – AP, 2019. 152p.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial.** - 7. ed. - Editora Ática, São Paulo, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e

Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 146 p. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/panorama>. Acessado em: 04/01/2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades**: 2018 / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 192 p.

KRONEMBERGER, D. M. P; CLEVELARIO JR, J; SENA, J. A; COLLARES, J. E. R. Desenvolvimento sustentável no brasil: uma análise a partir da aplicação do barômetro da sustentabilidade. In. **Sociedade & Natureza**. 2008.

MARICATO, E. A cidade sustentável. *In*: 9º CONGRESSO NACIONAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS – CONSENGE, 2011, Porto Velho. **Anais** [...]. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/es1x818>. Acesso em: 02/07/2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Assembleia Geral**: O papel das cidades na agenda global, incluindo cidades para o desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, nutrição e mudança climática. Disponível em: < https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701>. Acesso em: 15/05/2021.

PERES, J. L. P; ADRIANO, H. S. R; SERAPHIM, A. P. A. C. C; OLALQUIAGA, A. A. O Estatuto da Metrópole e as regiões metropolitanas: uma análise teórico-conceitual à luz do conceito miltoniano de "território usado", **Cadernos Metrópole** v. 20, São Paulo. 2018. n. 41, pp.

PORTO, J. L. R. **Aspectos da ação do Estado na fronteira amazônica:** A experiência do Território Federal/Estado do Amapá. Série Percepções do Amapá. - Macapá, 2005. 30 p.

PRESCOTT ALLEN, R. **Barometer of Sustainability:** measuring and communicating wellbeing and sustainable development. Cambridge: IUCN, 1997.

SANTOS, T. V. **Metropolização e diferenciações regionais:** estruturas intraurbanas e dinâmicas metropolitanas em Belém e Manaus. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 19, n. 40, pp. 866. 2017.

SANTOS, M. **Espaço e Método.** - 5. ed. 3. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5ª Ed. Editora Hucitec, São Paulo, 1997.

SIENA, O. **Método para avaliar progresso em direção ao Desenvolvimento Sustentável**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2002. 236p.

TRINDADE JR, S.C. A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana. In: **Geografares**, Vitório, v. 1, nº 1: p. 129, 2000.

VAN BELLEN. H. M. **Indicadores de Sustentabilidade:** uma análise comparativa. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santana Catarina – UFSC. Florianópolis, 2002, 235 p.

17 TRANSFORMAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS NO CERRADO DA MICRORREGIÃO DE MACAPÁ, PROVOCADOS PELA EXPANSÃO DA AGRICULTURA CAPITALISTA

Rubens Edval Sarraf
Roni Mayer Lomba

INTRODUÇÃO

A expansão das plantações da soja, no Estado, tem ganhado importância entre especuladores, agricultores modernos e empresas hegemônicas que visam explorar o cerrado, pela oferta de condições que este bioma oferece. O estudo busca contribuir para a compreensão dos processos que substanciam os bastidores do espaço agrário e as distintas ações que influenciam no modo de vida dos povos do campo e das águas no cerrado amapaense. Tem como objeto analisar as territorialidades recentes provocadas pelo avanço do capital na agricultura, em especial a monocultura da soja. A temática está relacionada com os conflitos socioterritoriais no cerrado da microrregião de Macapá provocados pela expansão da agricultura capitalista.

Nas últimas duas décadas a Amazônia Amapaense se apresenta como última fronteira de expansão da produção agrícola exportadora; suas terras no cerrado tornaram-se alvo de cobiça e têm ganhado importância entre especuladores, agricultores modernos e empresas hegemônicas, com vista a explorar a área para plantação de grãos, principalmente da soja, devido à oferta de condições que este bioma oferece. Essa empreitada desenvolvimentista, que tem como base o modelo neoliberalista, subsidiado pelo Estado, que sob nova roupagem, o agronegócio, encontra-se ainda em processo de implantação e vem avançando significativamente.

Portanto, é imprescindível compreender as transformações socioterritoriais, decorrentes da expansão do capital na agricultura e as conflitualidades perante os povos do campo e suas lutas para manter sua sobrevivência. As ações do Estado favorecem a expansão da agricultura mecanizada, com construções de infraestrutura, além de que mecanismos estatais favorecem a expropriação territorial através da compra da terra. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) denuncia esses abusos em seus relatórios divulgados anualmente, desde 1985. No entanto, a sobrevivência da agricultura camponesa ou familiar pode garantir a produção da diversidade do espaço, com suas diferentes formas de resistências diante da organização da classe dominante no campo, manifestadas em seus movimentos no espaço amapaense,

passíveis de serem observadas em territórios quilombolas de Conceição do Macacoari e na comunidade de Santo Antônio da Pedreira, no município de Macapá; na comunidade remanescente de quilombola de São Miguel do Macacoari e na comunidade de Curicaca, no município de Itaubal do Piririm.

Com este intuito, tais construções são fundamentais para demarcar os conflitos e a violência contra povos do campo cometidos sistematicamente e em larga escala contra quilombolas, posseiros, agricultores e suas famílias no cerrado amapaense, identificando os principais atores envolvidos.

OBJETIVOS

O presente estudo de âmbito de mestrado em Geografia se propõe a articular os conflitos socioterritoriais no cerrado da Microrregião de Macapá provocados pela expansão da agricultura capitalista. Considera-se pertinente esta análise, pois servirá como referência para atingir o objetivo geral, que é compreender os impactos provocados pela agricultura capitalista frente aos povos do campo no cerrado da microrregião de Macapá/AP e os objetivos específicos: a) Analisar os aportes teórico-conceituais referentes a agricultura capitalista, território e movimentos socioterritoriais; b) Compreender a formação da propriedade privada da terra e os movimentos históricos de uso e ocupação do território na Amazônia amapaense durante o século XX; c) Identificar os conflitos socioterritoriais decorrentes da territorialização do capital, os principais agentes envolvidos, os mecanismos de monopolização recente, no cerrado da Microrregião de Macapá e as estratégias de resistência dos camponeses a esse processo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à metodologia, trata-se de um estudo com abordagem quali-quantitativa, estrutura-se nas concepções da Geografia Agrária, por meio do materialismo histórico-dialético com base na compreensão da produção do território e no papel dos movimentos socioterritoriais.

A pesquisa foi iniciada no que se refere à parte bibliográfica ou documental, através de leituras de obras expostas em sítios de internet de instituições acadêmicas e de pesquisas científicas, em sítios de revistas científicas, via internet e por meio de leituras e análises de livros, teses e documentários de autores, formando a construção das concepções teóricas sobre o tema, utilizadas pelo método dialético das abordagens marxistas.

Quanto à coleta de dados a campo, através de entrevistas com agricultores familiares atingidos pela expansão da agricultura capitalista nas comunidades em estudo; isso inclui um representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT-Amapá); um representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto de Terras do Amapá

(AMAPÁ TERRAS). Os participantes são todos voluntários da pesquisa que responderão os questionários pré-estabelecidos e/ou participar de entrevistas para a construção de dados para atender os objetivos propostos no projeto de pesquisa.

Os recursos utilizados são: gravador de voz, formulários preestabelecidos, enviados via e-mail e/ou via WhatsApp de acordo com as condições da pesquisa virtual, resguardando os participantes dos riscos pandêmicos da CAVID 19 e medidas sanitárias estabelecidas quanto à liberdade de participação, integridade do participante, preservação dos dados, privacidade, sigilo e confidencialidade, estabelecidas nas Resoluções n° 466/2012 ou 510/2016.

Se utilizam imagens (fotografias a campo), produção de mapas da área de estudo e das localidades, confeccionados tabelas e/ou gráficos dos conflitos de modo que permitam reforçar a exposição dos fenômenos discutidos.

O trajeto da pesquisa se restringe ao cerrado da Microrregião de Macapá, no Estado do Amapá, especificamente nos municípios de Macapá e Itaubal do Piririm, às margens das rodovias AP-70 e AP-340, precisamente nas comunidades quilombolas de Santo Antônio da Pedreira (AP 70, Macapá), Conceição do Macacoari (AP 70, Macapá), Curicaca (AP-340, Itaubal) e São Miguel do Macacoari (AP 70, município de Itaubal do Piririm).

RESULTADOS

Os Municípios de Macapá e Itaubal do Piririm tornaram-se alvo de especulação da agricultura capitalista por ser o eixo de infraestrutura viável de expansão para plantações de grãos e escoamento da produção ao mercado externo.

O modelo agrícola exportador que se eternizou a partir da modernização agrícola na América Latina se implanta no cerrado amapaense e se estabelece com o mesmo recorte dos diversos modelos adotados na região Amazônica, sob a tutela do Estado, dinamizado por grupos político-empresariais hegemônicos, onde toda essa dinâmica envolve as territorialidades dos povos tradicionais na Amazônia amapaense. Margarit (2019) cita a "ausência de consciência de classe ou identidade única entre os povos tradicionais" tem influência na desorganização dos movimentos indígenas, quilombolas, agricultores e outros, certamente há "uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura híbrida, às vezes conflituosa com outros segmentos de povos tradicionais, que lhes cabe ainda mais segregação, assim afirma o autor.

A forma como vem sendo feitas as apropriações territoriais nos suscita à análise dos diferentes modos de transformações socioterritoriais no cerrado amapaense em relação à expansão da soja no Amapá, com foco nos conflitos decorrentes de todo esse processo de expropriação territorial, das lutas pela terra dos povos tradicionais, na aquisição de forma irregular das terras por parte dos grandes empresários e nas dimensões políticas e ideológicas que permeiam o desenvolvimento do capitalismo no Estado do Amapá.

Segundo Bacelar (2019) os problemas causados pelo avanço do capital no cerrado amapaense provocam essa relação conflituosa entre agentes do capital e povos do campo, por apropriações privadas de terras pelo agronegócio ao utilizarem meios ilícitos e apropriações de territórios de povos do campo, que já vivem há muito tempo no local. Essa totalidade traduz-se em aumento da concentração fundiária e conflitos socioterritoriais; segundo Margarit (2019), em sua tese, é apontada pelo Zoneamento Socioambiental do Cerrado do Amapá a forma de institucionalizar as irregularidades, feitas pelo próprio governo do Estado do Amapá, realizado pelo Iepa e classificado de acordo com o uso e ocupação das áreas, onde é constatada, pelo autor, a utilização de áreas quilombolas em Macapá e áreas de assentamentos em Itaubal, (MARGARIT, 2019, p. 252 e 253), citado também por (LOMBA in SILVA, 2014) e afirmado pela CPT (2016):

> A ocupação de terras públicas, jurídica e geograficamente definidas, é crime que deve ser punido, conforme o art. 20 da lei n. 4947. Pelo art. 5 da lei 11.952, a ocupação das terras públicas é permitida só para quem delas precisar para seu sustento e o de sua família. [...] Quem já é dono ou posseiro de um terreno no Brasil, seja lá onde for, vira criminoso ao ocupar terra pública e deve ser punido, como manda a lei. Um posseiro não pode vender sua posse. A compra e venda de terra pública é proibida terminantemente por lei. É crime: o vendedor e o comprador devem ser punidos conforme a lei (CPT, 2016, p. 13).

A CPT (2016, 2020) aponta a ilegalidade do agronegócio, ao se assentar em terras públicas, a mesma faz denúncia sobre a expropriação de terras em território quilombola e camponês por parte de grupos político-empresariais, com conivência de órgãos públicos, através da manipulação e compra ilegal de terras públicas no cerrado amapaense.

Dessa forma Fernandes (2008b. p. 11), alerta sobre a multidimensionalidade de territórios comprados por corporações para expandir seus modelos de produção de *commodities*, adentrando em áreas de campesinato, provocando sua desterritorialização, empurrando para outras áreas.

A desterritorialização de comunidades campesinas é resultado da falta de políticas públicas adequadas para o campo. A resistência dos movimentos socioterritoriais ante os desdobramentos dos projetos desenvolvimentistas é manifestada no fortalecimento das lutas e estratégias de sobrevivência desses povos tradicionais afetados pelas investidas de assegurar a sujeição da renda da terra ao capital, que tem gerado a multiterritorialidade no cerrado da microrregião de Macapá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que ao longo deste estudo sobre os povos do campo, principalmente sobre os quilombos, que o reconhecimento dos seus direitos ainda está numa emblemática construção no Brasil e sua implementação depende muito da luta e da articulação feita pelos vários agentes a quem a lei propõe-se a proteger. Há de se lutar muito, compreender que precisam contribuir com o processo de conhecimento e desenvolvimento das comunidades quilombolas, que os próprios agentes necessitam formar uma consciência de classe e compreender a política nacional de reconhecimento e implantação dos direitos das comunidades quilombolas contribuindo para sua efetivação.

A única comunidade em estudo que tem o reconhecimento e titulação de seu território é a comunidade remanescente de quilombola, Conceição do Macacoari. Os habitantes desses territórios tradicionais sofrem pressão da modernidade atual, além de os governos, talvez mal assessorados, adotarem políticas públicas voltadas para a área rural com características urbanas, e isso faz com que as tradições sejam descontínuas. Para isso precisa-se de um real reconhecimento coletivo do seu território, onde já existe uma identidade e que seja reforçado um sentimento coletivo de pertencimento do território.

Vale observar que os estudos realizados ainda são preliminares e que não podemos apontar resultados e implicações mais concisos a respeito da área em estudo, tendo em vista que nossa pesquisa encontra-se ainda em andamento; todavia, a partir do que já apresentamos aqui, podemos fazer um paralelo com outros locais do país que passaram pelo mesmo processo de modernização agrícola através da produção extensiva da soja, as consequências socioespaciais decorrem nos mesmos padrões dos grandes projetos que se implantaram na Amazônia e que agora tentam se apropriar das terras públicas em territórios quilombolas e camponeses.

REFERÊNCIAS

BACELAR, Manoel Osvanil Bezerra. **O AGRONEGÓCIO: A Territorialização e a Expansão das Fronteiras do Capital no Amapá.** Tese (Doutorado) – UFG, Goiânia/GO, 2019.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no campo: BRASIL 2019 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno: coordenação, Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva e Paulo César Moreira dos Santos – Goiânia: **CPT Nacional, 2020**. 247 p., il, tabs. e figs. ISSN: 1676-661X. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/?task=download.send&id=14195&catid=0&m=0&Itemid=0>. Acesso em: 13/01/2021, às 10h25min.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. Amazônia: um bioma mergulhado em conflitos: relatório denúncia. Goiânia: **CPT, 2016**. Disponível em: < https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/caop_dh/amazonia_um_bioma_mergulhado_em_conflitos_relat%C3%B3rio_den%C3%BAncia.pdf>. Acesso em: 26/02/2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. En: **OSAL:** Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005. - ISSN 1515-3282. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110312111042/34MFernandes.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021, às 20h45m.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais no campo brasileiro: contribuição para leitura geográfica dos movimentos camponeses. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello. **O Brasil, a América Latina e o mundo:** espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Lamparina, 2008a, pp. 385-404.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008b. pp. 273-302. Disponível em: <http://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/campesinato.pdf>. Acesso em 27/05/2020.

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. **Extrativismo e Capitalismo na Amazônia: a manutenção, funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá** / Antônio Sérgio Monteiro Filocreão. – Macapá: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade**. Porto Alegre, setembro de 2004 <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 14/01/2021.

LOMBA, Roni Mayer e SILVA, Júnior Gomes da. **Os conflitos pela terra no Amapá**: uma análise sobre a violência institucionalizada no campo. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/4192/2961>.

LOMBA, Roni Mayer et CAMPOS, Roberto Júnior de Almeida, «**Modo de vida e territorialidade quilombola da comunidade Ressaca da Pedreira** – Macapá, Amapá », *Confins* [En ligne], 41 | 2019, mis en ligne le 14 septembre 2019, consulté le 24 mars 2021.

MARGARIT, Eduardo. I**ntegração territorial competitiva do Amapá** [manuscrito]: o programa de aceleração do crescimento e os grandes projetos de desenvolvimento. 2019. 403 f.: il. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9674>. Acesso em: 14/12/2020, às 10h16min.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2 ed. Petrópolis: Vozes. p. 151-177. 1981.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso**; Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MPAP, Ministério Público do Amapá. **Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá.** Unidades de Conservação do Amapá - uma visão geral. Macapá: 15 de junho de

2011. Disponível em: <http://mpap.mp.br/2013-06-24-13-10-10/2013?view=article&id=197:unidades-de-conservacao-do-amapa-uma-visao-geral&catid=111>. Acesso em: 19 mar 2021, às 17h08m.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. "Agricultura e Indústria no Brasil". In: **Boletim Paulista de Geografia**, n.58, AGB, São Paulo, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p. disponível em: <http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf>. Acesso em: 19/05/2020, às 10h35min.

PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular / Unesp, 2008. p. 273-301.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entrevista com Carlos Walter Porto-Gonçalves – uma geobiogeografia. **GENAT UFPB**, 2021, transmitido ao vivo em 8 de abr. de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_STFsOwRtJ0>. Acesso em: 8 abr. 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Editora Ática, São Paulo (SP) 1993.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas.** México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações**. Estudos CEBRAP. 1980.

SOBRE OS ORGANIZADORES E AUTORES

Alexandre Luiz Rauber

Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC (2000 e 2012), Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC (2004) e Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos SócioAmbientais da Universidade Federal de Goiás IESA/UFG (2019). Atualmente é Professor Adjunto do Colegiado de Geografia do Campus Oiapoque da Universidade Federal do Amapá/UNIFAP. Professor vinculado ao Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Geografia Oiapoque e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado) PPGEO/UNIFAP. Endereço eletrônico: rauber@unifap.br

José Mauro Palhares

Licenciado em Geografia e História pela Universidade do Oeste Paulista (1994), Especialista em Geografia e Planejamento Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC (1998), Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (2005), Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2011) e Estágio Pós-Doutoral pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2018). Atualmente é Professor Adjunto do Colegiado de Geografia do Campus Oiapoque da Universidade Federal do Amapá/UNIFAP. Professor vinculado a Pós-graduação Lato Sensu em Geografia Oiapoque e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado) PPGEO/UNIFAP. Endereço eletrônico: jmpalhares@gmail.com

Professores orientadores dos artigos publicados neste livro:

Profª. Drª. Daguinete Maria Chaves Brito
dagnete@uol.com.br

Profª. Drª. Eliane Aparecida Cabral da Silva
lianecabral@unifap.br

Prof. Dr. Emmanuel Raimundo Costa Santos
emmanuel@unifap.br

Prof. Dr. Jodival Maurício da Costa
jodval.costa@gmail.com

Prof. Dr. José Francisco de Carvalho Ferreira
zfcofer@unifap.br

Profª. Drª. Patrícia Rocha Chaves
patriciarchaves@hotmail.com

Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima
ricardoangelo_pereira@yahoo.com.br

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba
roni@unifap.br

Os artigos desse livro foram produzidos pelos seguintes autores, como etapa de conclusão do programa de mestrado em Geografia das turmas de 2019 e 2020 pelo PPGEO UNIFAP-Amapá:

Alan Patrick Coimbra Melo
alancoimbra.ofbm@gmail.com

Ana Cláudia Sá da Cruz
anac_geo@yahoo.com.br

Ana Valéria de Almeida Pinheiro
anavaleria8112@gmail.com

Antônio Carlos Rodrigues dos Santos
antoniocarlos2605@hotmail.com

Antônio Carlos Sardinha
sardinhajor@yahoo.com.br

Dayse Monteiro Maria
daysemaria72@gmail.com

Fábio da Silva Ferreira
fabio_geografo@outlook.com

Hilda Helena da Silva
helena_lipe@yahoo.com.br

Jesiane da Silva Barbosa
jeisy_b@hotmail.com

Jocianny Carla da Silva Sardinha
jociannycarla@hotmail.com

Laís Cristiane Martins Freitas
martinslais3@gmail.com

Lana Patrícia de Matos dos Santos
lanageo12@gmail.com

Liane Patrícia Rodrigues Brito
liane.prbrito@gmail.com

Lindaura Santos da Costa
linsc1292@gmail.com

Magdiel Eliton Ayres do Couto
magdiel.ayres@gmail.com

Rômulo Alves de Vasconcelos
romuloluar@hotmail.com

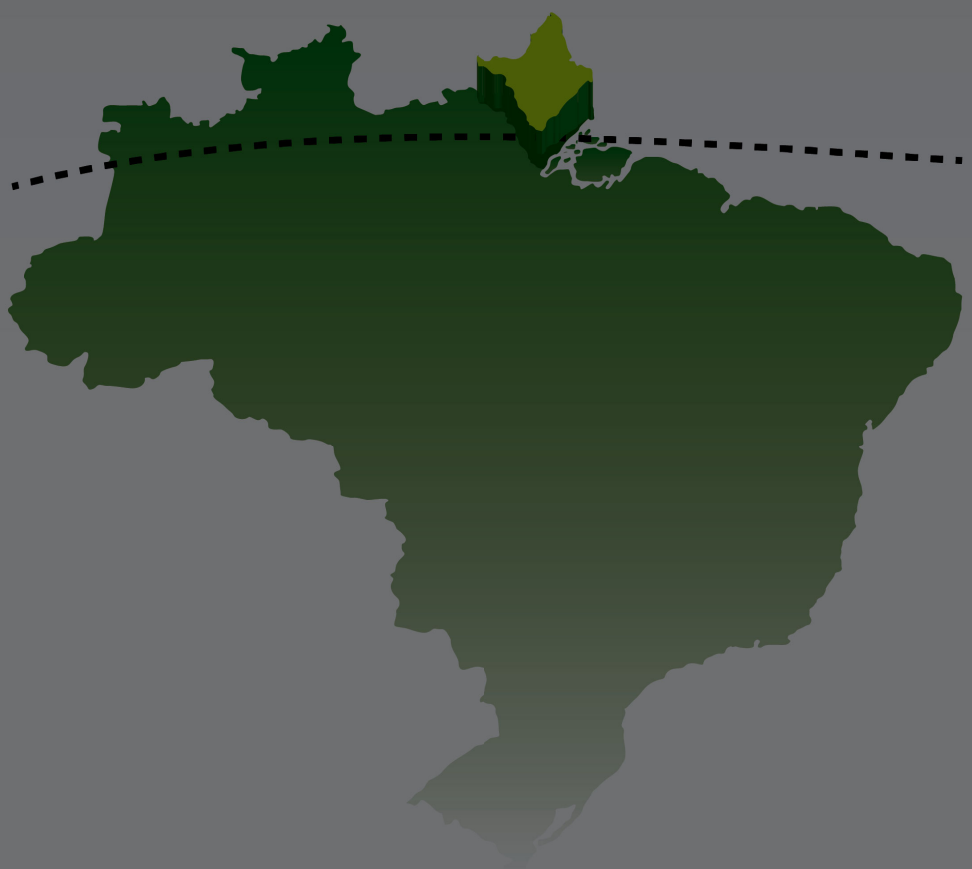
Rubens Edval Sarraf
rubens.e.sarraf@gmail.com

A PESQUISA NA PÓS-GRADUAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UM OLHAR A PARTIR DO AMAPÁ

Volume 2

SOCIEDADE E DINÂMICAS TERRITORIAIS

Alexandre Luiz Rauber
José Mauro Palhares
(organizadores)



UNIFAP
Editora